

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Raphael Martins Cima

**Anticomunismo e repressão em Diamantina (1937-1964)**

Juiz de Fora

2023

Raphael Martins Cima

**Anticomunismo e repressão em Diamantina (1937-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo autor

Cima, Raphael Martins.

Anticomunismo e repressão em Diamantina (1937-1964) / Raphael Martins Cima. -- 2023.

160 f. : il.

Orientador: Odilon Caldeira Neto

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Comunismo. 2. Golpe de 1964. 3. Diamantina. 4. Anticomunismo. 5. Repressão. I. Neto, Odilon Caldeira, orient. II. Título.

**Raphael Martins Cima**

**Anticomunismo e repressão em Diamantina (1937-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em 28 de junho de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto - Orientador**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Keila Auxiliadora de Carvalho**  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim**  
Universidade Federal de Juiz de Fora



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Caldeira Neto**, Professor(a), em 13/07/2023, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Perlatto Bom Jardim**, Professor(a), em 13/07/2023, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Keila Auxiliadora de Carvalho**, Usuário Externo, em 09/08/2023, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documento informando o código verificador **1309438** e o código CRC **B0DC8C91**.

---

Aos meus pais, Margarete e  
João (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, ao orientador Odilon Caldeira Neto pela significativa condução da minha pesquisa, assim como aos membros da banca examinadora formada pela professora Keila Auxiliadora de Carvalho e pelo professor Fernando Perlatto Bom Jardim que qualificaram e aprovaram a presente dissertação de mestrado.

Agradeço a coordenação, o corpo docente, a secretaria e a representação discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora pela forte preocupação com os alunos do referido programa.

Agradeço a José Alves Prado Júnior, a Luiz Eloy Durães, a Manoel de Aguiar Araújo e a Agenor Moreira da Silva Neto, vítimas da repressão desencadeada pelo golpe civil-militar de 1964 em Diamantina, que durante o processo de elaboração desta pesquisa tive o privilégio de conhecer e conversar, mesmo que por telefone, como foi o caso deste último.

Agradeço, da mesma forma, a Antônio Edgar Rocha pela entrevista concedida, abrindo caminho para as demais.

Agradeço aos meus familiares e amigos pelo incentivo.

Agradeço, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de uma bolsa de estudo.

## NO MEIO DO CAMINHO

No meio do caminho tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
tinha uma pedra  
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento  
na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
no meio do caminho tinha uma pedra.  
(Carlos Drummond de Andrade, 1928).

## RESUMO

A questão central desta dissertação foi investigar a repressão desencadeada pelo golpe de 1964 em Diamantina (MG), levando em consideração a atuação dos militantes comunistas e dos combatentes anticomunistas locais, sobretudo, no período anterior ao golpe. Por conta da institucionalização da repressão, nos dias seguintes à ruptura democrática, ocorreu uma série de prisões ilegais em todo o país. Somente nesta cidade, 19 pessoas foram perseguidas e detidas pelos militares do 3º Batalhão de Infantaria (3º BI), logo encaminhadas aos chamados locais de repressão e indiciadas no Inquérito Policial Militar (IPM) nº 111 por crime político. Essas vítimas da repressão, em sua maioria, estavam ligadas à atividade de esquerda há vários anos junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por outro lado, os combatentes anticomunistas em Diamantina tiveram um papel singular nesse processo de arbitrariedade, influenciando, à sua maneira, os rumos da crise política em âmbito local. A pesquisa apresentada nesta dissertação concentrou-se, em especial, nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Minas Gerais, e no acervo documental do Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, onde foi consultado o jornal *Voz de Diamantina*. Além disso, utilizou-se também de algumas entrevistas realizadas com ex-presos políticos desta cidade.

Palavras-chave: Comunismo. Anticomunismo. Golpe de 1964. Repressão. Diamantina. Presos políticos.

## ABSTRACT

The main focus of the present thesis consisted of an investigation on the repression, triggered by the coup of 1964 in Diamantina (MG), taking in consideration the acts of local communist militants, and anti-communist fighters, particularly in the period before the coup. Due to the institutionalization of repression, followed by the democratic rupture, a series of illegal arrests took place throughout the country. In Diamantina, 19 people were pursued and withheld by the military of the 3rd Infantry Battalion (3rd BI), then sent to the places of repression and indicted in the Military Police Inquiry (IPM) No. 111 for political crime. The majority of such victims of repression was connected to the Brazilian Communist Party (PCB) for left-wing activities during several years. In contrast, the anti-communist fighters in Diamantina played a unique role in this arbitrary process, influencing, in their own way, the course of the political crisis at local level. The research discussed in this thesis is based, on the archives of the *Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Minas Gerais*, and on the documentary collection of the Typographic Museum *Pão de Santo Antônio*, where the newspaper *Voz de Diamantina* was consulted. In addition, some interviews, conducted with former political prisoners of the city, we also considered.

Keywords: Communism. Anticommunism. Coup of 1964. Repression. Diamantina. Political prisoners.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Prédio onde funcionava a Loja Maçônica Atalaia do Norte.....	31
Figura 2 - Correspondência da Célula 3 de Janeiro.....	41
Figura 3 - Jornal do Povo .....	53
Figura 4 - Relação dos agentes do jornal Novos Rumos de Minas Gerais.....	62
Figura 5 - Divulgação do Núcleo Nacionalista de Diamantina .....	66
Figura 6 - Ficha de IPM nº 111 .....	112
Figura 7 - Ficha de registro no DVS.....	124

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Presos políticos residentes em Diamantina detidos pelos militares do 3º BI .....	120
Tabela 2 - Presos políticos de Diamantina detidos na Colônia Penal Magalhães Pinto .....	125

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-1	Ato Institucional nº 1
APM	Arquivo Público Mineiro
CACO	Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COVEMG	Comissão da Verdade em Minas Gerais
DCT	Diretório dos Correios e Telégrafos
DEOP	Delegacia Especializada de Ordem Pública
DOP	Delegacia de Ordem Pública
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DVS	Departamento de Vigilância Social
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
FMP	Frente de Mobilização Popular
FND	Faculdade Nacional de Direito
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
GOB	Grande Oriente do Brasil
ID/4	Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria
IPM	Inquérito Policial Militar
LEN	Liga de Emancipação Nacional
MAIP	Movimento de Apoio à Imprensa Popular
NND	Núcleo Nacionalista de Diamantina

PCB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PM	Polícia Militar
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
STF	Superior Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TG 73	Tiro de Guerra 73
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
3° BI	3° Batalhão de Infantaria
4° RM	4° Região Militar
12° RI	12° Regimento de Infantaria

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 O itinerário do comunismo em Diamantina (1937-1964)</b> .....	23
2.1 Comunismo, anticomunismo e a Loja Maçônica (1937-1939) .....	24
2.2 Célula 3 de Janeiro e o Comitê Municipal de Diamantina do PCB (1945-1947) .....	36
2.3 De revolucionários a reformistas (1948-1958).....	45
2.4 Núcleo Nacionalista de Diamantina (1961-1964) .....	57
<b>3 Aspectos do anticomunismo em Diamantina (1961-1964)</b> .....	70
3.1 Os informantes intermediários.....	71
3.2 O Garimpeiro do Senhor: dá posse ao “tribunal eclesiástico” .....	77
3.3 O 3º BI e o comandante “revolucionário” .....	86
3.4 O jornal <i>Voz de Diamantina</i> e a imprensa católica local.....	92
3.5 O prefeito.....	100
<b>4 A repressão desencadeada pelo golpe de 1964 em Diamantina</b> .....	105
4.1 Institucionalização da repressão .....	105
4.2 Os relatórios do IPM nº 111 .....	110
4.3 Os presos políticos: as prisões ilegais e os locais de repressão .....	119
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	130
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	135
<b>APÊNDICE A - Entrevista 1</b> .....	143
<b>APÊNDICE B - Entrevista 2</b> .....	148
<b>APÊNDICE C - Entrevista 3</b> .....	156
<b>APÊNDICE D - Entrevista 4</b> .....	159

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o golpe civil-militar de 1964 importantes pesquisas, desenvolvidas através de diferentes abordagens, foram realizadas por historiadores, jornalistas, entre outros, acerca deste evento histórico assim como da ditadura militar que se instalou na política brasileira desde então, existindo uma extensa bibliografia a respeito destes temas.<sup>1</sup>

A década de 1980 e as datas de 30 (1994), 40 (2004) e 50 (2014) anos após o golpe de 1964 foram momentos fecundos em que as discussões sobre o passado autoritário brasileiro ganharam mais fôlego. O cinquentenário do golpe, especificamente, foi um momento de grandes debates, assim como de muitas políticas de memória. A recente Lei de Acesso à Informação havia liberado um contingente documental sobre o período. A Comissão Nacional da Verdade se amplificava em comissões estaduais, municipais e institucionais. Além disso, o fato de uma ex-presença política e ex-guerrilheira ocupar a autoridade máxima do Poder Executivo fez com que este assunto seduzisse uma miríade de pessoas (JOFFILY, 2018, p. 206). O cinquentenário do golpe alavancou também a publicação de trabalhos acadêmicos e jornalísticos, bem como o relançamento ou novas publicações de obras de cunho memorialístico em torno do período ditatorial (PERLATTO, 2017, p. 724).

Foi justamente neste momento que me interessei pelo passado autoritário brasileiro. Lembro-me que assisti a uma peça de teatro de resistência muito comovente na cidade de São Paulo, chamada *Ponto de Partida*, com direção de Cibele Forjaz, que esteve em cartaz entre 31 de março a 3 de abril de 2014, no espaço TucArena.<sup>2</sup> A primeira encenação da peça, uma fábula, escrita por Gianfrancesco Guarnieri e dirigida por Fernando Peixoto, em parceria com o músico Sérgio Ricardo, foi em 1976, ficando em cartaz por nove meses. A finalidade da manifestação artística era de denunciar o assassinato do jornalista Vladimir Herzog no ano anterior, assim como de outras vítimas, dentro do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), do II Exército, em São Paulo.<sup>3</sup> O espetáculo de

---

<sup>1</sup> O uso do adjetivo civil-militar, do qual muitas pesquisas históricas recentemente vêm se apropriando, busca, justamente, destacar o caráter civil, além do militar, do golpe de 1964. Muitos destes trabalhos estão centrados na adesão e no apoio de segmentos da sociedade brasileira ao golpe de 1964 e à ditadura militar.

<sup>2</sup> Leituras das peças “Ponto de Partida” e “Patética” integra eventos em memória do golpe de 64. Instituto Vladimir Herzog, 4 de abril de 2014. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/leitura-das-pecas-ponto-de-partida-e-patetica-integram-eventos-em-memoria-do-golpe-de-64/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

<sup>3</sup> Sobre o tema, consultar: SILVA, Marco Antônio Pedra da. A primeira encenação da peça Ponto de Partida. ESTUDOS | A MARGem, Uberlândia, v. 18, n.2, 2021.

Guarnieri, *Ponto de Partida*, recebeu os prêmios Molière, Governador do Estado, Mambembe e APCA de melhor texto.<sup>4</sup>

Pouco depois, visitei o museu do *Memorial da Resistência de São Paulo*, inaugurado em 2009, onde funcionou outro importante centro de repressão da ditadura militar, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). O local preserva as memórias da resistência e da repressão política. Os visitantes podem acessar os corredores e as celas do que restou do antigo espaço carcerário deste centro de repressão, além de outros setores interativos e informativos que o museu oferece. Numa perspectiva educativa, o *Memorial da Resistência* fomenta a edificação de um pensamento consciente e crítico sobre a história do Brasil republicano, a fim de fortalecer a cidadania, a democracia e a valorização dos direitos humanos.<sup>5</sup>

Nesta época, terminei de ler o romance *K. - Relato de uma busca* (2014), uma obra da literatura contemporânea de autoficção, escrito pelo jornalista e professor Bernardo Kucinski. A narrativa discorre sobre a busca incessante do senhor K. por informações sobre sua filha, professora de química da Universidade de São Paulo, Ana Rosa Kucinski Silva, que junto ao seu marido se encontravam desde 1974 na lista dos “desaparecidos políticos”.

Ainda imerso nos primeiros contatos com o passado autoritário do Brasil republicano, vi dois documentários sobre o assunto, *Cidadão Boilesen* (2009) e *O Dia que Durou 21 Anos* (2012). O primeiro, de Chaim Litewski, foi eleito como melhor Longa ou Média-Metragem no festival *É Tudo Verdade*, principal evento dedicado à cultura do documentário na América Latina. O filme analisa o envolvimento de um importante executivo do *Grupo Ultra* e presidente da *Ultragaz*, Henning Albert Boilesen, financiando materialmente e de modo substancial a repressão política durante a ditadura militar.<sup>6</sup> O segundo, de Camilo Galli Tavares, até o ano de 2013 havia recebido três prêmios internacionais (*Long Island Film Festival*, *Arizona International Film Festival* e *Tropez International Film Festival*). Em um momento de grande tensão em torno da Guerra Fria, a película se refere à participação do governo dos Estados

---

<sup>4</sup> Ponto de Partida. Memórias da ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/pecas/ponto-de-partida/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

<sup>5</sup> Memorial da Resistência de São Paulo. Conheça o núcleo educativo. São Paulo Governo do Estado. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/educacao/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

<sup>6</sup> 'Cidadão Boilesen' e 'VJs de Mianmar' vencem o festival É Tudo Verdade. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2009. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/cidadao-boilensen-vjs-de-mianmar-vencem-festival-tudo-verdade-262430.html>. Acesso em: 4 de fev. 2023.

Unidos, sobretudo do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, no movimento conspiracionista para derrubar o presidente João Goulart.<sup>7</sup>

Além disso, entre agosto de 2014 a julho de 2015, no curso de licenciatura em história pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), participei de um projeto de iniciação científica intitulado *Realinhamentos e narrativas políticas geradas pelo golpe civil-militar de 1964 no município de Diamantina*. Esta pesquisa identificou que devido a ruptura democrática, iniciou-se uma mudança significativa na política em Diamantina por conta da perseguição do regime ditatorial contra o chefe político local, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Depois de participar deste projeto, procurei me aprofundar no assunto, indagando quais teriam sido outros impactos do regime ditatorial neste município. Pesquisando, descobri que nos dias seguintes ao golpe de 1964 ocorreu uma repressão em Diamantina de grande impacto social. A partir disso, direcionei minha atenção nesse problema, a fim de compreender suas particularidades. Diante desta situação, a questão central que norteou esta dissertação de mestrado foi, justamente, inquirir como se deu a repressão desencadeada pelo golpe de 1964 em Diamantina? Descobriu-se, num primeiro momento, que em Diamantina ocorreram buscas e apreensões, assim como várias prisões ilegais executadas pelos militares do 3º Batalhão de Infantaria (3º BI). Logo, foi identificado que as vítimas da repressão, em sua maioria, eram pessoas ligadas a atividades de esquerda na política local há vários anos, relacionadas, sobretudo, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com essas novas informações, surgiu a necessidade de compreender melhor a trajetória da militância comunista local no período anterior ao golpe de 1964, haja vista a falta de estudos sobre o assunto e a disponibilidade de algumas fontes que o autor desta pesquisa possuía. Por outro lado, da mesma forma, surgiu a necessidade de analisar melhor os aspectos das forças conservadoras em Diamantina, relacionados ao anticomunismo, pois, se os comunistas desta cidade foram presos pela repressão, qual teria sido o impacto de seus antagonistas nesse processo? E quais atores políticos mais se destacaram neste contexto? Por conta desses questionamentos, as tensões políticas envolvendo os militantes comunistas e os combatentes anticomunistas locais ganharam bastante visibilidade neste estudo.

O pano de fundo que atravessa, praticamente, toda a discussão proposta é a vida política e social em Diamantina em torno da metade do século XX, período do qual já existem alguns

---

<sup>7</sup>“O Dia que Durou 21 Anos” ganha prêmio na França. Hoje em Dia, 24 de maio de 2013. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/entretenimento/o-dia-que-durou-21-anos-ganha-premio-na-franca-1.149983>. Acesso em: 4 fev. 2023.

trabalhos sobre a história local. Desses, podemos destacar o livro de Luís Santiago (2016), *Tempos de Diamantina*, em específico a *parte III - Tempos de JK*. O artigo de Marcos Lobato Martins (2018), *Quem é rei nunca perde a majestade: JK na política em Diamantina no período de 1934-1972*, e o artigo de Raphael Martins Cima (2022), *A estátua de JK: um monumento comemorativo no centro de Diamantina*. Esses estudos demonstraram que o chefe político de Diamantina durante todo o período chamado de democrático liberal ou de democracia limitada, de 1945-1964, foi JK, filiado ao Partido Social Democrático (PSD). Os pessedistas desta cidade, coordenados pelo próprio Juscelino, ganharam todas as eleições municipais para prefeito e vice-prefeito nesse período, elegendo sempre a maioria dos vereadores. A principal oposição estava concentrada no partido da União Democrática Nacional (UDN). Com o advento do golpe de 1964 e a perseguição contra seu líder político, a força juscelinista na terra natal do presidente da República foi duramente afetada.

Sobre o comunismo e o Partido Comunista do Brasil (PCB) (que posteriormente, passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla, PCB) em Diamantina no período que antecedeu o golpe de 1964, existem apenas meras menções em trabalhos que se enveredam sobre outros assuntos. Esse não é um caso isolado, há poucos estudos que contemplam tal debate no estado de Minas Gerais. Desses, a partir de diferentes abordagens, podemos citar a tese de doutorado de Camila Gonçalves Silva Figueiredo (2017), *Por uma vanguarda revolucionária: estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964)*. A dissertação de mestrado de Guilherme Costa Pimentel (2015), *O sonho vigiado: comunistas de Montes Claros e a vigilância-repressão às suas atividades*. A dissertação de Idalice Ribeiro Silva (2000), *"Flores do Mal" na Cidade Jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia*, e a dissertação de Raquel Aparecida Pereira (2007), *Bandeiras Vermelhas nas ruas da cidade! Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951)*.

O estudo realizado por Camila Figueiredo (2017) analisou as estratégias utilizadas pelo PCB no estado de Minas Gerais junto às classes trabalhadoras urbanas entre 1945-1964. A autora salientou que esta organização política, depois do curto período de legalidade ou mesmo inserida na clandestinidade, utilizou de diferentes meios para expandir suas atividades em todo o estado mineiro, na busca de ampliar sua influência entre diversas categorias profissionais. Destaca-se, por exemplo, que a formação do partido comunista neste estado, após 1945, se deu através das contribuições de Luís Carlos Prestes, assim como sob a influência do IV e do V Congresso do PCB. Além disso, a autora traçou algumas estratégias utilizadas pelo Partido para mobilizar filiados no estado, sobretudo, naquelas cidades mais próximas à Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). É delineado ainda algumas ações dos militantes comunistas mineiros

nas lutas da classe trabalhadora, relacionadas, principalmente, à reivindicação de aumento salarial, apoio e estímulo à realização de greves, além de incentivos à formação de sindicatos.

O trabalho de Guilherme Pimentel (2015), evidenciou, através da militância política de Porfírio Francisco de Souza e David Rodrigues Diniz, a manifestação comunista em Montes Claros entre finais da década de 1940 até finais da década de 1960. Revelou-se que havia um grupo comunista organizado nesta cidade, que atuava sob uma constante vigilância da polícia política. Além da repressão, o autor traçou aspectos da atuação dos comunistas montes-clarenses em movimentos sindicais, apoio a greves, demandas populares e organizações contrárias à ditadura.

A dissertação de Idalice Silva (2000), além de ressaltar sobre as raízes do comunismo em Uberlândia, no início da década de 1930, apresentou a experiência do comunismo nesta cidade entre 1945-1954 sob diferentes aspectos, como na formação do comitê municipal, em 1945, na luta pela constituinte, em 1946, e na organização de ligas camponesas. Com a cassação do registro do PCB, em 1947, os comunistas locais se inseriram em uma campanha para apoiar a candidatura dos chamados “vereadores de Prestes”, que através de outras legendas participaram das eleições municipais daquele ano. Além disso, a autora discorre sobre os impactos do Manifesto de Agosto de 1950 nas ações destes militantes pecebistas, no período de 1950 a 1954. Também é apresentado alguns aspectos do movimento anticomunista local, sobretudo, veiculado na imprensa uberlandense da época.

Já a dissertação de Raquel Aparecida Pereira (2007), destacou que a trajetória do PCB em Belo Horizonte, entre 1945 a 1951, foi marcada pela ocupação do espaço público, através de comemorações, manifestações e comícios. Além disso, demonstrou-se que por conta da cassação do registro do PCB na justiça eleitoral, em 1947, ocorreu uma significativa mudança na conduta dos comunistas desta cidade. Contudo, mesmo na ilegalidade, a partir de novos recursos, eles continuaram ocupando o espaço público e promovendo as ideias e objetivos do Partido. Após o Manifesto de Agosto de 1950, e a adoção de um radicalismo político pelo PCB, ocorreu o aumento da repressão policial, limitando consideravelmente o campo de atuação política dos comunistas no meio urbano.

A respeito do movimento comunista no Brasil, assim como salientou Valter Pomar (2021, p. 95-99) em seu livro *Comunistas do Brasil: interpretações sobre a cisão de 1962*, existe uma vasta literatura como obras de síntese, dissertações, teses, coletâneas, biografias e autobiografias abordando diferentes acontecimentos, personagens e contexto. Esses estudos abordam as primeiras décadas do Partido; os episódios de 35; o período de 1935-1945; o período

da legalidade, 1945-1947; a relação do PCB com a intelectualidade; a relação entre o PCB e a imprensa; as memórias do PCB; assim como os debates internos dentro do Partido.

Desta literatura podemos listar alguns trabalhos como o livro da Berenice Cavalcante (1986), *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. O livro da Dulce Pandolfi (1995), *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. O livro do Michel Zaidan Filho (1988), *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. O livro da Anita Leocadia Prestes (2008), *Luiz Carlos Prestes e a aliança nacional libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. O livro do Daniel Aarão Reis (2014), *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. O livro do Jorge Ferreira (2002), *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, e os volumes da coleção escrita por Edgar Carone (1982), *O P.C.B. (1922-1943)*, *O P.C.B. (1943-1964)* e *O P.C.B. (1964-1982)*.

Sobre a temática do anticomunismo, o trabalho mais significativo envolvendo, especificamente, a cidade de Diamantina é a dissertação de Kamila Nunes da Silva (2019), *A Estrela Polar e a ditadura civil-militar: um estudo sobre a formação do consenso através do discurso anticomunista da Arquidiocese de Diamantina (1961-1972)*. Nesta pesquisa, a autora identificou que a Arquidiocese de Diamantina a partir do jornal *A Estrela Polar*, utilizando-se de um discurso anticomunista, apoiou a derrubada do presidente da República, João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Para isso, este jornal ajudou na divulgação de uma imagem do presidente marcada pela subversão. Iniciada a ditadura militar, a Arquidiocese de Diamantina tentou formar um consenso social em torno do novo regime.

Em uma perspectiva macro, existe uma literatura bem resolvida sobre o anticomunismo no Brasil. Certamente, um dos trabalhos de maior relevância é a tese de doutorado de Rodrigo Patto Sá Motta (2000), *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Neste estudo, afirma-se que ocorreram três fases mais agudas do anticomunismo no Brasil, entre 1935 a 1937, entre 1946 a 1950 e entre 1961 a 1964, servindo para legitimar os respectivos golpes de Estado de 1937 e de 1964, bem como as medidas repressivas contra a esquerda. Apesar de uma origem antecedente, destaca-se que o anticomunismo no Brasil começou a ganhar maior importância, juntamente com a expansão do comunismo no país a partir da década de 1930.

Quanto à repressão desencadeada pelo golpe de 1964, existem alguns trabalhos que discorrem sobre o assunto. Destes, podemos assinalar, inicialmente, o relatório final da *Comissão Nacional da Verdade* (2014). Este estudo revelou que cerca de cinco mil prisões ilegais foram executadas em todo território nacional contra a oposição política nos meses

seguintes ao golpe de 1964. No dia 9 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução publicou o Ato Institucional nº 1 (AI-1), permitindo a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a responsabilidade pela prática de crimes contra o Estado, meio pelo qual a repressão contra a sociedade civil foi efetivada (BRASIL, 2014, p. 98).

Segundo Thomas Skidmore (1988, p. 48), o Comando Revolucionário queria punir aqueles líderes civis “subversivos” que supostamente estariam levando o Brasil para o comunismo. Por isso, nos meses de abril, maio e junho de 1964, milhares de pessoas comuns da sociedade foram presas em todo o país na chamada Operação Limpeza e acusadas de atividade subversiva ou de crime político. Oficiais e praças das Forças Armadas, considerados favoráveis à esquerda também foram perseguidos, assim como organizadores do proletariado rural. Na área política, foram cassados mandatos legislativos e suspensos direitos políticos. Para o autor, a repressão foi especialmente rigorosa no Nordeste, haja vista que esta região abrigava muitos líderes considerados pelos golpistas como subversivos. Desses, podemos mencionar “o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o superintendente da SUDENE Celso Furtado, o especialista em alfabetização Paulo Freire, o advogado Francisco Julião, das ligas camponesas, e o velho ativista do Partido Comunista no Brasil, Gregório Bezerra (SKIDMORE, 1988, p. 49-50).

A institucionalização da repressão se direcionou contra governistas, comunistas e demais opositores que “sofreram toda sorte de violência e humilhação”, ocorrendo até mesmo alguns assassinatos (RIDENTI, 2014, p. 31-32). O próprio governador de São Paulo, Adhemar de Barros, declarou, um dia após a publicação do AI-1, que os comunistas deveriam ser cassados em qualquer ponto do Brasil, sem trégua (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 277).

Sobre a repressão do golpe de 1964 em Minas Gerais, o relatório final da *Comissão da Verdade em Minas Gerais* (COVEMG) identificou que em todo estado mineiro pelo menos 900 pessoas foram detidas nos meses de abril, maio e junho seguintes ao golpe (MINAS GERAIS, 2017, p. 74). Essas pessoas foram acusadas de crime político e encaminhadas aos locais de repressão. Em boa medida, os “suspeitos” já estavam na mira da polícia política e, por isso, foram detidos rapidamente após a ruptura democrática. Dessa forma, surgiu a figura dos primeiros presos políticos mineiros da ditadura militar. Eles, diferentemente dos presos comuns, foram encarcerados de forma arbitrária por causa de suas convicções ideológicas, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, e acusados de promoverem atividades subversivas (MINAS GERAIS, 2017, p. 295).

Uma das cidades em Minas Gerais atingidas pela repressão desencadeada pelo golpe de 1964 foi a de Montes Claros. Sobre o tema, podemos citar, mais uma vez, a dissertação de

Guilherme Pimentel (2015). Com o advento do golpe de 1964, o autor identificou que nos dias seguintes à ruptura democrática os comunistas de Montes Claros foram perseguidos e presos pela polícia, logo encaminhados aos locais de repressão. Considerado um dos principais militantes de esquerda deste município, Porfírio Francisco de Souza foi preso pela repressão ainda no dia primeiro de abril, na capital mineira, logo depois de chegar de uma viagem do Rio de Janeiro. Ficou detido cerca de quatro dias no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e depois foi encaminhado à Colônia Penal Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves, onde passou a maior parte do tempo enquanto preso político.

Outro estudo a respeito do assunto, trata-se do livro *Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região*, organizado por diferentes autores, publicado em 2018. Este trabalho levantou um debate acerca da repressão política na Universidade Federal de Ouro Preto, na cidade de Ouro Preto e região ao longo do período da ditadura militar contra estudantes e demais opositores políticos. No capítulo 4, *Ouro Preto e o golpe de 1964*, da primeira parte, é detalhado que no final do mês de abril de 1964, iniciou-se a repressão política nesta cidade, quando algumas pessoas sofreram invasão domiciliar e foram presas. Na lista de perseguidos estavam políticos, professores universitários, estudantes, metalúrgicos, pedreiro, comerciário, bancário, entre outros. Em Mariana algumas pessoas também foram atingidas pela repressão.

Já o artigo de Farley da Conceição Bertolino (2013), *O golpe civil militar e a Universidade de Minas Gerais: repressão e resistência estudantil*, demonstrou detalhadamente as primeiras ações do regime ditatorial contra os estudantes e contra as universidades mineiras. Salienta-se que nos meses seguintes ao golpe de 1964, iniciou-se uma série de intervenções do regime ditatorial na Universidade de Minas Gerais,<sup>8</sup> em Belo Horizonte, que duraram até o mês de julho de 1964. O objetivo dos militares era reprimir qualquer manifestação dentro da instituição contrária ao golpe de Estado, por conta disso, o movimento estudantil passou a ser um alvo constante da polícia política.

Devido a recente liberação dos arquivos do DOPS de Minas Gerais, novos estudos estão sendo realizados sobre a repressão desencadeada pelo golpe civil-militar de 1964 neste estado. Os trabalhos historiográficos que utilizam dessas fontes vêm sendo possibilitados justamente pelo avanço democrático que o Brasil vivenciou nos últimos anos desde o fim da ditadura militar. Por conta disso, as fontes documentais dos arquivos da repressão<sup>9</sup> estão cada vez mais

---

<sup>8</sup> Posteriormente esta instituição passou a se chamar Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>9</sup> Sobre o tema, consultar: BAUER, Caroline Silveira; RENÉ, E. Gertz. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 173-193.

acessíveis, possibilitando outras abordagens e aprofundamentos em “antigas” discussões, haja vista a quantidade de informações que existem nesses materiais.

Para sua confecção, a presente pesquisa de dissertação utilizou, principalmente, do arquivo do DOPS/MG, disponível no Arquivo Público Mineiro (APM). Neste repositório foram analisados, por exemplo, relatórios, correspondências policiais, fichas, certidões e ofícios relacionados ao IPM nº 111, o qual os presos políticos de Diamantina foram indiciados. Além disso, aqueles documentos que continham informações a respeito da atividade comunista nesta cidade também foram empregados.

Outro suporte historiográfico utilizado foram as fontes de jornais da imprensa local que circularam entre os anos de 1945 a 1964, principalmente, o jornal *Voz de Diamantina*, disponível no Museu Tipografia Pão de Santo Antônio. Se por um lado, este periódico foi lido com o objetivo de levantar informações a respeito de aspectos da política local e da sociedade diamantinense, por outro, foram analisadas notícias que revelaram a própria posição desta imprensa diante das questões políticas de seu tempo.

Além destas, a pesquisa contou também com o uso de fontes orais cocriadas pelo autor deste estudo, resultado de um trabalho de campo realizado entre 2018 e 2019 com vítimas da repressão desencadeada pelo golpe de 1964 em Diamantina. A construção destas fontes se deu através de entrevistas.<sup>10</sup> Esse material foi útil para compreender a experiência dos presos políticos desta cidade diante do terrorismo de Estado, assim como outros aspectos da política local e da própria repressão. Os entrevistados foram José Alves Prado Júnior, Luiz Eloy Durães, Manoel de Aguiar Araújo e Antônio Edgar Rocha (apenas este último não foi alvo da repressão, contudo, trata-se de uma testemunha dos acontecimentos do qual esta pesquisa se propõe analisar).

O desenvolvimento desta dissertação foi dividido em três partes. Pelo fato dos comunistas em Diamantina terem sido presos pela repressão desencadeada pelo golpe de 1964, houve a necessidade de compreender melhor como essas pessoas atuavam politicamente nesta cidade no período anterior a este evento histórico. Por conta disso, o primeiro capítulo, *O itinerário do comunismo em Diamantina (1937-1964)*, foi dedicado a dar luz à trajetória do movimento comunista local desde finais da década de 1930 à primeira metade da década de 1960, identificando seus principais articuladores bem como algumas de suas ações políticas.

No segundo capítulo, *Aspectos do anticomunismo em Diamantina (1961-1964)*, procurei, por outro lado, investigar algumas manifestações do anticomunismo local em busca

---

<sup>10</sup> Sobre o tema, consultar: PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 9-25.

de compreender a sua influência nos desdobramentos da crise política nesta cidade no período do pré-golpe e do golpe. Não foi pretensão dar conta de todo o “movimento” anticomunista em Diamantina, haja vista a sua diferente composição e nuances, nem tão pouco se aprofundar em sua gênese. Dessa forma, foram analisados apenas alguns sujeitos históricos em específico, mas que tiveram uma atuação combativa na política local.

Já a proposta do último capítulo, *A repressão desencadeada pelo golpe de 1964 em Diamantina*, no primeiro momento foi de levantar algumas questões relacionadas à institucionalização da repressão através do AI-1. Em seguida, tratei sobre a repressão policial em Diamantina a partir de uma análise dos relatórios do IPM nº 111, destacando em seguida as prisões ilegais e o encaminhamento dos presos políticos desta cidade para os locais de repressão.

Dessa forma, nos dois primeiros capítulos busquei analisar a atuação de determinados atores políticos relacionados ao comunismo e ao anticomunismo em Diamantina, deixando o debate a respeito da repressão desencadeada pelo golpe de 1964 nesta cidade para o último momento, é o que veremos a seguir.

## **2 O itinerário do comunismo em Diamantina (1937-1964)**

Neste primeiro capítulo examinaremos alguns traços marcantes da trajetória do comunismo em Diamantina, desde 1937 até o golpe civil-militar de 1964. Apesar de ser pequeno o número de militantes comunistas desta cidade neste período, eles tiveram um papel singular na história política local. Se organizavam de acordo com a circunstância política, atravessada por crises que resultaram, muitas das vezes, em repressão policial e no controle social. Entre a legalidade e a clandestinidade, eles percorreram caminhos diferentes ao longo dos anos, adaptando-se a cada novo contexto.

O recorte histórico escolhido se deve justamente pelo fato de que durante, praticamente, todo esse espaço de tempo existiu “um” mesmo grupo comunista em Diamantina, representando uma geração de esquerda em um território político dominado por grupos de direita. Na primeira seção, destaca-se que por conta do Decreto 2.005, de 2 de outubro de 1937, a Loja Maçônica Atalaia do Norte, em Diamantina, assim como outras maçonarias existentes no estado de Minas Gerais, foi interdita pela autoridade policial e acusada de atividade comunista. No dia 28 de outubro de 1937, em companhia de Agenor Moreira da Silva, presidente da referida loja maçônica, a autoridade mandou interditá-la. Situação que permaneceu até os primeiros meses do ano de 1939, quando ela pôde ser reaberta e voltar ao seu funcionamento de forma gradual.

No próximo tópico, salienta-se que por causa do desgaste do Estado Novo (1937-1945) e a guinada dos aliados na Segunda Guerra Mundial, os comunistas no Brasil entraram em uma nova situação, de maior liberdade política. Ao lado disso, o PCB iniciou um processo de reestruturação e reorganização do partido no território mineiro junto aos trabalhadores urbanos. Os militantes comunistas em Diamantina aproveitaram o bom momento e fundaram a Célula 3 de Janeiro, assim como o Comitê Municipal de Diamantina do PCB. A direção destes agrupamentos ficou sob incumbência do maçom Lahyre Moreira da Silva, filho do Agenor Moreira da Silva. O nome “3 de janeiro” foi dado em homenagem comemorativa à data de natalício do principal líder comunista do Brasil à época, Luís Carlos Prestes, o Grande Chefe, que desde março de 1936 era mantido preso pelo governo Vargas.

Na terceira seção, veremos que por conta da proibição da legenda do PCB, em 1947, e da cassação dos mandatos de parlamentares pecebistas, em janeiro de 1948, os comunistas voltaram a agir na clandestinidade e adotaram uma linha política revolucionária. Sobretudo a partir da realização do IV Congresso do PCB, em 1954, os militantes comunistas em Diamantina, mesmo diante de um contexto político adverso, inflamaram suas ações políticas. Ao lado disso, houve o aumento da repressão da polícia e do controle social. Devido a

publicação da Declaração de Março (1958) pelo Comitê Central, os comunistas em Diamantina, assim como a corrente prestista do PCB, adotaram uma linha política reformista em detrimento de uma linha política revolucionária, da qual eles vinham seguindo nos anos anteriores.

Por último, destaca-se que diante da crise política dos primeiros anos da década de 1960, os comunistas em Diamantina, apresentando-se também como nacionalistas, fundaram o Núcleo Nacionalista de Diamantina (NND), a exemplo de outros que emergiram em diferentes cidades do estado mineiro neste período. Inicialmente, o objetivo desta agremiação era defender de forma legal as causas relacionadas a João Goulart e ao PCB. Para isso, os membros do NND distribuíam jornais e revistas no meio comunista/nacionalista local. Faziam abaixo-assinados e enviavam correspondências para o presidente da República, além de entrarem em contato frequente com outros atores políticos do norte e da capital mineira para articularem a política local. Eles também produziam seu próprio conteúdo informativo.

## **2.1 Comunismo, anticomunismo e a Loja Maçônica (1937-1939)**

Após a tentativa frustrada de realizar uma insurreição em novembro de 1935, a “intentona comunista”, o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, foi praticamente exterminado pelo estado de guerra. O sonho de uma revolução, transformou-se numa sombria repressão policial, “vencido o assalto aos céus, começava a descida aos infernos.” (REIS, 2014, p. 188). O número de presos políticos cresceu rapidamente, chegando a cerca de 10 mil, “em sua grande maioria privados de liberdade por simples deleção ou desafeição pessoal.” (NASSER, 1966, p. 102).

Uma insurreição era a justificativa que o governo Vargas precisava para conseguir dar continuidade à escalada autoritária no país iniciada com a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38, de 4 de abril de 1935) que definiu crimes contra a ordem política e social, resultando no imediato fechamento da Aliança Nacional Libertadora. Nos dias seguintes à insurreição, foi aprovado no Congresso Nacional o Decreto nº 457, de 26 de novembro de 1935, que declarou em estado de sítio todo o território brasileiro, por trinta dias. Em seguida, foi aprovado o Decreto Legislativo nº 8, de 21 de dezembro de 1935, que autorizou o presidente da República a prorrogar o estado de sítio em todo o território nacional pelo prazo de noventa dias.

Nos primeiros meses de 1936 foram presas, aproximadamente, 20 mil pessoas, de simpatizantes a lideranças políticas. Além disso, em setembro deste ano foi aprovado o projeto que criou o Tribunal de Segurança Nacional, que até o mês de dezembro sentenciou 1.420 pessoas. O objetivo deste tribunal era julgar, em primeira instância e o mais rápido possível, os

suspeitos de estimularem ou participarem de atividades contra a segurança do país (BUONICORE, 2014, p. 8-9). O líder comunista Luís Carlos Prestes foi o primeiro réu julgado neste tribunal de exceção, onde foi condenado a 47 anos de reclusão (PRESTES, 2006, p. 35-36).<sup>11</sup>

A reação ao levante de novembro de 1935, inaugurou a primeira grande “onda” anticomunista no Brasil. Além da repressão policial, a grande mobilização formulou representações tendenciosas construídas sobre o evento, transformando-o em “mácula sangrenta” (violência, assassinatos covardes e estupros) (MOTTA, 2000, p. 237). Em finais de 1936, a campanha anticomunista que legitimava toda a repressão estatal apresentou uma queda significativa já que a organização comunista brasileira havia sido desmantelada. Contudo, o movimento anticomunista viria a reacender, mais uma vez, a partir de setembro de 1937, sobretudo por conta da divulgação de um documento falso, o *Plano Cohen*, pelo Estado-Maior do Exército (MOTTA, 2000, p. 272).

Forjado por setores do movimento integralista em diálogo com o Exército, o *Plano Cohen* foi divulgado pelo Estado-Maior do Exército como verdadeiro no dia 30 de setembro de 1937, há três meses das eleições presidenciais. O documento teria sido interdito pelas forças antagonistas e revelava como seria “o golpe marxista no Brasil orquestrado por Moscou”. Foi divulgado na grande imprensa que os comunistas estariam orientados a destruir toda “a sociedade capitalista e seus valores básicos como a família, a moral, o Exército, a Igreja, etc.” (CARONE, 1974, p. 369).

Segundo Orides Mezzaroba (1992, p. 92), o *Plano Cohen* além de consolidar o anticomunismo no Brasil, proporcionou o pleno sucesso da instauração do Estado Novo (1937-1945). De acordo com a autora, acertadas as eleições presidenciais para o início de janeiro de 1938, “o ano de 1937 foi decisivo para o projeto continuísta de Vargas e para realização dos desejos golpistas da hierarquia militar.” (MEZZAROBA, 1992, p. 94).

Aproveitando a situação da “iminente ameaça comunista”, o presidente Getúlio Vargas solicitou imediatamente ao Congresso Nacional autorização para conceder, novamente, o estado de guerra pelo prazo de 90 dias, o que foi aprovado no dia 2 de outubro de 1937 através do Decreto nº 2.005. A partir de então, a repressão política se traduziu mediante várias formas de perseguição, formulando velhos inimigos que de algum modo tinham a ver com antigas suspeitas, entre eles, os comunistas, os judeus e os estrangeiros em geral (BLAY, 1989, p. 113).

---

<sup>11</sup> Sua companheira Olga Benário Prestes foi deportada para a Alemanha hitlerista, grávida de sete meses, onde faleceu numa câmara de gás no campo de extermínio nazista na pequena cidade de Bernburg, em abril de 1942 (PRESTES, 2006, p. 35-36).

O *Plano Cohen*, cuja autoria pertence ao capitão e integralista Olímpio Mourão Filho, foi inspirado no texto antisemita *Os Protocolos dos sábios de Sião*, em que a narrativa esboça um suposto complô judaico contra o mundo ocidental cristão. Esta obra foi originada pela polícia política da Rússia czarista e traduzida em diversos países a partir de 1903 (GOHL, 2003, p. 59). Ela ganhou grande repercussão na Alemanha hitlerista, onde “judeu e comunista, foram aproximados pelo discurso nazista e transformados nos grandes vilões, artífices e verdadeiros promotores do caos e da destruição.” (MOTTA, 1998, p. 98).

A edição e tradução dos *Protocolos* para o português foi feita por Gustavo Barroso, e publicada em 1936, esgotando sua primeira edição em apenas um mês. Em sua tradução e comentários adicionais, Gustavo Barroso “investiu na operação de associar comunismo e judaísmo, apresentando ambos como duas facetas do mal e, portanto, alvos a serem combatidos vigorosamente.” (MOTTA, 1998, p. 99). Além disso, os comentários adicionais feitos pelo autor na obra traduzida buscavam imprimir uma relevância ainda maior à maçonaria dentro deste suposto complô (GOHL, 2003, p. 60).

Gustavo Barroso, entre 1933-1938, participou ativamente da Ação Integralista Brasileira, tornando-se um dos principais ideólogos e doutrinadores deste partido de cunho fascista (CALDEIRA NETO, 2013, p. 3). Vale lembrar que no ano de 1936 ele foi a cidade de Diamantina para realizar duas conferências doutrinárias sobre o integralismo. Elas foram realizadas no Cine-Trianon, na Rua direita, no centro da cidade.<sup>12</sup>

De acordo com Jefferson William Gohl (2003, p. 49), em torno deste período, consolidou-se um imaginário externo sobre a maçonaria no Brasil que era fomentado por um discurso advindo da ala conservadora da Igreja Católica, e, sobretudo, através do ideólogo do integralismo, Gustavo Barroso. Juntos, os grupos católicos e integralistas, construíram um universo simbólico que nutria um certo folclore sobre a maçonaria, originando certos mitos e imagens tendenciosas.<sup>13</sup> Segundo Gohl (2003, p. 58), “nada no Brasil contribuiu mais para construir um imaginário da maçonaria do que as obras literárias de Gustavo Barroso”, dessas podemos destacar como exemplo: *História Secreta do Brasil*<sup>14</sup> publicada em 1937.

Diante deste contexto de difusão das ideias antimaçônicas no Brasil, após a divulgação do *Plano Cohen*, alguns atores políticos aproveitaram a situação para incitar a repressão estatal

<sup>12</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Gustavo Barroso. Diamantina, 30 de maio de 1936, p. 2.

<sup>13</sup> Deste folclore surgiu a imagem do bode (demônio) de cartola associada a maçonaria, que geralmente era representado dentro de um triângulo (GOHL, 2003, p. 49).

<sup>14</sup> Sobre o tema, consultar: COSTA, Luiz Mário Ferreira. **Maçonaria e antimaçonomia**: uma análise da “História secreta do Brasil” de Gustavo Barroso. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

contra a maçonaria pedindo seu fechamento. Desde a “revelação” feita pelo Estado-Maior parte da imprensa brasileira efetivou uma campanha contra a maçonaria, da qual destacamos aqui, como exemplo, o jornal *O Povo*, produzido no Rio de Janeiro. Nos dias seguintes à publicação do Decreto 2.005 foi estampado neste noticiário: “*Sem se fechar a Maçonaria não se pode combater o comunismo*”.<sup>15</sup> Em outra edição, de 14 de outubro, foi publicado: *Os mistérios do bode preto: a maçonaria, força da vanguarda do judaísmo*.<sup>16</sup> Já na edição de 22 de outubro, mais um ataque: *A maçonaria precisa ser fechada: força da vanguarda do bolchevismo - coincidências - uma urgente medida que o Brasil exige*, onde afirmava-se que:

MAÇONARIA e Comunismo temos dito, por muitas ocasiões, são duas modalidades de campanha judaica de conquista das Pátrias cristãs. Ligadas por cordeias invisíveis ao Judaísmo Internacional ambos se entendem e a maçonaria não é, no mundo, nada mais do que uma força de vanguarda do Bolchevismo.<sup>17</sup>

Com medo de uma represália, ainda no primeiro dia de outubro de 1937, um dia após a divulgação do *Plano Cohen*, através de um manifesto, a principal força maçônica no país, o Grande Oriente do Brasil (GOB), tentou se furtar das acusações. Para isso, o grão-mestre desta organização divulgou uma nota pública na imprensa destinada a nação brasileira, afirmando que desconhecia a veracidade da referência entre a maçonaria e o comunismo contida no “documento” publicado pelo Estado-Maior:

Declaração do Grande Oriente do Brasil à nação

A Maçonaria Brasileira, neste passo grave da vida nacional, afirma, mais uma vez, a sua formal repulsa ao comunismo.

A Maçonaria Brasileira é uma instituição eminentemente nacional, cujas origens se confundem com as da independência da Pátria. Ela continuará combatendo intransigentemente, e fiel à perennidade das tradições brasileiras, essa doutrina antinacional e anti-maçônica, exótica e liberticida, oriunda de inspiração estrangeira e baseada no ódio, na força e na violência.

Repelle, por isso, a referência, a um tempo insidiosa e intrigante dos comunistas, contida no documento, ontem, em boa hora, publicado pelo Estado-Maior do Exército, documento este somente agora conhecido da Maçonaria. E, de resto, declara que dentro no rumo, que se traça, de instituição genuinamente moral, não se afastará de seus propositos, não se envolvendo em quaisquer questões de política partidária e muito menos receber conselhos dos desalmados inimigos da Ordem e do Regimen, da Família e da Pátria.

Rio de Janeiro, 1.º de outubro de 1937

O Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil

(GENERAL DR. JOSÉ MARIA MOREIRA GUIMARÃES).<sup>18</sup>

<sup>15</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5150, p. 169.

<sup>16</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5150, p. 173.

<sup>17</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5150, p. 165.

<sup>18</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5150, p. 179.

Apesar da manifestação pública do GOB através da declaração à nação sobre sua posição política contrária ao comunismo e não partidária, não foi possível escapar da repressão desencadeada pela decretação do estado de guerra.

No dia 24 de outubro de 1937, o veículo de comunicação *O Jornal*, também produzido no Rio de Janeiro, publicou uma reportagem anunciando o fechamento das primeiras lojas maçônicas no país, intitulada: *Fechamento das lojas maçônicas: determinada pela comissão federal, a medida já foi executada nos estados de Pernambuco, Ceará e Bahia*. A matéria trazia uma declaração do general Newton Cavalcanti sobre os trabalhos decorrentes do estado de guerra. Segundo a reportagem, a comissão federal teria informações de “perigosa infiltração de comunistas na maçonaria” brasileira e que, por conta disso, foi aberto um inquérito regular para apurar a extensão da infiltração aludida e anular seus responsáveis. Além disso, Newton Cavalcanti destacou que até a conclusão do processo ficariam essas organizações fechadas e que os executores do estado de guerra já estavam cumprindo as recomendações desta comissão.<sup>19</sup>

Logo, a repressão contra as lojas maçônicas se estendeu para outros estados como São Paulo e Espírito Santo. Em Minas Gerais não foi diferente. No dia 25 de outubro de 1937, o delegado da Delegacia de Ordem Pública (DOP), atendendo à requisição da Junta Executora do Estado de Guerra e cumprindo determinação expressa do chefe de polícia, comunicou a autoridade policial da capital mineira que deveriam ser fechadas, com máxima urgência, todas as lojas maçônicas da cidade. E que deveria ser apreendida toda a documentação encontrada que pudesse evidenciar a relação entre a maçonaria e o comunismo. Afirmou ainda que deveria ser obtida a relação nominal de todos os sócios das lojas interditas. Após esta etapa concluída, o delegado reiterou que todo o material apreendido deveria ser remetido à DOP.<sup>20</sup>

No dia 27 de outubro, os veneráveis das lojas maçônicas de Belo Horizonte publicaram a seguinte nota comunicando a seus membros o fechamento da maçonaria:

- Aos Maçons de Belo Horizonte -

Os presidentes das Lojas Maçônicas da jurisdição do Grande Oriente do Brasil nesta capital, comunicam que em face das deliberações da Junta Executora do Estado de Guerra, foram as Lojas Maçônicas desta Capital fechadas até que se apure se ha nas mesmas alguma infiltração comunista, após o que voltarão Ellas a funcionar com a regularidade e as garantias que lhes asseguram as leis e as Autoridades Constituidas da nossa Patria. Communicam mais que leal e gostosamente puzeram á disposição do Snr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social, que foi o executor dessa medida, todo e qualquer elemento que essa Autoridade requizitou para um cabal desempenho da missão que lhe foi confiada. Isto feito, recomendam aos Maçons que se mantenham

<sup>19</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5150, p. 161.

<sup>20</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5150, p. 150.

serenos, como é do habito e do feitio maçônico, ante a literatura solerte e intriguilista que esse acontecimento suggere aos confuzionistas e eternos inimigos da Verdade, da Ordem, do Progresso, pois como sabemos dessa emergencia sahirá a nossa Sublime Instituição mais engrandecida, dignificada e respeitada. Confiemos antes de tudo nas Leis e na Integridade das Autoridades de nossa querida patria, o nosso Brasil. Bello Horizonte, 27 de Outubro de 1937.

Os Veneraveis das Lojas “Deus, Humanidade e Luz”, “Lealdade e Franqueza”, “Roma Segunda”, “União Fraternal”, “Bello Horizonte”, Fidelidade Escocezza”, “Gonsalves Ledo” e “Vinte Abril”.<sup>21</sup>

Não apenas as lojas maçônicas da capital mineira, mas também as do interior foram atingidas pela repressão estatal. Em finais de outubro de 1937, das 212 lojas maçônicas registradas em diferentes cidades de Minas Gerais, pelo menos 39 foram imediatamente interditas.<sup>22</sup>

No dia 28 de outubro de 1937 foi a vez do fechamento da Loja Maçônica Atalaia do Norte em Diamantina, uma das mais tradicionais do estado. Um dia antes, às 21h00, o delegado da Polícia Especial de Diamantina, José Rosa de Meira, em caráter de urgência, enviou um radiograma para a Estação do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Na mensagem, ele questionou o delegado da DOP, Orlando Moretzsohn, sobre a busca e a interdição da loja maçônica em Diamantina.

Urgente.

Dr. Orlando Moretzsohn, Deleg. Ordem Publica. BHorizonte.

Peço mandar instruções sobre fechamento loja Maçônica desta cidade o que ainda não foi feito por não ter recebido até agora ordem chefia polícia. Sds”.

Tte. José Rosa, Delg. Espc.<sup>23</sup>

Em resposta, no mesmo dia foi enviado um radiograma da DOP para o delegado militar em Diamantina informando sobre os procedimentos a serem tomados.

Delegado militar Diamantina.

Resposta vosso informe seguiram correio instruccões fechamento maçonaria vg o que deveis fazer essa cidade vg apprehendendo tudo que se relacione communismo e remetendo documentação esta delegacia pt.

Saudações.

(Orlando Moretzsohn)

Delegado Ordem Publica.<sup>24</sup>

Cumprindo tal ordem, José Rosa de Meira e escrivão, mais as duas testemunhas que foram intimadas em suas residências, dirigiram-se para o prédio onde funcionava a Atalaia do

<sup>21</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5150, p. 143.

<sup>22</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5150, p. 135-141.

<sup>23</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 83.

<sup>24</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 82.

Norte, que na época estava situada à Rua Campos de Carvalho, n° 49, centro de Diamantina. A placa da loja era em formato de triângulo com uma pintura de uma ave amamentando seus filhotes, escrito na parte de cima “1874, 17 de abril” e em baixo “Atalaia do Norte”, afixada na parte superior da fachada do segundo andar do imóvel, assim como pode ser visto na figura 1.

Figura 1 - Prédio onde funcionava a Loja Maçônica Atalaia do Norte<sup>25</sup>



Fonte: Acervo Chichico Alkmim/ Instituto Moreira Salles, s/d.

<sup>25</sup> Apesar da imagem não conter data, quando a Loja Maçônica Atalaia do Norte foi interdita em outubro de 1937, certamente ela funcionava neste prédio, no segundo andar, assim como registrado na fotografia de Chichico Alkmim que realizou a maioria do seu trabalho na primeira metade do século XX.

Quando a autoridade policial chegou à Atalaia do Norte foi posto à sua disposição todos os documentos disponíveis. Em companhia de Agenor Moreira da Silva, presidente da loja, das testemunhas e do escrivão, o delegado mandou interditá-la. No termo de abertura do processo, destaca-se que:

Aos vinte e oito dias do mes de Outubro de mil novecentos e trinta e sete, em companhia das testemunhas Orlandi José Orlando e Otto Lamartine Ribas, o Sr. Tenente José Rosa de Meira, Delegado Especial, em companhia ainda do Presidente da Loja maçônica desta cidade, Sr. Agenor Moreira da Silva, comigo escrivão de seu cargo, dirigiu-se para o prédio onde funciona a referida Loja, cujas portas lhe foram abertas e posto a sua disposição todos os documentos existentes sujeitos a busca mandada fazer pelo Sr. Delegado de Ordem Publica, em radiograma de 27 corrente, após a qual será lavrado o respectivo termo de fechamento da referida Loja e de apreensão do que for encontrado e que possa interessar á policia. De tudo lavrei o presente termo que vai assignado pela autoridade, Presidente da Loja, testemunhas e comigo escrivão que escrevi.<sup>26</sup>

No dia seguinte, José Rosa de Meira enviou um radiograma à DOP informando que a loja maçônica desta cidade havia sido fechada sem nenhum incidente.<sup>27</sup>

No termo de fechamento da Atalaia do Norte enviado à DOP, o delegado de Diamantina salientou que nada de interesse foi encontrado que evidenciasse a suposta relação da maçonaria local com o comunismo e, contudo, não deixou de fazer uma rigorosa busca, assim como lhe foi determinado.<sup>28</sup>

Apesar do delegado de Polícia Especial de Diamantina destacar que “nada de interesse foi encontrado”, a Atalaia do Norte continuou interditada. Cerca de três meses depois chegou ao conhecimento dos maçons de Diamantina que suas coirmãs haviam sido reabertas. Por conta disso, o venerável e o orador da Atalaia do Norte enviaram um telegrama ao chefe de polícia do estado de Minas Gerais, major Ernesto Dornelles, datado de 27 de janeiro de 1938, reivindicando a reabertura da maçonaria local:

Major Ernesto Dornelles  
Chefe de Policia do Estado de Minas Gerais  
Saudações.

Em virtude continuar fechada a loja maçônica “Atalaia do Norte”, quando chegou ao nosso conhecimento que estão funcionando as suas có-irmãs por motivo ordem reabertura, e por achar as chaves desta loja em poder das autoridades locais viemos como Venerável e Orador pedir a V. Exl a finesa de ordenar as referidas autoridades a entregar-nos as chaves e autorisar o seu funcionamento. Confiados em vossos actos de retidão e justiça, aguardamos com prazer as vossas resoluções, que com prazer, serão acatadas e respeitadas.

Saúde, Paz e Fraternidade.

<sup>26</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 89.

<sup>27</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 84.

<sup>28</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 90-91.

Veneravel: Agenor Moreira da Silva  
Orador: José Soares<sup>29</sup>

No dia 5 de fevereiro de 1938, o delegado Orlando Moretzsohn encaminhou uma mensagem ao delegado de polícia de Diamantina relatando que não havia ainda permissão para reabertura da Atalaia do Norte.

Senhor Delegado

Com relação a uma consulta dos interessados, rogo-vos a fineza de scientificar aos responsáveis pela loja maçônica “Atalaia do Norte”, com sede nesta cidade e que se encontra fechada, de que não ha por enquanto ordem de reabertura da maçonaria. Saudações, Orlando Moretzsohn.<sup>30</sup>

Passados alguns meses, os maçons de Diamantina receberam uma correspondência da Loja Maçônica 20 de Abril, de Belo Horizonte, informando que ela estava reaberta por ordem do chefe de Polícia do estado de Minas Gerais. Logo, os membros da Atalaia do Norte encaminharam novamente um telegrama para Ernesto Dornelles, datado de 16 de junho de 1938.

Exmo. Sr. Cap. Ernesto Dornelles. Chefe de Policia do Estado de Minas Gerais  
Vimos, pelo presente, apelar para V. Exa. no sentido de conseguirmos essa ordem do Sr. Delegado Especial desta cidade, para que seja reaberta a loja maçônica local, intitulada de “Atalaia do norte”, fechada desde o ano passado, por ordem de autoridade superior do país, ordem que acatamos com todo respeito. O pedido agora feito é motivado pelo fato de ter a nossa Loja recebido uma correspondência da co-irmã “20 de abril” com sede nessa capital, informando estar a mesma reaberta por vossa ordem.<sup>31</sup>

Eles ressaltaram ainda nesta mensagem que foi feito um pedido ao prefeito municipal que reiterasse este pedido de reabertura da Atalaia do Norte, mesmo que fosse para limpeza e conservação da sede. Por isso, no dia 18 de junho de 1938, o prefeito Joubert Guerra enviou um radiograma para a Estação do Palácio da Liberdade solicitando ao chefe de polícia a reabertura da maçonaria local.

Maj. Ernesto Dornelles, Chefe Polícia, BHts.

Ciente vossencia ordenou abertura sede maçonaria dessa capital, por meu intermedio “Atalaia Norte” Diamantina solicita providencias sentido determinar vossencia seja aberta tambem aqui/sua sede.

Ats. sds

Joubert Guerra

<sup>29</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 81.

<sup>30</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 80.

<sup>31</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 77-78.

Prefeito<sup>32</sup>

Depois de receber em seu escritório várias solicitações sobre reabertura da maçonaria, Orlando Moretzsohn, no dia 22 de junho, enviou ao seu superior uma correspondência intitulada “Serviço de Investigações”. Nela, o agente questionou como deveria proceder diante dos pedidos de reabertura das lojas maçônicas do interior, destacando uma reivindicação feita pelos maçons de Diamantina:

Está junto uma representação de maçons residente em Diamantina, os quaes pedem a V.E. providencias sobre a reabertura da loja daquella cidade, allegando já estar funcionando a desta capital.

A allegação é procedente, mas a ordem dessa Chefia só se referiu a esta capital, pelo que consulto como devemos proceder em relação ao interior do Estado, de onde temos recebido inumeros pedidos identicos ao presente.<sup>33</sup>

No dia 5 de julho de 1938, a resposta veio de outro delegado da DOP, Rogério Machado, afirmando que: “com as primárias restrições e o máximo compromisso, permitir o funcionamento da parte administrativa e beneficente em atividade, sem atividade doutrinária ou política”.<sup>34</sup>

Contudo, a interdição da Atalaia do Norte permanecia, contabilizava-se mais de um ano de portas fechadas. Por conta disso, no dia 30 de novembro de 1938, o delegado de polícia José Rosa de Meira encaminhou mais um radiograma para a Estação do Palácio da Liberdade:

Exmo Snr Major Chefe Policia

B. Horizonte

Presidente loja “atalaia do norte” desta cidade alegou-me que outras lojas estão funcionando pt Pediu-me providencias junto a V. Excia afim ser a daqui tambem autorizada a funcionar pt.<sup>35</sup>

A pedido dos membros da Atalaia do Norte, no dia 8 de janeiro de 1939, a Delegacia de Polícia Especial do município de Diamantina, através do delegado José Simões da Silva, enviou outro telegrama ao chefe de polícia do estado de Minas Gerais:

Em virtude aos acontecimentos porque passou a Nação, a Loja Maçônica intitulada “Atalaia do Norte”, fundada nesta cidade ha cerca de setenta anos, recebeu assim como as demais Lojas do País, ordem de provisoria interdição, aliás perfeitamente explicavel, dada à situação dubia da política avessa ao ritmo legal; justo foi êsse alvitre

<sup>32</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 79.

<sup>33</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 76.

<sup>34</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 76.

<sup>35</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 72.

do governo, pelo qual os membros da “Atalaia do Norte” se nutriram do sentimento de disciplina consciente às boas normas em prol do bem comum [...].<sup>36</sup>

Ao apontar que os maçons cumpriram as ordens que lhes foram impostas, o delegado lembrou que as demais lojas do país estavam voltando a funcionar, porém a Atalaia do Norte ainda não. Além disso, o delegado saiu em defesa dos acusados, relatando que a maçonaria local tinha uma importância social e era formada por pessoas de boa conduta:

Tudo finalmente voltando à normalidade, as Lojas Maçônicas em geral reabriram suas portas, segundo é do meu conhecimento, e entraram em pleno gozo de suas atividades de caráter beneficente, verdadeiro imperativo da Maçonaria, não se dando o mesmo com a desta cidade, composta exclusivamente de pessoas de responsabilidade social, integradas com sinceridade na preocupação de prestigiar os governos da Nação e do Estado, do que posso oferecer meu testemunho pessoal.<sup>37</sup>

E concluiu que:

Néssas condições, não tive dúvidas em transmitir a V. Excel. o pedido que me foi dirigido pelos membros da referida Loja, no sentido de lhes ser permitido o funcionamento normal da mesma e peço-lhe se digne de examinar esse pedido com o seu característico espírito de justiça.<sup>38</sup>

Em resposta, no dia 2 de fevereiro de 1939, a DOP enviou uma mensagem a Delegacia Especial em Diamantina informando que o chefe de polícia estava concedendo em alguns municípios do interior a reabertura parcial da maçonaria.

Ao Senhor Delegado Especial de Polícia - Diamantina. Senhor Delegado:  
Respondendo ao vosso officio nº 11, de 8 de janeiro, tenho a informar a essa delegacia especial que o sr. Major Chefe de Policia tem concedido em alguns municipios a reabertura das lojas maçônicas para funcionamento da parte beneficente, não podendo haver reuniões ou quaesquer manifestações collectivas.  
Cordiais Saudações. Orlando Moretzsohn, Delegado.<sup>39</sup>

Por esse motivo, nos primeiros meses de 1939, foi sendo permitido o funcionamento das lojas maçônicas que ainda estavam interditadas em Minas Gerais, sem poderem funcionar de forma plena, apenas para atividades administrativas e beneficentes. Com isso, entende-se que a Atalaia do Norte retornou às suas funções, de forma gradual.

Segundo William Carvalho (2010, p. 51), em 1941 as lojas maçônicas no Brasil procuravam voltar à sua normalidade, mesmo que “sob a mira dos beaguins da ditadura,

<sup>36</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 68-69.

<sup>37</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 68-69.

<sup>38</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 68-69.

<sup>39</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 67.

infiltrados na própria instituição, e embora sobre o peso de decretos maçônicos castradores da liberdade de manifestação do pensamento.” O autor salienta que a principal referência maçônica do país, o GOB, foi fechada no dia 25 de novembro de 1937, 15 dias após a implementação do Estado Novo. E que desde o golpe de 1930 e a ascensão de Vargas, a maçonaria brasileira enfrentou um período de interrupção e regresso (CARVALHO, 2010, p. 50).

No tópico seguinte, veremos que com o processo de redemocratização do país, em 1945, o PCB voltou à legalidade e seus dirigentes que estavam presos foram anistiados. Diante de um novo cenário político, os militantes comunistas diamantinenses criaram o Comitê Municipal de Diamantina do PCB. Apresentando-se como Célula 3 de Janeiro, o comitê municipal tinha como uma das principais lideranças Lahyre Moreira da Silva, membro da Atalaia do Norte e filho do venerável Agenor Moreira da Silva.<sup>40</sup>

## **2.2 Célula 3 de Janeiro e o Comitê Municipal de Diamantina do PCB (1945-1947)**

Em 1942, com o avanço dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, sobretudo da União Soviética, e as sucessivas derrotas nazistas e fascistas, o quadro político interno no Brasil se tornou favorável aos comunistas (CARONE, 1976, p. 486). Outro ponto importante que impulsionou novamente o comunismo no país foi o II Congresso Nacional do PCB, realizado às escondidas, em agosto de 1943, na Serra da Mantiqueira, no Vale do Paraíba. Ali foi dado um passo decisivo na reorganização do PCB, definindo sua linha política; estabelecendo a união nacional contra o fascismo; a participação direta do Brasil na guerra e o fim da "teoria" do liquidacionismo. A II Conferência Nacional também reordenou o Partido em bases leninistas, reafirmando a sólida admiração do PCB ao Partido Comunista da União Soviética, assim como a Stalin (CARONE, 1982, p. 240). Nesse evento, Luís Carlos Prestes foi nomeado secretário-geral do PCB e o pedido de anistia dos presos políticos foi aclamado. Ainda em 1943, os comunistas começaram a se organizar surgindo diversas células em diferentes estados (CARONE, 1976, p. 486).

Em abril de 1945, o governo Vargas voltou a estabelecer relações diplomáticas com os russos e aprovou o Decreto-Lei nº 7.474, de 18 de abril deste mês, que concedeu anistia a todos os condenados por crime político no país desde a Constituição de 1934. Por conta disso, depois de 9 anos encarcerado, “a maior parte do tempo no mais absoluto isolamento”, aos 47 anos de

---

<sup>40</sup> De acordo com a lista nominal extraída do livro de matrícula da Loja Maçônica Atalaia do Norte pelo delegado de polícia José Rosa de Meira, em outubro de 1937, Lahyre Moreira da Silva e mais cerca de 44 outras pessoas pertenciam a referida maçonaria. APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4599, p. 92-93.

idade, o secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, foi posto em liberdade (PRESTES, 2006, p. 36).

De acordo com Berenice Cavalcante (1986, p. 180), desde que Luís Carlos Preste foi posto em liberdade “seu nome e sua pessoa cercaram-se da mística de um homem excepcional e insuspeitável.” Para o militante comunista, Prestes era considerado o Grande Chefe e mestre dos demais, uma figura única, que representava a luta contra o estado de coisas indesejáveis (CAVALCANTE, 1986, p. 184). A comemoração de seu aniversário era uma norma corrente na cultura comunista do PCB e replicada por seus correligionários. A proposta era associar o nascimento do líder comunista com o “advento do novo, que traz embutida a ideia de revolução, de criação de uma nova sociedade e de um novo homem.” (CAVALCANTE, 1986, p. 188).

Através de dezenas de jornais, em quase todos os estados, a imprensa partidária propagandeava as qualidades de Luís Carlos Prestes, fomentando o culto ao líder comunista, fazendo com que os anos no cárcere transformasse o herói também em um mártir. O resultado disso, após 1945, permitiu que “sua imagem exercesse um grande carisma popular.” (FERREIRA, 2002, p. 252).

Toda essa construção de bens simbólicos era disseminada nos meios de comunicação comunista através de uma linguagem política comum. Isso fazia parte da *celebração da autoridade*, adotada pelo PCB, principalmente, a partir de 1945, em que o objetivo era enaltecer o líder para “fazer crer”. O recurso da *celebração da autoridade* era elemento pertencente à estratégia *da tensão máxima* do militante. Esse trabalho de “fazer crer” consistia em afirmar as crenças e os valores da personalidade do líder, “por meio do culto à liderança, tentava-se transformar práticas dispersas em práticas orientadas, evitando os desvios e aumentando as forças políticas do grupo.” (FERREIRA, 2002, p. 253).

Entre março de 1945 a maio de 1947 o PCB “desfrutou da legalidade e conseguiu, pela primeira vez e talvez única vez, se transformar numa organização de massas. Para alguns estudiosos foi só a partir de então que o PCB começou a existir enquanto partido político”. (PANDOLFI, 1995, p. 127).

No curto período de legalidade, o PCB em Minas Gerais deu início a um processo de reformulação estrutural. Foram criados comitês municipais em várias regiões do estado, “cada Comitê estava responsável pela organização e estruturação das ações comunistas em várias cidades próximas.” (FIGUEIREDO, 2014, p. 4). Através desta reformulação, os comunistas em Diamantina criaram o Comitê Municipal de Diamantina do PCB, que junto a outros comitês, como os de Montes Claros, de Corinto, de Buenópolis, de Curvelo, de Pirapora e do Vale do

Rio São Francisco, somavam-se enquanto um bloco comunista na região centro/norte mineira (FIGUEIREDO, 2014, p. 5).

Neste momento, para o Comitê Central do PCB a aprovação de uma nova Constituinte seria o único meio capaz de “levar à implantação de um regime democrático no Brasil, sepultando a Constituição de 1937 e as instituições do Estado Novo”, além de impedir um novo golpe por parte das forças conservadoras.<sup>41</sup> Em setembro de 1945, a principal liderança do Partido ressaltou a importância de impulsionar as eleições gerais para concretizar em seguida a Assembleia Constituinte. Nesse momento, o PCB estava disposto a defender o governo em nome da campanha pela constituinte.<sup>42</sup>

No dia 29 de setembro de 1945, Lahyre Moreira da Silva assinou junto a outros militantes comunistas de Diamantina um telegrama encaminhado ao presidente Getúlio Vargas para dar coro à voz do líder comunista pedindo a convocação da Assembleia Constituinte. Da mensagem, destaca-se o seguinte conteúdo: “Democratas e anti-fascistas diamantinos protestam contra a rearticulação integralista e pedem imediata convocação Assembleia Constituinte. Saudações democráticas.”<sup>43</sup>

Exatamente um mês depois ocorreu o golpe que deu fim ao Estado Novo. Apesar da crise política, foram mantidas para o dia 2 de dezembro de 1945 as eleições gerais para escolha dos membros do Congresso Nacional, do presidente da República e do órgão responsável pela elaboração da nova constituição, a Assembleia Constituinte. Reconhecido por seus admiradores, nestas eleições, Luís Carlos Prestes foi o senador mais votado do Distrito Federal, recebendo 157.397 votos, a maior votação da história em pleitos equivalentes até então no país (REIS, 2014, p. 234). O líder comunista ao sair do cárcere “caiu nos braços do povo” e, simultaneamente, num redemoinho: “da solidão do cárcere, tempo de espera, à vida pública, tempo de decisões.” (REIS, 2014, p. 221). Foram eleitos nas eleições gerais de dezembro de 1945 uma bancada do PCB com 15 deputados e um senador, a quarta maior dentro do Congresso Nacional (BRAGA, 2003, p. 28).

A influência dos comunistas em Diamantina nas eleições gerais de 1945 foi mínima, porém significativa. Dos quase dez mil eleitores diamantinos, arrecadaram 193 votos para o candidato do PCB ao senado, Luís Carlos Prestes, e 184 votos para o candidato do PCB a

---

<sup>41</sup> PRESTES, Anita Leocadia. 1946: a bancada comunista e a política do PCB. **Blog da Boitempo**, 19 de setembro de 2021. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta12/27850/1946-a-bancada-comunista-e-a-politica-do-pcb/>. Acesso em: 14 out. 2021.

<sup>42</sup> *ibidem*.

<sup>43</sup> APM - Acervo DOPS/MG. Certidão: Serviço Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 14 de outubro de 1964.

presidência da República, Iedo Fiúza. Na época, as principais correntes políticas do município, com apoio irrestrito do chefe político local, Juscelino Kubitschek, reafirmaram, sobretudo, a adesão à candidatura dos membros do PSD. O mais votado para presidente na cidade foi o General Eurico Gaspar Dutra, recebendo dos diamantinenses 6.898 votos, seguido pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, 1.960 votos. Para o senado foi Levindo Eduardo Coelho, 6.764 votos. E, para deputado, o próprio JK, 6.634 votos.<sup>44</sup>

Grande parte do baixo rendimento comunista no voto do eleitorado em Diamantina se deve à atuação do clero na política da cidade. Naquela época, a Arquidiocese de Diamantina, conduzida pelo arcebispo Serafim Gomes Jardim (1934-1954), estava à frente do movimento anticomunista local. Através não apenas das diversas cerimônias que se avolumavam no calendário litúrgico, mas também a partir da imprensa, a atuação da igreja era constante, variando de acordo com a conjuntura política.

Nas eleições gerais de 1945, as mulheres em Diamantina foram advertidas pela imprensa católica local sobre os perigos de votar nos candidatos “vermelhos”. Na edição do jornal *Voz de Diamantina*, de 16 de setembro de 1945, pouco antes do referendo, destaca-se o noticiário: *A Mulher Brasileira e o comunismo: carta aberta à mãe brasileira*. A mensagem tinha a finalidade de advertir as mulheres sobre “os perigos do comunismo” e, conseqüentemente, da “destruição da família”. Com essa estratégia, o clero incentivou as mulheres católicas a firmarem um compromisso de votar nos partidos que apoiassem os postulados da igreja. Para isso, elas deveriam fazer uma inscrição na sacristia de sua matriz. Caso contrário, ficou subentendido que as conseqüências poderiam ser desagradáveis. A própria *Carta à mãe brasileira* é mais um imperativo do que uma sugestão.

Minha amiga. É a você que me dirijo [...] Dirijo-me a você, porque um inimigo poderoso está tramando contra a sua felicidade: o comunismo e seus disfarces socialistas. Êle pretende arrancar de seus braços o filho que tantos sofrimentos lhe custou; o filho que você embalou noites e noites com as pálpebras pesadas de sono; o filho cujo lugar à sua cabeceira você não trocaria por todos os tronos dêste mundo. Êle deseja destruir o amor que a uniu ao homem por você escolhido para compartilhar das suas alegrias e das suas tristezas. Êle quer fazer do futuro de seus filhos algo de imprevisível, algo de tenebroso. Êle pretende apagar da mente de seus filhos o nome de Deus que você lhes ensinou. Êle quer igualar você às mulheres que se dão sem amor a todos os homens. Uma grande responsabilidade pesa sobre seus ombros: é a você que compete lutar para defender a sua felicidade, o amor de seu marido e o futuro de seus filhos [...] Então, hoje mesmo, faça a sua inscrição na sacristia de sua Matriz, e assine o compromisso de votar nos partidos que apoiam os postulados da Igreja. Cumpra, assim, o seu dever de brasileira e cristã. Tire cópias e passe às suas amigas.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Resultado das Eleições, no município de Diamantina. Diamantina, 16 de dezembro de 1945, p. 2.

<sup>45</sup> VOZ DE DIAMANTINA. A mulher brasileira e o comunismo: carta aberta à mãe brasileira. Diamantina, 16 de setembro de 1945, p. 2.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 35), a Igreja Católica foi a instituição não-estatal que mais combateu os comunistas no século XX, tratando-os como inimigos “irreconciliáveis”. Frequentemente os religiosos no Brasil utilizavam o recurso da demonização do comunismo e dos comunistas como uma forma de enfrentá-los. Almejava-se destruir a reputação dessas pessoas, construindo um clima e sentimento de medo. Desde a primeira carta pastoral anticomunista divulgada no Brasil por Dom João Becker os comunistas foram afrontados. A capital russa, Moscou, foi considerada como a “cidade de Satanás” e o comunismo como o próprio “filho do Diabo” (MOTTA, 2000, p. 74-76).

O comunismo foi representado segundo a *Carta aberta à mãe brasileira* como um inimigo poderoso que tramava contra a felicidade das pessoas, almejando destruir suas famílias. O interesse dos clérigos da Arquidiocese de Diamantina em explorar o anticomunismo em sua circunscrição eclesiástica, naquele momento, estava relacionado às eleições gerais de dezembro de 1945, em que se buscava adquirir ganho político em forma de voto para seus afins.

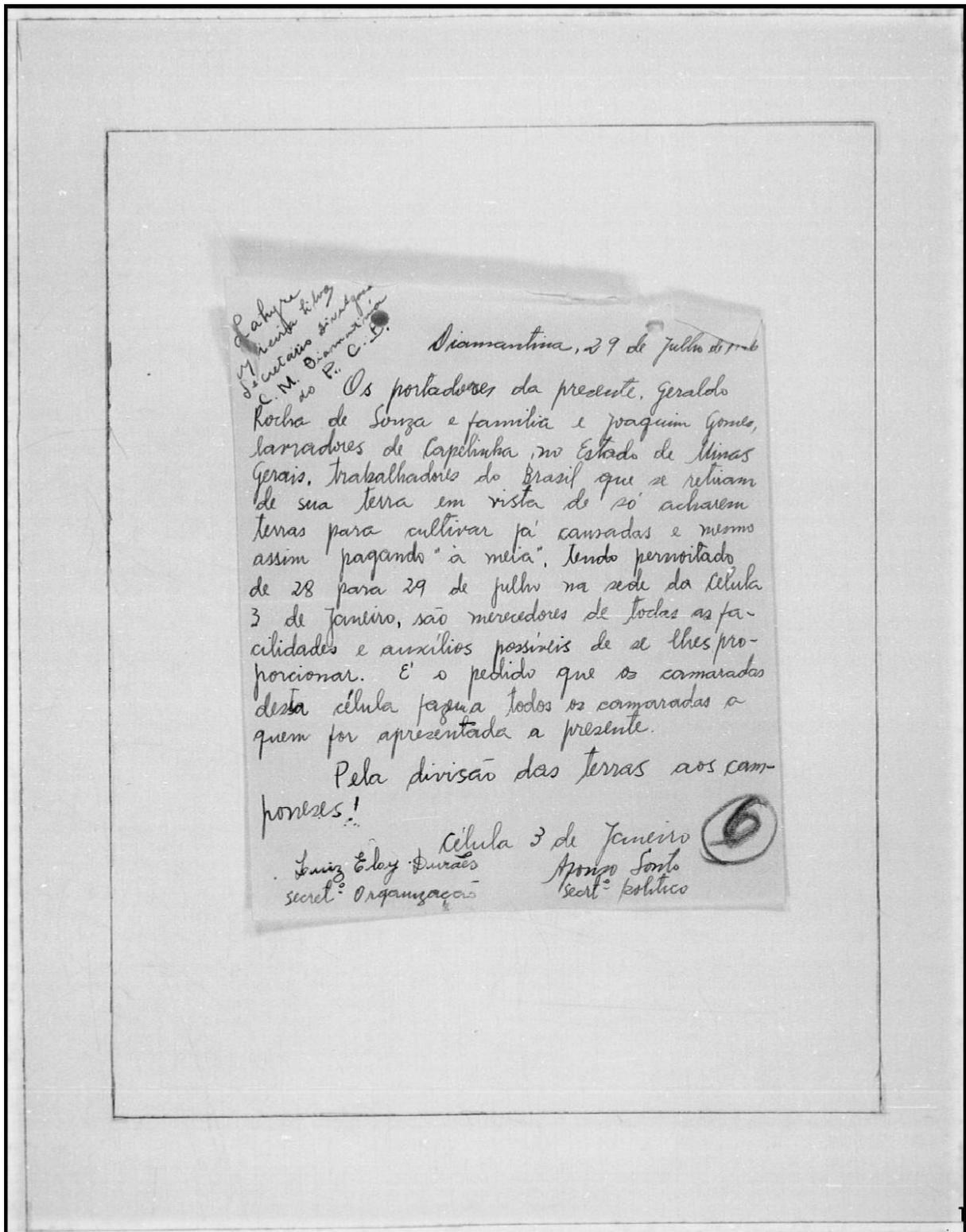
Eleito senador pelo Distrito Federal e ocupando o cargo de secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes presidiu a III Conferência Nacional do PCB, realizada em 8 de julho de 1946. Em sua exposição para um grande número de delegados presentes, o líder comunista, sintetizou no final do seu discurso, que a Conferência tinha por objetivo principal organizar melhor o Partido, a fim de aproximá-lo das grandes massas operárias e populares, promovendo a marcha do povo em direção à democracia e ao progresso. Nesse momento, entre as principais bandeiras levantadas pelo PCB, podemos citar a luta contra as sobrevivências do fascismo; pela democracia, através da União Nacional; contra o “imperialismo Ianque” e contra o atraso, a miséria e a ignorância.<sup>46</sup>

Pouco depois, em 29 de julho de 1946, o Comitê Municipal de Diamantina do PCB, através de Lahyre Moreira da Silva, secretário-geral, Luiz Eloy Durães, secretário de organização, e Afonso Santos, secretário político, dirigiu uma correspondência a seus correligionários, solicitando ajuda para duas famílias de retirantes, assim como pode ser visto na figura 2.

---

<sup>46</sup> Solução imediata para os problemas do povo. Informe político apresentado à III Conferência Nacional do PCB. Luiz Carlos Prestes, julho de 1946. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/07/povo.htm>. Acesso em: 25 jan. 2023.

Figura 2 - Correspondência da Célula 3 de Janeiro



Como pode ser notado na imagem, o Comitê Municipal de Diamantina do PCB era publicamente conhecido como Célula 3 de Janeiro, data que representa o natalício de Luís Carlos Prestes.

Uma cópia desta correspondência chegou à Delegacia de Polícia da Comarca de Diamantina. O delegado Antônio Felício da Silva enviou um telegrama ao chefe de Polícia em Belo Horizonte com a correspondência anexada, afirmando que se tratava de uma propaganda comunista.

Sr. Chefe:

Para conhecimento e apreciação de V. Excia. estou lhe enviando uma carta dirigida pelos comunistas de Diamantina (Celula 3 de Janeiro) ao Partido Comunista do Brasil, na qual são apresentadas duas famílias constituídas de 10 pessoas que se retiram dos Municípios de Capelinha e Itamarandiba na maior miséria.

Aproveita o fato para efeito de propaganda comunista uma vez que até chapas fotográficas dos retirantes foram batidas.

Saudações cordiais.

Antônio Felício da Silva, Delegado Regional de Polícia.<sup>47</sup>

Enquanto isso, a construção da nova constituição era executada no Congresso Nacional, o trabalho iniciou logo em fevereiro de 1946 e se prolongou até o mês de setembro quando foi aprovada a quinta Constituição brasileira.<sup>48</sup>

Ainda durante os trabalhos da constituinte, a oposição política iniciou uma perseguição ao PCB junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) exigindo a sua proibição. Em consequência disso, no dia 7 de maio de 1947 foi cassado o registro do PCB no TSE. Por três votos a dois, o desfecho se deu no Supremo Tribunal Federal (STF) que manteve a decisão do TSE (BRAGA, 2003, p. 18). Posteriormente, em 21 de outubro de 1947, o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética (REZENDE, 2006, p. 92).

Segundo Renato Arruda de Rezende (2006, p. 107), a partir de 1947, configura-se de fato uma nova geopolítica internacional movida pelos embates entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

No contexto dos primeiros anos da Guerra Fria o governo brasileiro, alinhado com os norte-americanos, tornou-se pioneiro na vanguarda na luta contra o comunismo. A chegada do General Eurico Gaspar Dutra à presidência da República através das eleições gerais de dezembro de 1945 representou o ápice do poder político dos militares. Com Dutra, eles assumiram o próprio controle do governo que era formado por antigos apoiadores do golpe que

<sup>47</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagem 2293.

<sup>48</sup> TRIGUEIRO, Osvaldo. Assembleia Nacional Constituinte de 1946. *In*: Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.

alçou Getúlio Vargas ao poder, em 1930, e da implementação do Estado Novo. Não apenas os militares se tratavam dos mesmos, mas também as lideranças políticas que em algum momento flertaram com tendências autoritárias, fascistas e anticomunistas. Dessa forma, o fechamento do PCB e o rompimento de relações com a URSS no governo Dutra “deve ser visto a partir das disputas internas pelo acesso ao poder ou sua manutenção.” (REZENDE, 2006, p. 109).

Devido à cassação do registro do PCB no TSE, as sedes dos comitês municipais foram, uma a uma, interditadas pela polícia. O Comitê Central da capital mineira foi informado pelo Tribunal Regional Eleitoral, através do telegrama nº 365.700, que o seu registro estava cancelado (FIGUEIREDO, 2014, p. 5).

No dia 13 de maio de 1947 foi a vez do Comitê Municipal de Diamantina do PCB ser embargado. Agindo conforme as instruções expedidas no radiograma 757 de 10 de maio de 1947, o delegado Antônio Felício da Silva se dirigiu à sede da Célula 3 de Janeiro. Na presença do escrivão e das testemunhas, Alayde da Cruz Pires e José Agostinho Rocha, bem como na presença do diretor da célula, Lahyre Moreira da Silva, o delegado interditou-a, mandando fechá-la. Dessa forma, foram retirados cartazes, símbolos e propagandas que estavam no local. O delegado arrolou, na presença dos demais os objetos, os papéis e os documentos encontrados, mandando lavrar Auto de Apreensão. No Auto de Apreensão, constam os seguintes materiais apreendidos na sede da Célula 3 de Janeiro em Diamantina:

5 estampas devidamente encaixadas em moldura representando: 2, Luís Carlos Prestes e as outras, Marques, Lenine e Rooselvet; 2 modelos para pintura de quadro mural de propaganda, 1 dizendo: “Contra a fome, vote nos candidatos do P.C.B” e outro, “Vote no Partido Comunista”; 1 pasta contendo um informe do plano ampliado de 5 de setembro de 1946; 1 conjunto de papéis datilografados, devidamente engrampados; 5 cartazes de propaganda; 1 pasta contendo boletins de propaganda e papéis em branco; 1 maço de prospectos contendo: 4 “Contra a guerra e o Imperialismo”; 8 “instruções aos fiscais do Partido Comunista”; 3 “Em marcha para o 4º congresso do P.C.B”; 11 normas orgânicas para o 4º congresso; 5 Teses da 3ª Conferência Nacional do P.C.B”; 8 almanaques de diversas denominações; 18 revistas diversas; mais cinco outras revistas, mais dois almanaques; 8 “Divulgação Marxista”; 4 livros; 24 digo, 40 cadernos de talões de “Bônus Eleitoral de Cr. \$ 2,00; 30 ditos de Cr.\$ 5,00; 10 ditos de Cr.\$ 10,00; 10 ditos de Cr.\$ 20,00; 10 ditos sem quantia determinada; 4 talões de assinatura do “Jornal do Povo”; 1 maço de cartões de registro de nome e de identidade dos participantes da zona eleitoral e para arquivo do partido; 3 maços de jornais comunistas; 1 Bandeira Nacional de pequenas dimensões e em bom estado de conservação; 1 arquivo contendo 45 atas de reunião da “Célula 3 de Janeiro”; 1 pasta contendo circulares do partido; 1 pasta contendo: 6 atas do Comitê Municipal de Diamantina e diversas correspondências de expedição e recebimento; 1 tabuleta de afixar cartazes de propaganda.<sup>49</sup>

<sup>49</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagem 2290-2291.

A quantidade de materiais de propaganda e de documentos apreendidos mostram que os comunistas em Diamantina mantinham uma célula organizada, com sede própria e com atividade contínua de seus militantes. Assinavam noticiários como o *Jornal do Povo*. Tinham revistas e livros que eram utilizados para estudos sobre o marxismo, a revolução russa, o congresso da III Internacional Comunista e a Conferência Nacional do PCB etc. Cultuavam símbolos políticos como Prestes, Marx, Lenin e Roosevelt que circulavam entre seus pares. As 45 atas de reuniões da Célula 3 de Janeiro e as seis atas do Comitê Municipal de Diamantina, assim como as diversas correspondências de expedição e recebimento apreendidas, indicam que eles se encontravam comumente e comunicavam constantemente com outros atores políticos. Por fim, destaca-se no Auto de Apreensão a assinatura do diretor da célula, que se diferenciava das demais pelo fato da utilização dos três pontos em cima do sobrenome Silva, formando uma espécie de triângulo.<sup>50</sup>

A situação do PCB ficou ainda mais complicada a partir de janeiro de 1948, quando ocorreu a exclusão dos comunistas do sistema político-partidário, depois que o Congresso Nacional cassou os mandatos dos parlamentares da sigla, “pondo fim a dois anos de legalidade, depois de 23 anos de vida clandestina do Partido (BRAGA, 2003, p. 18).

Por conta desta situação, a direção do PCB promoveu mudanças radicais na linha política do partido, acreditando que não haveria espaço para atuação legal dos comunistas no regime democrático-liberal que se consolidava após a queda do regime do Estado Novo. O PCB lançou um manifesto, ainda em janeiro de 1948, exigindo a derrubada do governo Dutra e a instalação de um governo democrático, progressista e nacionalista. Neste manifesto o governo foi considerado pelos comunistas como uma “ditadura”, “antidemocrático” e de “traição nacional, a serviço do imperialismo norte-americano.” (PANDOLFI, 1995, p. 170).

Em maio de 1949 foi publicado pelo Comitê Central, o informe político de Luís Carlos Prestes.

Camaradas! Pela primeira vez, depois da derrota militar do nazismo, é na clandestinidade que se reúne nosso Comitê Central, após dois anos de sua última reunião ainda na legalidade - longo interregno a que fomos forçados, em consequência do avanço da reação no país e das dificuldades que tivemos que vencer para garantir a vida do Partido, assegurar a atividade prática de seus organismos dirigentes e defender a vida de seus chefes, nas novas condições criadas com a ilegalidade, a ofensiva da reação, e a brutalidade policial a serviço do imperialismo, que não esconde sua intenção de esmagar a vanguarda do proletariado no país e de liquidar fisicamente seus dirigentes de maior prestígio popular. (CARONE, 1982, p. 89).

---

<sup>50</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagem 2290-2291.

Assim, o PCB oficializava sua atuação na clandestinidade e denunciava a perseguição contra a “vanguarda do proletariado”, assim como o risco de vida que os dirigentes de maior prestígio do partido estavam correndo por conta da “reação”. Pouco poderia imaginar o líder comunista que passaria os próximos anos na mais alta clandestinidade, se afundando, novamente, no subterrâneo da política (REIS, 2014, p. 243). Em agosto de 1950, o Comitê Central do PCB “lançou um novo manifesto referendando as posições do Manifesto de janeiro de 1948.” (PANDOLFI, 1995, p. 174).

### **2.3 De revolucionários a reformistas (1948-1958)**

Depois do cancelamento do registro do PCB, aquelas cidades e Comitês Centrais criados há pouco tempo e que não obtiveram o resultado esperado foram deixadas de lado. Com essa manobra, na primeira metade da década de 1950, o Partido injetou todas as suas atenções em localidades consideradas como fundamentais (FIGUEIREDO, 2014, p. 5). No norte de Minas Gerais, o Comitê Avançado foi implementado na cidade de Montes Claros. Nesse momento, na ilegalidade, o PCB se organizou da seguinte forma: Comitê Central, Comitê Estadual, Comitê Regional, Comitê Municipal/Núcleo e Células (FIGUEIREDO, 2017, p. 126-129). Dessa forma, apesar da cassação do registro legal do PCB, em 1947, e dos mandatos dos pecebistas, em 1948, os comunistas em todo o país continuaram em atividade (REIS, 2014, p. 245).

Diante das novas condições impostas pela ilegalidade, a partir de 1948, houve uma supervalorização da atividade clandestina dos militantes pecebistas, ser comunista clandestino era, principalmente, ser um revolucionário profissional (PANDOLFI, 1995, p. 173-174). Essa essência já existia dentro do Partido desde seus primórdios, e se manteve durante muitos anos. Adotar os princípios do PCB era uma questão séria, pois, desde então, o militante deveria começar a se dedicar à causa, ao movimento revolucionário. Seguir o PCB significava adotar o espírito do partido, um envolvimento não apenas político, mas também existencial. Nesse sentido, o militante deveria praticar a devoção integral à causa, através do sacrifício pessoal e da renúncia ao comodismo. Esta visão de mundo estava inserida dentro de uma lógica de uma cultura comunista, “que se consolidou com a Revolução de 1917 e se identificou com o modelo de sociedade que foi implantado na URSS.” (PANDOLFI, 1995, p. 35-36).

Devido a atividade clandestina dos militantes comunistas, que estariam desrespeitando às ordens do TSE, “o recrudescimento da posição anticomunista da polícia política mineira foi reforçado pela condição de ilegalidade imposta ao PCB.” (ASSUNÇÃO, 2006, p. 113). Em Minas Gerais, desde a década de 1930, o objetivo central da DOP, com sede em Belo Horizonte,

era o de limitar ao máximo o movimento comunista no estado, considerado subversivo (ASSUNÇÃO, 2006, p. 36).

Nos primeiros anos da década de 1950, a DOP foi ampliada, ganhou prédio próprio e teve suas funções repartidas em secções. No ano de 1954, a DOP passou a se chamar Delegacia Especializada de Ordem Pública (DEOP). Já em 1956, com o crescimento da atividade da polícia política foi criado o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Dessa forma, o DOPS transformou as antigas seções da DEOP em delegacias especializadas. A Delegacia de Ordem Política e Social, por exemplo, ficou “responsável pelo controle e organização da atividade de combate aos comunistas e suspeitos de o serem, pelo DOPS.” (FURTADO, 2012, p. 59-60).

Segundo Rosângela Assunção (2006, p. 8), a polícia política no Brasil se resumia a uma instituição do Estado moderno que por muitos anos “invadiu o espaço público para vigiar, controlar e reprimir o comportamento político de setores e cidadãos com projetos políticos contrários ao poder estabelecido.” A ameaça “advinda da ação destes elementos vis e perigosos legitimava a investida policial na vida pública e privada dos suspeitos.” (ASSUNÇÃO, 2006, p. 111). Além disso, a autora salienta que o conjunto que compunha os órgãos de repressão era constituído pelas forças de segurança estadual e federal, como também formado por diversas parcelas da sociedade que colaboraram com denúncias e demais práticas. Simples ou complexas, todas as partes estavam voltadas “para o combate à ameaça vermelha representada pela ampliação do comunismo, no Brasil e no mundo.” (ASSUNÇÃO, 2006, p. 8-9). Por comunista, a polícia política entendia todos os simpatizantes, aliados ou militantes do comunismo, classificados de acordo com o seu grau de envolvimento e tinha-os como elementos vis e perigosos à nação, eficientes em seus métodos e técnicas de subversão. O subversivo/comunista era qualificado como frio, calculista, decidido e inteligente, assim como perigoso, violento e dissimulado (ASSUNÇÃO, 2006, p. 107).

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 203-204), os órgãos de repressão foram um dos agentes sociais que exploraram o anticomunismo para realizar intervenções autoritárias na vida política nacional. Aproveitavam da ideia da abominação da “ameaça vermelha” para realizar investidas policiais inopinadas e com zelo na vida privada e pública dos ditos subversivos.

Para os militantes comunistas revolucionários, a polícia política era considerada como “a reação”, em que sua finalidade era reprimi-los em suas atividades políticas. Por esse motivo foi criado, em 1951, o folheto intitulado: *Se fores preso, camarada...*, o qual a autoria foi atribuída a Carlos Marighella. Este manual teve grande circulação e aceitação no meio

comunista, sendo bastante recomendada a sua leitura.<sup>51</sup> Publicado quatro edições até 1963, *Se fores preso, camarada...* foi apresentado aos militantes em um momento em que os órgãos de repressão atuavam com maior eficiência. Em seu conteúdo era traçado que o objetivo principal da polícia ou da reação era liquidar com a organização comunista no Brasil, fazendo isto desde a criação do PCB. Para esse fim, destinava-se todos os recursos e lançava-se mão de todos os processos, da violência à provocação política. Entendia-se que a reação fazia de tudo para desmoralizar cada militante, para liquidar moralmente cada quadro do Partido.

Assunto tratado com mais ênfase no manual, a prisão de um militante era entendida como um ato arbitrário e viciante da classe dominante. Preso, o militante deveria se comportar com firmeza, sabendo o que não deve e o que não pode dizer. Do contrário, caso auxiliasse a polícia, seria tido como um traidor da sua classe, julgado pelo povo e pelo Partido. Um lema ocupava a introdução ao conteúdo do folheto: “A prisão se enfrenta com coragem – É um posto de honra para um militante revolucionário.”<sup>52</sup>

A obra acentuava também a importância de se elevar o nível de coerência ideológica do Partido, reforçando assim o comportamento dos partidários. Em vista disso, recomendava-se os estudos dos clássicos da literatura teórica: Marx, Engels, Lenin e Stalin, além de outros autores que tratavam sobre o desenvolvimento do movimento revolucionário dentro do Brasil. Os estudos deveriam ser persistentes, realizados de forma coletiva e individual. Por fim, destacava-se na conclusão do folheto que:

Este folheto deve ser discutido e bem estudado em todas as organizações do Partido e conhecido de todos os seus membros. Evidentemente, salvo os princípios fundamentais a que fizemos referências, nos preceitos acima expostos cada militante deve ver senão regras gerais, que convêm conhecer e estudar. Cada um, em cada momento, conforme a situação concreta, variável e diferente, deve saber como agir, tendo sempre em conta os interesses da luta e do Partido.

Camaradas! Estudai bem, cada um de vós, o que deve ser o comportamento de um militante comunista em caso de prisão e sede dignos dos ensinamentos de Lenin e Stálin, sede dignos de todos aqueles que, membros de nosso Partido, souberam dar suas vidas pela causa da revolução.

Diante dos policiais, diante dos juizes das classes dominantes, um comunista não deve dizer nada que possa prejudicar ao Partido, à classe operária, à luta contra o imperialismo e seus lacaios.

Militantes! Não esquecei jamais que um minuto de desfalecimento pode manchar para sempre a vossa vida de combatente revolucionário. Diante do inimigo de classe, haja o que houver, é preciso não dizer nada.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> Se fores preso, camarada... Carlos Marighella. Arquivo marxista na internet, secção em português, 21 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1951/preso/se.htm>. Acesso em: 27 nov. 2021.

<sup>52</sup> ibidem.

<sup>53</sup> ibidem.

Em plena guerra de classes, assim como imaginavam os comunistas, os membros da Célula 3 de Janeiro estavam sob o estado de vigilância e de controle social. Prova disso é o documento datado de 16 de janeiro de 1950 pertencente ao arquivo da DEOP. Nele, foi registrado que: “esteve nesta Capital o comunista Lahyre Moreira da Silva, funcionário dos Correios e Telégrafos em Diamantina, que foi secretário de divulgação do CM daquela cidade; o mesmo esteve em ligação com os comunistas desta Capital”.<sup>54</sup>

Da mesma forma, o boletim quinzenal nº 22, reservado, da Divisão de Ordem Pública e Social do governo do Rio de Janeiro, registrou que no mês de maio de 1952, o militante Carlos de Freitas Andrade, junto a outros comunistas de Diamantina, telegrafou ao Tribunal Federal protestando contra um processo que corria na justiça contra Luís Carlos Prestes.

Os comunistas Carlos de Freitas Andrade, João Rodrigues Sobrinho, Tarcisio dos Reis, Orlando Alves Ferreira, Manoel Antônio da Silva, Walter Pio Fernandes, Waldemiro da Silva e João Pio Fernandes, de Diamantina, no Estado de Minas Gerais, telegrafaram ao Tribunal Federal, protestando contra o processo de Luís Carlos Prestes.<sup>55</sup>

Nascido no distrito de Couto de Magalhães no ano de 1903, Carlos de Freitas Andrade foi durante muitos anos representante do PCB em Diamantina. Ao fazer um tratamento para dores na coluna com um remédio injetável, consequência dos esforços feitos nos anos em que trabalhou no garimpo, acabou sofrendo efeitos colaterais irreversíveis. As sequelas o deixaram com dificuldades de locomoção, ficando com a coluna arqueada e paralisia das pernas. Por conta disso, quase não saía de sua residência, no Beco dos Berens, próximo ao centro, onde morava desde pelo menos 1954 em uma casa muito simples. Ficava mais no seu quarto e seu irmão que morava numa residência ao fundo da sua, entre outros, lhe ajudava. Devido a sua condição física e sua função política, recebia muitas visitas, seja para fins partidários ou não. Era reconhecido pelos seus companheiros como uma pessoa extremamente culta e respeitada por todos os seus amigos.<sup>56</sup>

Por conta da sua dificuldade de caminhar, de enfrentar a cidade, Carlos de Freitas Andrade contava com um emissário que conduzia as suas correspondências lacradas ao correio, bem como as recebia. Dessa forma, ele mantinha contatos com outros atores políticos do norte do estado de Minas Gerais, da capital mineira, como também preservava elos no Rio de Janeiro, onde morou por um período da sua vida quando trabalhou na Marinha.<sup>57</sup> Figura presente nos

<sup>54</sup> APM - Acervo DOPS/MG. Serviço Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 16 de janeiro de 1950.

<sup>55</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5358, p. 134.

<sup>56</sup> Entrevista 2. Diamantina, 2018.

<sup>57</sup> Entrevista 1. Diamantina, 2019.

relatórios de investigação da polícia política, ele era tratado pelas autoridades como “uma pessoa inteligente, politqueira e sagaz que professa o credo vermelho na cidade desde 1945.”<sup>58</sup>

Antes de enfatizar mais sobre os militantes revolucionários e a vigilância da polícia política, é necessário rapidamente apontar outro evento significativo para o movimento comunista no Brasil nos anos 50, o IV Congresso do PCB.

Do dia 7 ao dia 11 de novembro de 1954 aconteceu o IV Congresso do PCB quando foi ratificado as posições do Manifesto de Agosto de 1950. O discurso de abertura proferido por Astrojildo Pereira discorria sobre a condição clandestina em que se realizou o encontro: “Camaradas! Eis-nos reunidos, em alguma parte do Brasil, para iniciar uma jornada que já se anuncia fecunda e gloriosa”.<sup>59</sup> Diante dos delegados foi aprovado o novo Comitê Central, os informes de Prestes, de Arruda e de Amazonas, assim como a reformulação do Programa e do Estatuto do PCB. Uma das estratégias apresentadas aos delegados presentes foi “*Agitação e Propaganda Para Milhões, Fator Decisivo Para a Vitória do Programa do Partido*”. O primeiro ponto debatido sobre as intervenções no IV Congresso foi este. No discurso proferido por Maurício Grabois foi enfatizado a importância de ampliar e de melhorar a propaganda e a agitação política do Partido. Para isso, ele citou o líder comunista Luís Carlos Prestes:

[...] o camarada Prestes arma os membros do Partido para lutar com êxito pelos objetivos do Programa, traça com clareza as tarefas para derrotar as forças reacionárias internas e o opressor imperialista norte-americano. Diz o camarada Prestes: «Na atual situação, ampliar e melhorar a propaganda e a agitação política do Partido é uma questão decisiva para o próprio Partido.»<sup>60</sup>

Em seguida, Grabois salientou que inúmeras iniciativas, muitas delas novas e criativas, surgiram no trabalho de agitação e propaganda após o lançamento do Programa, germinado desde janeiro de 1954. Entre elas, o orador lembrou sobre a polêmica travada entre o *Jornal do Povo* e “o jornal do Padre” em Diamantina. Segundo Grabois:

Experiência interessante no debate do Programa foi a polêmica travada entre o «Jornal do Povo», de Belo Horizonte, e o jornal do padre da cidade de Diamantina — acontecimento que despertou grande interesse e determinou que o Programa prendesse vivamente a atenção do povo durante várias semanas.<sup>61</sup>

<sup>58</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0100, p. 6.

<sup>59</sup> IV Congresso do Partido Comunista do Brasil - PCB. Discurso de abertura. Astrojildo Pereira. 7 de novembro de 1954. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/discorso\\_abertura.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/discorso_abertura.htm). Acesso em: 28 mar. 2023.

<sup>60</sup> Agitação e propaganda para milhões, fator decisivo para a vitória do Programa do Partido. Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCB. Maurício Grabois. Novembro de 1954. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1954/11/agitacao.htm>. Acesso em: 28 de mar. 2023.

<sup>61</sup> *ibidem*.

Cabia aos dirigentes comunistas criarem formas de ampliação da divulgação do novo Programa do Partido, através da propaganda e da agitação. O acontecimento envolvendo o *Jornal do Povo* e o “jornal do Padre” da cidade de Diamantina foi citado no IV Congresso do PCB como exemplo de iniciativa exitosa, pois atraiu a atenção do povo por várias semanas. Depois disso, Maurício Grabois mencionou a importância do papel da imprensa popular, composta por uma rede de jornais, a qual ele se referiu como uma “arma insubstituível” no trabalho de agitação e propaganda do Programa. Vale ressaltar, que a principal fonte de renda do PCB, nesse período, para manter a pesada estrutura clandestina do Partido vinha do Movimento de Apoio à Imprensa Popular (MAIP), criado em 1947 e extinto em 1957 (PANDOLFI, 1995, p. 172).

Por conta da realização do IV Congresso, o Comitê Central do PCB recebeu 38 mensagens de felicitações e saudações de diferentes partidos comunistas espalhados pelo mundo, principalmente da Europa e da América, mas também da Ásia e do Oriente Médio. O Partido Comunista Chines encaminhou uma mensagem, a qual, a primeira parte, pode ser vista a seguir:

Ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil  
Estimado Camarada Luiz Carlos Prestes e todos os participantes do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil:  
O Comitê Central do Partido Comunista da China envia suas calorosas felicitações e sua saudação fraternal ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, vanguarda da heróica classe operária do Brasil.<sup>62</sup>

Os militantes revolucionários em Diamantina, a partir do IV Congresso do PCB, ampliaram suas intervenções através da propaganda e da agitação política. Por sua vez, ocorreu o aumento da vigilância da polícia política e do controle social.

A título de reservado, datado de 3 de junho de 1955, o comandante interino do 3º BI, Zulmiro Afonso da Mota, encaminhou à DEOP o Relatório de Informação nº 20/55, assunto: comunistas e integralistas. Sobre o primeiro tema, consta que os comunistas em Diamantina “continuam em ação clandestina, pichando os muros e paredes, não só de residências, como de templos, não se conseguindo identificá-los.”<sup>63</sup> E que continua a aparecer no município exemplares do *Jornal do Povo* e do *Programa do PCB* “atirados nas caixas postais, nas vias e

<sup>62</sup> Do Partido Comunista da China. Ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. Novembro de 1954. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/china.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/china.htm). Acesso em: 27 mar. 2023.

<sup>63</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0100, p. 6.

logradouros públicos e até mesmo em casas residenciais.”<sup>64</sup> Em anexo foi encaminhado um exemplar do *Programa do PCB* fornecido às autoridades por intermédio do encarregado da Praça de Esportes de Diamantina.

Por seguinte, Zulmiro Afonso da Mota destacou que o ten. cel. Manoel de Araújo Porto, comandante do 3º BI, nas funções de delegado de Polícia Especial, realizou “uma feliz e inopinada diligência na residência do Sr Carlos de Freitas Andrade, logrando apreender farto material de propaganda comunista.”<sup>65</sup> O agente repressivo citou Carlos Andrade como um “paralítico”, e, por conta disso, recebia visitas em sua casa, “as quais ali comparecem investidas de visitantes, mas na realidade vão para receber doutrina do credo vermelho.”<sup>66</sup> Segundo o informe, o material encontrado na casa do suspeito foi apreendido e encaminhado para a DEOP, com comunicação explicativa do ocorrido. E que os policiais da cidade continuam atentos colhendo informações reservadas para outras diligências.<sup>67</sup>

O segundo ponto, ressaltou que os integralistas estavam fazendo na cidade propaganda da candidatura de Plínio Salgado à presidência da República, espalhando folhetins conclamando o povo a votar nele. O comandante concluiu que: “estão os integralistas sendo vigiados com muita reserva”.<sup>68</sup>

Cerca de dois anos depois, no Relatório de Informações, enviado no dia 15 de junho de 1957 ao chefe da S/2 em Belo Horizonte, Major Eurico Alvarenga Mafra, consta que um agente da polícia política esteve em Diamantina para colher informações sobre propaganda comunista. O agente apurou que o *Jornal do Povo* estava tendo grande aceitação no município. Para ele, a prova disso seria que somente um jornaleiro estaria entregando, por vez, sessenta exemplares do periódico. Contudo, não procurou saber o nome dos assinantes para não levantar suspeita sobre si, ou da sua atividade. Em nota, para reforçar a comunicação ou aumento do valor da sua apuração, o agente da S/2 lembrou sobre o Relatório de Informação nº 19, de 6 de junho de 1957, encaminhado pelo 3º Batalhão da Polícia Militar ao DOPS. Este, expressa o seguinte sobre propaganda comunista em Diamantina: “Voltaram a agir: os pichadores voltaram às inscrições de suas legendas, tais como: abaixo o pacto do Atlântico sul; abaixo a entrega de Fernando de Noronha aos americanos.”<sup>69</sup>

---

<sup>64</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0100, p. 6.

<sup>65</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0100, p. 6.

<sup>66</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0100, p. 6.

<sup>67</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0100, p. 6.

<sup>68</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0100, p. 6.

<sup>69</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagem 2287.

Entende-se que as pichações serviram para os comunistas em Diamantina como uma ferramenta política em um contexto de disputa pela fala no espaço público, os primeiros escritos ocorreram em 1955 e ressurgiram em 1957. Além disso, a difusão de jornais relacionados à imprensa comunista e do *Programa do PCB* na cidade também incomodava as autoridades e demais opositores. Tais atitudes se enquadravam no leque de ações mais próximas da estratégia de propaganda e agitação, prevista no IV Congresso. Certo é que suas ações causaram grande impacto social e político, resultando, por sua vez, no aumento da repressão policial.

A circulação do *Jornal do Povo* em Diamantina contava com a participação de Carlos de Freitas Andrade, que chegava a receber, por vez, remessa em sua casa de 50 exemplares, assim como pode ser visto na figura 3.

Figura 3 - Jornal do Povo

(45)

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL  
VERIFICAÇÃO DE JORNAIS

Mod. 14

HISTORICO

Publicação	
Data:	
Setor:	
Fôlha n.º	

**JORNAL DO POVO**  
**RUA MATO GROSSO, 268 — BELO HORIZONTE**

Sr. Carlos de Freitas Andrade  
Beco dos Berens  
DIAMANTINA - Minas

Remetente: Av. Af. Pena 324 sala 23

ESTA REMESSA CONSTA DE 50 EXEMPLARES

**Ao Sr. Agente do Correio — Rogamos a fineza da devolução no caso de não ser encontrado o destinatário.**

Fonte: APM - Acervo DOPS/MG. Verificações de jornais. Histórico, s/d.

Nessa época, o representante do PCB em Diamantina também facilitava a distribuição de outros noticiários pertencentes à imprensa comunista e nacionalista de esquerda, como o jornal *Imprensa popular*, a revista *Problemas* e o periódico *Emancipação*.

A *Imprensa Popular - um jornal que orienta e informa sempre na defesa do interesse do povo*, era produzido no Rio de Janeiro e circulou entre 1948 até 1958.<sup>70</sup> No dia 5 de novembro de 1953, Diogo Soares Cardoso (responsável pela difusão), enviou uma correspondência para o endereço do militante em Diamantina, no Largo Dom João, nº 60. Na mensagem, Diogo pediu a Carlos Andrade que angariasse, inicialmente, algumas poucas assinaturas em Diamantina do jornal *Imprensa Popular* para fazer coro à “Campanha dos 15 milhões” que almejava fazer frente a grande imprensa:

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1953  
 Prezado amigo,  
 como o amigo deve saber, estamos na grande Campanha dos 15 milhões, que, vitoriosa, representará o reaparelhamento dos nossos jornais, necessidade imediata que temos, para fazer frente a chamada grande imprensa, que desinforma e calunia. Esta campanha é também, uma batalha para o aumento sensível da difusão de IMPRENSA POPULAR, batalha de grande importância política, pelos esclarecimentos que o nosso jornal leva ao proletariado e ao povo. Necessitamos da ajuda do amigo, no sentido patriótico de conseguir, para imprensa Popular, pelo menos três assinaturas, inicialmente. De preferência anual. Sem outro assunto para o momento, confiamos no seu trabalho e esperamos da parte do amigo, uma resposta positiva. Agradecemos.<sup>71</sup>

O periódico *Problemas: revista mensal de cultura política*, cujo diretor inicial foi Carlos Marighella e em seguida Diógenes Arruda, circulou entre 1947 e 1956.<sup>72</sup> No dia 2 de junho de 1954, Gerson Campos encaminhou uma mensagem endereçada ao representante do PCB em Diamantina, informando sobre o aumento de cotas da revista solicitado pelo cliente em correspondência anterior.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1954.  
 Prezado amigo:  
 Recebemos sua carta de 28 de maio, solicitando-nos um aumento de cota, e ao mesmo tempo comunicando-nos que não recebeu o número solicitado. Comunicamos ao amigo, que a partir do nº 58 da revista PROBLEMAS seguirá com o aumento solicitado pelo amigo. Aproveitamos a oportunidade para avisar-lhe que enviamos os 5 exemplares do número 56 que faltou seguir na anterior remessa. Sem mais para o momento, firmamo-nos

<sup>70</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Imprensa Popular*. In: Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.

<sup>71</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3793, p. 4.

<sup>72</sup> *Problemas: revista mensal de cultura política*. Imprensa Proletária, Marxists Internet Archive. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/capas.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/capas.htm). Acesso em: 15 abr. 2022.

Fraternalmente, Gerson Campos.<sup>73</sup>

Além desses periódicos supracitados, o jornal *Emancipação: Órgão Dedicado à Defesa da Economia Nacional*, editado no Rio de Janeiro, de caráter nacionalista, também chegava a Diamantina através do intermédio de Carlos de Freitas Andrade. Este periódico circulou entre fevereiro de 1949 a dezembro de 1956.<sup>74</sup>

No dia 20 de abril de 1954, o diretor de *Emancipação*, General Felicíssimo Cardoso, encaminhou um telegrama ao “prezado compatriota”, dessa vez, para o endereço do militante no Beco dos Berens, nº 255. A mensagem, inicialmente, trazia um pedido de desculpas a Carlos por um erro de transcrição cometido pelo jornal do qual acusou seu cliente de um débito. Em seguida, o diretor aproveitou a situação para informá-lo sobre duas resoluções de importância. A primeira foi sobre o êxito da convenção pela Emancipação Nacional realizada no princípio do mês em Rio de Janeiro, onde foi aprovada a carta da emancipação nacional. A segunda, foi sobre a recente criação da Liga de Emancipação Nacional (LEN), entidade que almejava defender as liberdades democráticas e lutar pelo desenvolvimento econômico independente do Brasil. Felicíssimo Cardoso, que pertencia à ala nacionalista do Exército e fazia parte da direção da LEN, destacou que:

A segunda foi a criação da “Liga de Emancipação Nacional”, entidade política, apartidária, destinada a congregar os esforços de todos os patriotas que lutam por uma Brasil melhor. Essa entidade terá grande influência em todos os acontecimentos político-sociais do país, e merecerá, estamos seguros, o mais sincero apoio de todos os que não desejam ver nosso país reduzido a colônia dos monopólios norte-americanos.

Esperamos que diante disso tudo os esforços em prol de nosso jornal sejam intensificados, pois se trata de um órgão de imprensa cujos interesses e objetivos coincidem inteiramente com as resoluções da Convenção.<sup>75</sup>

Já em 3 de abril de 1956, o *Jornal do Povo* publicou uma matéria sobre a campanha da anistia, destacando que os comunistas e demais atores sociais em Diamantina, “independente de suas posições políticas,” enviaram um importante abaixo-assinado à Câmara dos Deputados.<sup>76</sup> O documento foi apresentado à casa na pessoa de Vieira de Melo, então secretário-geral da LEN. A medida visava fazer volume a um movimento que se levantava em todo o país, exigindo uma anistia ampla e sem quaisquer restrições, sobretudo, para Luís Carlos Prestes.

<sup>73</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3793, p. 7.

<sup>74</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Emancipação*. Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.

<sup>75</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3793, p. 3.

<sup>76</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0576, p. 2.

Contudo, pouco depois, a LEN foi fechada sob acusação de ser uma organização controlada pelos comunistas.<sup>77</sup>

Dessa forma, distribuindo diferentes materiais, fazendo pichações, abaixo-assinados e interagindo comumente com outros partidários, sobretudo, da capital mineira e do Distrito Federal, os militantes comunistas em Diamantina agiam na política local. Contudo, a linha política revolucionária adotada pelo PCB desde 1948 sofreu uma mudança profunda a partir de 1958, quando o Comitê Central do Partido publicou o Manifesto de Março. Havia a necessidade de romper com a clandestinidade e construir um partido de massas legalizado. Essa proposta teve grande engajamento do secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, que vivia há cerca de dez anos isolado por conta desta situação (PANDOLFI, 1995, p. 179). O Manifesto de Março de 1958, afastou o PCB do stalinismo, por conta dos crimes de guerra cometidos por Stalin, e trouxe uma linha política reformista para o Partido, em detrimento de uma linha política revolucionária (MISSIATO, 2020, p. 60-61).<sup>78</sup>

O ideal revolucionário não foi abandonado, contudo ele deveria seguir a partir de então um caminho democrático e constitucional. Nesse sentido, a Declaração de Março propunha a tomada do poder a partir da pressão pacífica das massas populares; da vitória da frente única nacionalista e democráticas nos pleitos e através de um movimento de resistência “no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários”.<sup>79</sup>

Diante deste contexto, Carlos de Freitas Andrade e seus correligionários em Diamantina, assim como muitos outros da ala prestista do PCB, que era hegemônica, adotaram os novos rumos para o Partido apresentados desde a Declaração de Março.

Antes de adentrar ao próximo tópico, cabe ressaltar que no ano de 1960 foi realizado o V Congresso do PCB. Nele foi ratificada a linha política traçada na Declaração de Março e ampliado o debate sobre a legalização do Partido, que passou a ser tratado como uma questão imediata.<sup>80</sup> Em agosto de 1961, realizou-se a Conferência Nacional do PCB. Nesta, o Comitê Central modificou o estatuto e a denominação do partido para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB, a fim de facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização. Essa medida, assim como o novo programa apresentado foi duramente criticado por vários militantes

<sup>77</sup> CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Liga da Emancipação Nacional. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.

<sup>78</sup> Um dia após a “Declaração de março” foi revogado o pedido de prisão preventiva contra Luís Carlos Prestes. De acordo com Daniel Aarão Reis (2014, p. 278), “a decisão atendia a uma demanda formulada pelos comunistas desde 1957, quando fora derrotado no Congresso um projeto de lei concedendo a anistia.”

<sup>79</sup> Declaração sobre a política do PCB. Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Março de 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.

<sup>80</sup> Resolução Política do V Congresso. Partido Comunista Brasileiro. Setembro de 1960. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>. Acesso em: 28 ago. 2022.

e quadros importantes do Partido que desde a Declaração de Março estavam insatisfeitos com o que vinha acontecendo dentro do PCB. Por isso, eles redigiram a “Carta dos 100” ao Comitê Central. Com o aprofundamento da crise interna partidária, em 1962, ocorreu a cisão quando um grupo de dissidentes, de forma extraordinária, realizou a V Conferência do Partido Comunista do Brasil, criando um novo partido, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) (POMAR, 2021, p. 11).

#### 2.4 Núcleo Nacionalista de Diamantina (1961-1964)

Ainda em fevereiro do ano de 1958, os comunistas em Diamantina, identificando-se como nacionalistas, enviaram ao presidente da República um abaixo-assinado fazendo coro ao pedido do restabelecimento das relações comerciais e diplomáticas com os países considerados socialistas, assim como publicado no periódico carioca *O Semanário*. A reportagem recebeu o título: *Apelo de Diamantina ao presidente: cidade natal de JK é pelo reatamento das relações diplomáticas com os países socialistas*. Na correspondência, inicialmente, eles destacaram que:

Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, grande presidente da República do Brasil - Palácio do Catete - Distrito Federal. Exmo. Sr. - Nacionalistas de Diamantina pedem vênua a V Exa. Sr. para apresentarem sua irrestrita solidariedade favorável ao reatamento de relações comerciais e diplomáticas com os países da órbita da “cortina de ferro”, nesse momento em que seu Governo luta pela melhoria das relações amistosas, a par de nossas prementes necessidades de maior intercâmbio comercial, com todos os países do mundo, na salvaguarda de nossa promissora economia.<sup>81</sup>

O abaixo-assinado recebeu, aproximadamente, 127 assinaturas, entre elas estavam a de Carlos de Freitas Andrade e a de Lahyre Moreira da Silva, por exemplo.<sup>82</sup>

<sup>81</sup> O SEMANÁRIO. Apêlo de Diamantina ao Presidente: a cidade natal de JK é pelo reatamento de relações com os países socialistas. Rio de Janeiro, semana de 13 a 19 de fevereiro de 1958, p. 12.

<sup>82</sup> Nomes presentes no abaixo-assinado: Cristiano Guimarães, Luiz da Fonseca Prado, Sylla da Silva Araújo, José Mário Ribas, Zulmiro Ribas, José J. de Aguiar, Antônio S. Pinheiro, José Valter da Silva, José A. Ribas, Aloísio Alípio de Souza, Paulo Marcos de A. Flecha, Afonso Ribeiro de Araújo, Cícero de Diniz, Casimiro de Alcântara, Wilson Neves Batista, José Thales de Cunha Souto, Luiz Araújo (VEREADOR), Benjamim Batista Teixeira, José A. Flecha, Manoel Rosa da Silva, Manoel de Aguiar Araújo, Afonso de Medeiros, Apolônio Medeiros, José Orlando de Oliveira Soares, Sidinei Borges Andrade, Maria Elgita Soares, Carlos de Freitas Andrade, Hilda Fonseca Prado, Maria Prado Moreira da Silva, Sinval Fonseca Ribeiro, Maria Raimunda dos Santos, Eunice Marlene de Jesus, Marita Bacelar, Maria José da Cunha, Jair Freitas Andrade, Oscar Batista Teixeira, Ester Moura Santos, Manoel Gregório dos Santos, João Izidoro de Araújo, Luiz Eloy Durães, Lahyre Moreira da Silva, José Themistocles Mandacaru, José Ferreira da Costa, Luiz Souto, Maria de Jesus Silva, Maria da Conceição Aguiar, Osvaldo Ferreira, Vicente Inocência Ferreira, José Francisco de Siqueira, Sebastião Canuto dos Santos, José Aguiar de Paula, Bernardo Ferreira Sampaio, Rômulo Jerônimo Vieira, Terezinha de Jesus Vieira, João Gomes Azevedo, João Alves Almeida, Demerval de Andrade Nunes, Clotildes Batista, José Carlos Sampaio, Pedro de Oliveira, Moacir Durães Ferreira, Délcio Dumont, Joubert José Ursine, Lena Maria Moreira da Silva, Maria Beatriz Moreira da Silva, Agenor Moreira da Silva, Valdir Richa, Vicente Deleu R. Rocha, Alfredo A. G. Bruggger, Geraldo Hilário dos Santos, Joaquim Carlos Ribas, Jair Valdemiro Leão, Osvaldo

Em outra edição do jornal, publicada em julho de 1959, consta em reportagem escrita pelo diretor presidente do periódico, Oswaldo Costa, intitulada: *Patriotismo não é farsa, Presidente!* que a redação desta mídia teria recebido de nacionalistas “uma montanha de cartas e telegramas” que vieram de diferentes pontos do país. E que as mensagens se tratavam de cópias de correspondências enviadas ao presidente da República, congratulando-se pelo rompimento das negociações com o Fundo Monetário Internacional. Entre elas, Oswaldo Costa ressaltou a enviada pelos mineiros de Diamantina, encabeçada por Lahyre Moreira da Silva, assim como descrito abaixo:

Além de centenas de outras, como aquela, comovente, dos mineiros de Diamantina, terra natal do Presidente, encabeçada pelo Sr. Lahyre Moreira da Silva. O ato de JK - dizem seus conterrâneos - “encheu de justo orgulho o coração da velha e tradicional cidade.”<sup>83</sup>

*O Semanário* (1956-1964),<sup>84</sup> a partir de 1957, tornou-se um porta-voz da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), uma corrente política suprapartidária que dialogava à época com importantes parcelas da sociedade brasileira que antes apoiavam a LEN, fechada no ano anterior. A FPN foi fundada em 1956 dentro do Congresso Nacional a fim de agregar deputados e senadores de diferentes agremiações que tinham em comum o objetivo de implementar políticas públicas nacional/reformistas. A maior parte de seus membros pertencia ao PTB, cerca de 60%. Havia também parlamentares do PSD e da UDN, além de outros partidos de menor expressão.<sup>85</sup>

Findado o governo Kubitschek (1956-1961) e com a surpresa da renúncia do novo presidente da República, Jânio Quadros, no dia 25 de agosto de 1961, iniciou-se uma crise política institucional quando setores militares tentaram impedir a posse do então vice-presidente

---

Martins, Antônio Augusto Atilar, Otávio de Paulo Souza, Antônio Lima, Aristeu Motta, Joaquim Nascimento, Oto L. Ribas, D'Artagnam Fernando Souza, Joaquim Cristovam, José Oliveira Santos, Theodoro de Meira, Crisantino Dionísio Gomes, Guido Mascarenhas, Antônio da Luz Silva, Vicente Barbosa, José Amâncio, Erasmino Barbosa, José Luiz Pinto, João Gabriel dos Santos, Antônio J. Alcântara, Ana Maria de Aguiar, Vicente de Paula, Antônio Augusto Azevedo, Pedro Xavier, Antônio Leôncio, José Maria Machado, José Camilo de Lelis, Gabriel Moreira, Antônio Temóteo F., João de Deus Penna, Geraldo Pereira, Alaíde Pereira, Geraldo dos Passos A. Gomes, Valdemiro da Silva, Fdméia da Conceição Pereira, Terezinha Pereira, José Diogo Ferreira, José Conrado da Silva, Salvador Pereira, Antônio Efigênio, Geraldo Coelho, Raimundo Espírito Santo Bacelar, José Domingos Pereira, Moisés Cardoso Neto, Adair Juliano Pinto, Adão Fernandes dos Santos, Nicanor Alves Pereira, Elza Alves Rodrigues, Antônio Guido dos Reis, José de Freitas Andrade, Staur dos Santos.

<sup>83</sup> O SEMANÁRIO. *Patriotismo não é farsa, Presidente!* Rio de Janeiro, semana de 11 a 17 de julho de 1959, p. 1.

<sup>84</sup> Sobre o tema, consultar: BRITO, Leonardo. “O Semanário” – um jornal que vale por um livro – um estudo de caso sobre a imprensa nacionalista no Brasil (1956-1964). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

<sup>85</sup> NEVES, Lucília de Almeida. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. *Revista Brasileira de História*. Volume 14, n. 27, p. 65.

da República, João Goulart. João Goulart estava neste dia na China comunista para chefiar uma missão comercial brasileira, a convite do ministério das relações exteriores. O envio dele a este país fazia parte do plano mal sucedido de Jânio Quadros para dar um golpe de Estado, por isso, sua renúncia não foi gerada por uma conspiração de grupos da oposição, mas algo premeditado por ele mesmo. Logo após a renúncia, o vice-presidente foi proibido de retornar para o Brasil, ameaçado de prisão pelos militares caso pisasse em solo brasileiro. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, “próximo” na linha sucessória, assumiu interinamente o governo federal. Sem apoio, Jânio Quadros que havia causado uma desordem na política nacional com pouco tempo se tornou uma “carta fora do baralho” (FERREIRA, 2011, p. 224-228).

Para solucionar a crise política, setores civis e militares acharam no sistema parlamentarista a solução para o problema, sendo votada às pressas no Congresso Nacional, sob bastante pressão dos militares. Com isso, João Goulart pode retornar ao Brasil. O Ato Adicional nº 4, publicado em 2 de setembro de 1961, instituiu o sistema parlamentarista, e previa a realização de um plebiscito para o ano de 1965, que se resumia a continuidade do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. O referendo foi adiado para 6 de janeiro de 1963, e caso o presidencialismo fosse vitorioso, João Goulart poderia ocupar o cargo de presidente. Nesse cenário, as forças de apoio a ele se estenderam para todo o país em torno do plebiscito, com destaque para o meio trabalhista, estudantil, intelectual, das associações comerciais e da ala progressista da igreja (SANTOS, 2020, p. 2-5).

Desde a renúncia de Jânio Quadros, o secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, através do jornal *Novos Rumos*, já exigia a transferência imediata do governo para o vice-presidente da República. Contudo, os comunistas viam com desconfiança “a queda” de Jânio, achando que isso teria ocorrido em decorrência da pressão dos EUA e da grande mídia. A simpatia do governo de Jânio Quadros com a revolução cubana e a retomada das relações diplomáticas com a URSS era valorizada pelo PCB (NASCIMENTO, 2016, p. 18-19).

Outra importante voz de apoio à volta do presidencialismo veio do posicionamento do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), liderando a Rede da Legalidade. O papel dele na luta pela posse de João Goulart foi reconhecida pelo PCB, que ainda na primeira edição do mês de setembro de 1961 publicou na primeira página do jornal *Novos Rumos* uma foto sua, junto ao comandante do III Exército e outras pessoas que constituíam a Campanha da Legalidade. Reforçava-se em notícia a atuação de Brizola à frente da organização, destacando também que outros governadores haviam ligado para ele aderindo à defesa da posse de João Goulart (NASCIMENTO, 2016, p. 21).

O referendo no Brasil para adotar o sistema de governo parlamentarista ou presidencialista consagrou João Goulart como presidência da República com uma vantagem enorme de aprovação. A conquista do presidencialismo neste pleito contou com o apoio das esquerdas, reunidas na Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Leonel Brizola, no PCB, no grupo político de Miguel Arraes e no movimento sindical organizado em torno do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A vitória do presidencialismo foi vista pelo PCB como a posição popular do povo contra um golpe antidemocrático, assim como estampado na primeira página do jornal *Novos Rumos* de 6 de janeiro de 1963 (NASCIMENTO, 2016, p. 63).

Contudo, depois da vitória do presidencialismo no pleito, o PCB passou a ser oposição ao governo, pelo menos até o Comício da Central, em 13 março de 1964, quando ocorreu uma aproximação entre eles em torno das reformas de base. A opção política de João Goulart nos primeiros meses do presidencialismo por uma aliança com o PSD sofreu uma sistemática oposição das lideranças das esquerdas. Nesse contexto, o PCB e a FMP pressionavam para que João Goulart rompesse com o PSD e formasse um governo exclusivo das esquerdas, através da Frente Única, nacionalista e democrática. Apesar de uma relação tensa, o PCB evitava entrar em conflito a FMP e esforçava-se para concretizar uma parceria entre as duas entidades (FERREIRA, 2013, p. 123).

Diante deste cenário político, os militantes comunistas em Diamantina, que estavam em uma “terceira margem” da política local, criaram o Núcleo Nacionalista de Diamantina (NND). Essa nova agremiação era composta pelo seguinte diretório: Luiz da Fonseca Prado, presidente; Geraldo Santos, vice; Carlos de Freitas Andrade, primeiro secretário; Manoel Rosa, segundo; Lahyre Moreira da Silva, primeiro tesoureiro; José Araújo, segundo; Agenor Moreira da Silva Neto, orador e José Araújo, expedidor.<sup>86</sup>

No período do pré-golpe, os militantes do NND fizeram várias ações políticas como listas de abaixo-assinados se solidarizando com João Goulart, com a legalização do Partido Comunista Brasileiro e para conseguir fundos para a rádio *Mayrink Veiga*.<sup>87</sup> Distribuía folhetos, revistas, jornais, entre outros materiais, para alavancar suas causas. Além disso, eles tentaram criar um *Grupo de 11 Companheiros* ou *Comandos Nacionalistas*.<sup>88</sup> Seus membros, sobretudo, Carlos de Freitas Andrade e Lahyre Moreira da Silva, articulavam constantemente com outros atores políticos do norte e da capital mineira. Com a vitória de João Goulart no

<sup>86</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 6.

<sup>87</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 10.

<sup>88</sup> Sobre o tema, consultar: RIGHI, Graziane Ortiz. Grupo dos 11: a tentativa de resistência. **Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC.

plebiscito de 6 de janeiro de 1963, os nacionalistas em Diamantina estenderam uma faixa em um prédio no centro da cidade para homenagear o novo presidente da República.<sup>89</sup>

Apesar do fato de raramente sair de casa e ser visto pelas ruas da cidade, devido a paralisia que sofria das pernas, Carlos de Freitas Andrade se mantinha firmemente como correspondente local do PCB há vários anos. No mês de agosto de 1961 ele constava na relação dos agentes de Minas Gerais do jornal *Novos Rumos*, com 40 cotas, uma das mais altas do estado, e um débito de Cr\$ 957 em seu nome, assim como pode ser visto na figura 4.

---

<sup>89</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 11.

Figura 4 - Relação dos agentes do jornal Novos Rumos de Minas Gerais

N/R  
114  
✓

Av. Rio Branco, 257  
Redação: salas 1711/12  
Administração sala 905  
Telefone - 42-7344

**NOVOS RUMOS**

RIO DE JANEIRO, 22 de agosto de 1961  
Endereço Telegráfico - NOVOSRUMOS

RELAÇÃO DOS AGENTES DE MINAS GERAIS, SEUS DÉBITOS E COTAS

<u>Cidades</u>	<u>Nomes</u>	<u>Cotas</u>	<u>Débitos</u>	<u>Obs.</u>
Além Paraíba	Odivo P. Leite	21	1.326,00	
Atalaia	Vinicius Martins	6	-	Passou a assinante c/1 ex
Belo Horizonte	Humberto Santana (b)	600	47.442,00	DEVE MUITÍSSIMO
Belo Horizonte	J.G.	20	960,00	
Belo Horizonte	Sucursal	-	6.450,00	Folhetos nrs. 1 e 2
Caratinga	Papelaria Anselmo	3	288,00	
Cataguazes	Armando Leone(b)	15	556,00	
Cóns. Pena	Joaquim Silva	5	640,00	
Curvelo	Roberto P. Gasbarro	25	750,00	
Cons. Lafaiete	Olinto Goulert	45	4.225,00	DEVE MUITÍSSIMO
Diamantina	Carlos Freitas	40	957,00	
Formiga	Luiz Cadorna Boffa	15	735,00	
Frutal	Joaquim Pereira Simão	25	900,00	
Gov. Valadares	Livraria Machado (b)	50	-	crédito 380,00
Itajuba	Casa Del Prete Ltda.	40	2.273,00	
Itulubá	Livraria Barros (b)	20	1.220,00	
Juiz Fora	Milton Fernandes	100	6.500,00	
Monte Alegre	Francisco Veloso	14	336,00	
Monte Carmelo	Joaquim Bonifácio	5	1.245,00	Susp. 11/7/61 deve muito
Montes Claros	Sebastião Mendes (b)	30	4.455,00	DEVE MUITÍSSIMO
Montes Claros	Francisco Porfirio	-	800,00	passou p/banca
Montes Claros	José F. Correia Silva	5	70,00	
Montes Claros	Matildo G. Barbosa	-	1.523,20	Está pagando débito ant.
Medina	Leonardo Martins	3	380,00	susp. 16/11/60. atrz. pgt.
Nova Lima	João Pequeno Silva	25	2.987,00	DEVE MUITO
Passa Quatro	Gerson E. Tavares Melo	10	680,00	
Pedra Corrida	Olimpio Malaquias	3	480,00	susp. 11/7/61 deve muito
Piumhi	Sergio Firmino Pereira	5	480,00	
Poços de Caldas	Marcelo Ferrari	5	590,00	susp. 16/12/60 deve muito
Poços de Caldas	Pedro Ponce	35	5.160,40	DEVE MUITÍSSIMO
Ponte Nova	Livraria Americana(b)	15	1.995,00	DEVE MUITO
Ponte Nova	Eloi Fraga	10	140,00	
Sabará	José Jacinto Santos	15	2.400,00	DEVE MUITO
Santos Dumont	Sa Vieira	17	379,40	
S. J. Nepomuceno	Pedro Chicarial	10	603,60	
S. S. Paraíso	Carlos Gaspar	10	798,00	
T. Qtoni	Liv. Machado (b)	30	3.360,00	
Uba	Agencia Esposito (b)	5	-	Susp. à pedido 31/7/61
Uberaba	Wirmondés Almeida	40	3.510,00	DEVE MUITO
Uberlândia	A Lustradora (b)	20	2.538,00	susp. 4/4/61 DEVE MUITO
Uberlândia	Agencia Lila (b)	20	3.020,00	susp. 3/3/61 DEVE MUITO
Uberlândia	Argemiro Lima	5	280,00	
Uberlândia	Olivia Calabria	15	900,00	
	<b>Total</b>		<b>114.332,40</b>	

Continúa na página 2.

Fonte: APM - Acervo DOPS/MG. Novos Rumos. Relação dos agentes de Minas Gerais, seus débitos e cotas. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1961.

Por conta disso, dezenas de exemplares atualizados e atrasados deste noticiário eram remetidos para o representante do PCB em Diamantina. De 1961 a 1964, mensalmente o secretário do NND recebia em sua residência fatura de débito, crédito e saldo do jornal *Novos Rumos*.<sup>90</sup>

Fundado no Rio de Janeiro, em 1959, este jornal era publicado semanalmente e distribuído nacionalmente, tornando-se o órgão de comunicação semioficial do PCB. Sua linha ideológica expressava a nova fase do comunismo no Brasil adotada com a chamada “Declaração de Março de 1958”. Assim como destacou Jorge Ferreira (2013), este periódico representava os “novos rumos” do Partido. O jornal era editado legalmente e sua publicação chegou à tiragem máxima de 60 mil exemplares. Nele, os militantes encontravam reflexões teóricas sobre o marxismo e o leninismo. Notícias internacionais, muitas delas para denunciar a opressão das ditaduras em países ocidentais e o racismo presente nos estados do sul dos Estados Unidos. Sempre que possível, em suas páginas, exaltava-se o avanço do socialismo em diversos países, sobretudo o de Cuba. Também era comum encontrar no jornal notícias relacionadas à Frente de Mobilização Popular, a Frente Parlamentar Nacionalista e ao movimento estudantil. O preço do exemplar era razoável, custando Cr\$ 20,00 em 1963 e Cr\$ 30,00 em 1964, podendo ser a assinatura anual, semestral ou trimestral. A última edição deste jornal foi publicada em março de 1964 (FERREIRA, 2013, p. 208-217).

Também circulava no meio comunista/nacionalista em Diamantina, entre outros produtos culturais, as publicações da editora *Fulgor*, cujo distribuidor em Minas Gerais era David Silva. A editora funcionava no mesmo endereço que o jornal *Novos Rumos* em Belo Horizonte, na Rua Carijós, nº 121, sala 204, centro. O catálogo da *Fulgor* no início dos anos 60 era vasto com dezenas de publicações desde obras traduzidas de Karl Marx (*O Capital*) a autores brasileiros contemporâneos.<sup>91</sup>

Além dos *Novos Rumos* e dos livros da editora *Fulgor*, a revista *Estudos Sociais* também circulava em Diamantina neste momento, assinada por Lahyre Moreira da Silva. *Estudos Sociais*, produzido no Rio de Janeiro, foi uma revista teórica do PCB entre os anos de 1958 e 1964, criada no contexto de crise do stalinismo e de redefinições da política cultural do PCB (ARIAS, 2005, p. 52). Segundo Santiane Arias (2005, p. 52-58), o diretor e fundador da revista era um personagem de muito prestígio e de grande influência entre a intelectualidade daquela época. Apesar da direção da revista ser coletiva, Astrojildo Pereira era a figura principal e decisiva.

<sup>90</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pastas 0085, 0084, 0082, 0081, 0079 e 0077.

<sup>91</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0079, p. 60.

O tesoureiro do NND fazia contato direto com o diretor de *Estudos Sociais*, ou utilizava de um intermediário em Belo Horizonte para comprar a revista. No dia 10 de julho de 1962, Aldo J. Sagaz, gerente de *Estudos Sociais* em Minas Gerais, enviou a seguinte correspondência para Astrojildo Pereira:

Prezado Senhor,  
Juntamos a este o cheque nº 95154, no valor de Cr\$ 400,00, para o pagamento de uma assinatura anual, sob registro, da revista, para o sr. Lahyre Moreira da Silva, Rua São Francisco, 219 - Diamantina - MG, conforme recibo anexo.<sup>92</sup>

Pouco depois, no dia 13, veio a resposta.

Prezado amigo,  
acusamos o recebimento de sua carta de 10 corrente, bem como, o cheque de nº 95154, c/Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., no valor de cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), para prorrogação da assinatura do Sr. Lahyre Moreira da Silva. Outrossim, informamo-lhe que estamos enviando diretamente ao assinante, o recibo e o número 12 da revista com a qual, será prorrogada a assinatura até o nº 17.  
Diretor Astrojildo Pereira.<sup>93</sup>

A circulação tanto dos *Novos Rumos* quanto dos *Estudos Sociais* em Diamantina demonstra um alinhamento dos comunistas da cidade com a Declaração de março de 1958 e, conseqüentemente, com as novas propostas do PCB, chamado a partir de 1961 de Partido Comunista Brasileiro. Esses materiais produzidos em outras regiões do país chegavam facilmente à Diamantina pelo fato do município sediar duas instituições federais: um Diretório dos Correios e Telégrafos (DCT) e um ramal da EFCB. Através da Central do Brasil, da qual o correio se beneficiava, Diamantina, no alto da Serra do Espinhaço, conectava-se com outras cidades no norte de Minas Gerais e na capital mineira, assim como no Rio de Janeiro, ponto inicial da ferrovia.

De acordo com Camila Figueiredo (2017, p. 171-172), o processo de reestruturação e organização do PCB junto a classe trabalhadora em Minas Gerais, entre 1945-1964, se deu através de núcleos e sedes próximas à linha férrea da EFCB. Dessa forma, pode-se “identificar a importância da EFCB para os planos de atuação do PCB no estado”.

Comumente o primeiro secretário do NND entrava em contato com outros atores políticos do norte de Minas Gerais e da capital mineira. No dia 2 de março de 1962, por

<sup>92</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0078, p. 79.

<sup>93</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0087, p. 29.

exemplo, ele remeteu uma divulgação do NND para Porfírio Francisco de Souza, em Montes Claros, intitulada *Restos Humanos*, assim como pode ser visto na figura 5.

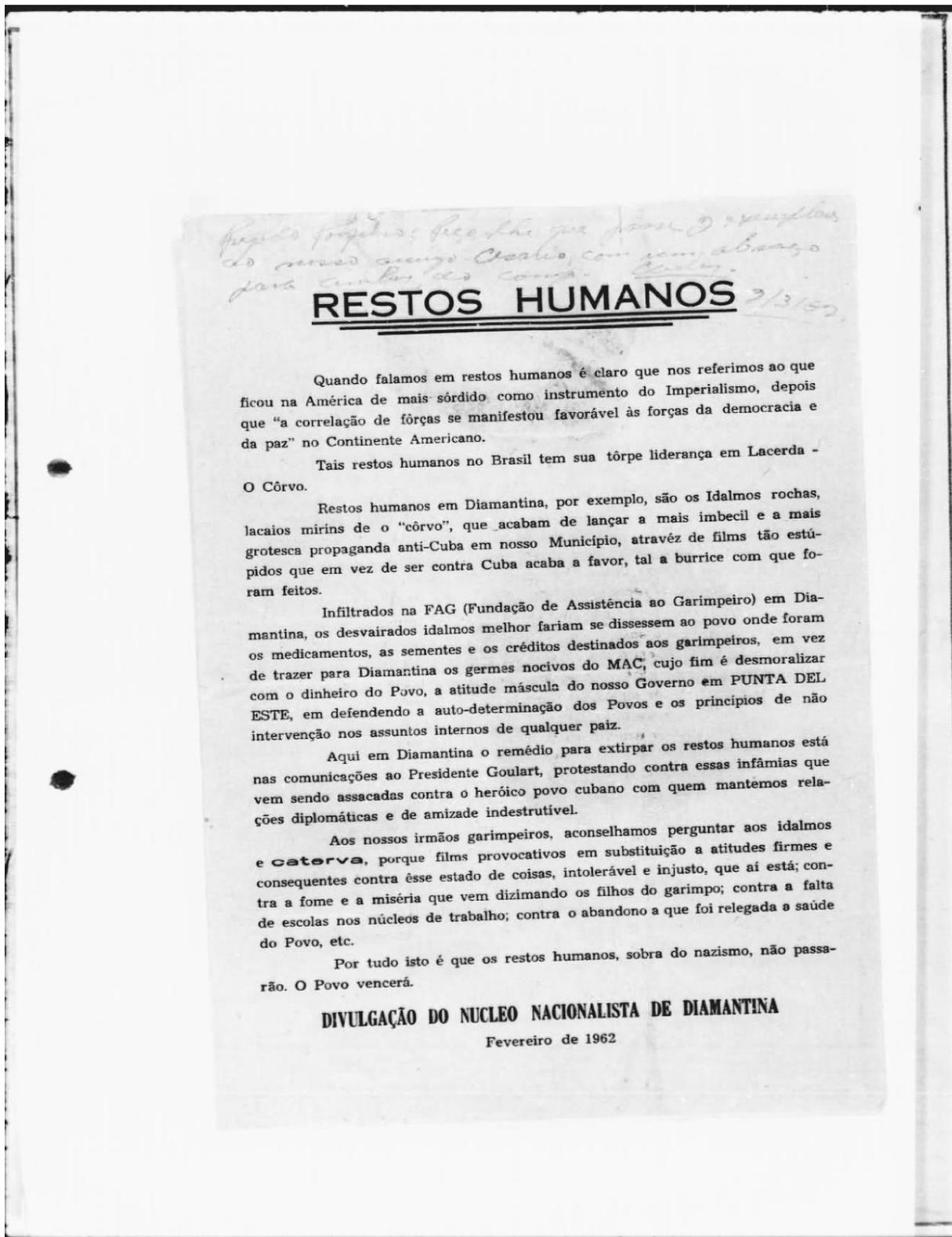
Segundo Guilherme Pimentel (2015, p. 67-68), Porfírio Francisco de Souza era um militante comunista que atuava em Montes Claros há muitos anos. No período do pré-golpe, ele era casado e trabalhava como viajante-comerciante, além de ser também fotógrafo. O militante costumava conduzir na lapela de seu paletó um busto, em miniatura, de Lenin.

Em uma viagem pela EFCB no ano de 1962, de Montes Claros para Belo Horizonte, ele foi abordado em Corinto pela polícia política quando se encontrava em trânsito por aquela cidade. Depois disso ele foi encaminhado para o DOPS (PIMENTEL, 2015, p. 90-91). O texto *Restos Humanos* estava em seu poder quando ele foi detido pela polícia política em 23 de março de 1962. Entre outros objetos encontrados com o militante estava também o folheto *Se fores preso, camarada...* com a seguinte marca na folha de rosto: “Pertence ao Porfírio”.<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3805, p. 100.

Figura 5 - Divulgação do Núcleo Nacionalista de Diamantina



Fonte: APM - Acervo DOPS/MG. Divulgação do Núcleo Nacionalista de Diamantina, fevereiro de 1962.

Escrita no topo da divulgação endereçada ao militante comunista em Montes Claros, destaca-se a seguinte mensagem: “Prezado Porfírio, peço-lhe que passe dois exemplares ao nosso amigo Cesário, com um abraço para ambos do companheiro Carlos”. A divulgação do NND ressaltava que os “restos humanos” eram instrumentos do imperialismo norte-americano, que se traduziam no Brasil através de Carlos Lacerda, considerado como “o Corvo”.<sup>95</sup> O governador da Guanabara, Carlos Lacerda (1960-1965), era constantemente atacado pela imprensa comunista, eleito como o principal inimigo devido a sua liderança conservadora, direitista e golpista. O jornal *Novos Rumos*, acusava-o de corrupção, de administrar uma polícia violenta, de realizar gastos públicos excessivos de publicidade e de ser subserviente ao imperialismo (FERREIRA, 2013, p. 218).

Para os membros do NND, os restos humanos em Diamantina seriam “os lacaios idalmos rocha” que estavam fazendo no município propaganda anti-Cuba com filmes. Para combatê-los, os nacionalistas acreditavam que seria preciso utilizar das comunicações ao presidente João Goulart. A divulgação do NND, de fevereiro de 1962, também foi destinada para os trabalhadores garimpeiros, alertando-os sobre as artimanhas da “sobra do nazismo”.

Nos primeiros meses de 1964, devido ao rompimento do PSD com o PTB, o governo de João Goulart se aproximou de seus apoiadores de esquerda, o que se concretizou no dia 13 de março, no Comício das Reformas ou Comício da Central, selando, simbolicamente, a aliança entre eles, em torno das reformas de base. Nesse momento, o jornal *Novos Rumos* publicou uma matéria sobre essa aproximação, intitulada: “Comício da Central: decisão do povo de conquistar as reformas de base com nova política e novo governo.” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 198).

Poucos dias depois do Comício da Central, Carlos de Freitas Andrade dirigiu uma correspondência a dois partidários na capital mineira para tratar de assuntos de interesse local.

Diamantina, Março.17.1964.

prezados companheiros David e Venceslau

Acusando recebimento da correspondência enviado pelo amigo Sergio, remeto-lhes os balancetes referentes aos meses de janeiro e fevereiro e vou tratar dos seguintes assuntos de grande interesse local:

1- O cidadão Adilio Sabino de Castro, ex agente da estação da EFCB de dtna, ora aposentado e residente aí na capital, está cavando (ele é um vel no picareta e oportunista, traidor da classe operária, quando da greve dos ferroviários ele foi para o DCT local e denunciou os grevistas ao General Luiz Neves, então da direção da central) a sua nomeação para o cargo de diretor regional dos DCT desta cidade, é necessário, pois agir por intermédio do dep. S. Bampirra, junto ao PTB, no sentido de evitar tal nomeação. Caso não seja possível a nomeação de um nacionalista insuspeito para o referido cargo, que seja apontado o nome do nosso camp<sup>o</sup>, Lahyre Moreira da Silva, Oficial de Administração 16 C, capaz e honrado, com 17 anos em cargo de

<sup>95</sup> Samuel Wainer, através do jornal Última Hora, cunhou a adjetivação para Carlos Lacerda de “o Corvo”. (MUSSI, 2020, p. 44).

chefia e que em campanha realizada, ha tempos, para elevação ao dito cargo, obteve mais de 90% de assinaturas de funcionarios do DACTD (toda a região subordinada), e so não foi nomeado devido intervenção do reacionaríssimo bispo D. Geraldo Sigaud, que enviou a Brasília o vigário de Dtna, com a missão de evitar a provável eleição de Lahyre, tendo para isso, mobilizado o dep. ibadiano Carlos Murilo, e o chefe deste, JK.

2 - Também a delegação do PTB aqui em Dtna, está com o reacionário e retrógrado Victor Ramos Couto, pois é ele que comparece às reuniões aí, na capital, como delegado do partido (delegado de dtna é claro). É um anti-reformas e anti-trabalhista que vive atacando e caluniando o presidente João Goulart pelos bares e farmácias da cidade. Ele, e o tal Adilio, acima referido, empalmaram a direção do PTB local somente para tirarem proveito pessoal. O compº Lahyre é membro da direção do PTB local e para ele deverá ser transferida a delegação em referência. Isso, com a ajuda e intervenção do Dep. Bambirra, junto da cúpula do PTB em BH. Sem mais, recebam nossas fraternais saudações. Carlos, Beco dos Berens, 255.<sup>96</sup>

Primeiramente, é importante destacar que esta comunicação demonstra que os comunistas em Diamantina, haja vista a crescente polarização no mês de março de 1964, não estavam se mobilizando para uma ação revolucionária através de uma prática subversiva, ou algo próximo a isso. Pelo contrário, estavam tentando resolver um conflito político de interesse local dentro da legalidade. Para isso, eles entraram em contato com David e Venceslau, em Belo Horizonte, para que estes pudessem repassar algumas informações à cúpula do PTB na capital mineira através do dep. Sinval Bambirra.

O tema inicial desta mensagem tratou sobre a possível nomeação de Adilio para o cargo de diretor regional do DCT. Carlos de Freitas Andrade argumentou que esta nomeação deveria ser impedida. Sua vontade era que o cargo fosse ocupado por Lahyre Moreira da Silva, que ainda não teria sido nomeado por interferência do “reacionaríssimo” arcebispo Geraldo de Proença Sigaud, que enviou a Brasília o vigário-geral da Arquidiocese de Diamantina a fim de evitar a sua provável nomeação. No segundo assunto da mensagem, o representante do PCB em Diamantina alertou que a delegação do PTB local estava nas mãos de pessoas antirreformistas e antitrabalhistas que viviam atacando e caluniando o presidente João Goulart pelos bares e farmácias da cidade. Defendeu ainda que para seu companheiro Lahyre, membro da direção do PTB local, deveria ser transferida a delegação em referência, o que só seria possível também com a ajuda e a participação do deputado Sinval Bambirra junto à cúpula do PTB, em Belo Horizonte.

Não se sabe ao certo o nível da relação política entre Carlos de Freitas Andrade e o deputado Sinval Bambirra. Diante das tradições natalinas e das celebrações do ano novo, em finais de 1963, tanto Carlos quanto o deputado enviaram seus cumprimentos aos seus partidários através do jornal *Novos Rumos*. Sinval Bambirra enviou a seguinte mensagem: “O

---

<sup>96</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0087, p. 100.

deputado Sinval Bambirra formula os melhores votos no sentido de que as alegrias do Natal se prolonguem num 1964 pleno de realizações, paz e prosperidade”. Na ocasião, o militante em Diamantina também enviou um telegrama à redação do jornal: “aos prezados companheiros, o Carlos de Freitas Andrade agradece e retribue cordialmente as saudações e os bons votos recebidos pelo NATAL E ANO NOVO”.<sup>97</sup>

O último registro deixado pelo NND foi do dia 31 março de 1964, quando a entidade enviou uma correspondência ao presidente da República. O conteúdo transmitia uma mensagem de apoio às atitudes tomadas por João Goulart no dia anterior, no Automóvel Clube. Nos arquivos da Seção dos Serviços Econômicos da agência dos correios de Diamantina, consta que neste dia, às 13h30, foi taxado e transmitido um telegrama endereçado ao Palácio da Alvorada, com o seguinte teor:

Presidente Goulart Palácio da Alvorada Brasília - Distrito Federal - Pelo Brilhantismo homenagem ontem prestadas vossência gloriosas praças vg graduados nossas forças armadas vg assim bem justas, vibrantes, corajosas palavras vossência desmascarando eternos provocadores golpistas. A inteira solidariedade Nucleo Nacionalista Diamantina. Saudações Nacionalistas Luiz Fonseca Prado, presidente, Geraldo Santos Vice, Carlos Andrade, primeiro secretário, Manoel Rosa, segundo, Lahyre Moreira, primeiro tesoureiro, José Araújo, segundo, Agnor Moreira Neto, orador. Expedidor, José Araújo.<sup>98</sup>

Tal correspondência chegou a ser lida pelo presidente da República? Essa é uma questão difícil de responder, haja vista que passado cerca de 24 horas do envio desta comunicação o golpe civil-militar para derrubá-lo ganhava contornos reais.

Com o governo deposto, a repressão foi institucionalizada pelos militares, a fim de inibir qualquer reação da oposição política ao golpe de Estado. As arbitrariedades se estenderam pelo país inteiro. Ainda no mês de abril de 1964 todos os membros do NND, com exceção do vice-presidente da entidade, foram detidos pela força policial, indiciados no IPM nº 111 e acusados de subversão, discussão que será aprofundada mais a frente nesta dissertação. Com a prisão política dos principais articuladores da esquerda em Diamantina, o movimento comunista desta cidade, na prática, deixou de existir.

<sup>97</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0079, p. 47.

<sup>98</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 6.

### 3 Aspectos do anticomunismo em Diamantina (1961-1964)

A proposta deste capítulo foi de jogar luz sobre alguns atores políticos em Diamantina que flertaram com o anticomunismo e tiveram uma atuação combativa na política local. Entende-se como anticomunista “os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação.” (MOTTA, 2000, p. 4). A escolha deste recorte histórico, 1961 a 1964, deve-se ao fato que este período foi de grande efervescência das práticas anticomunistas na política nacional brasileira, servindo de pretexto para o golpe de 1964 e para as medidas repressivas contra os grupos e indivíduos considerados de esquerda. De acordo com Motta (2000, p. 286), no período do pré-golpe ocorreu o segundo grande surto anticomunista no Brasil, o qual “adquiriu uma importância preponderante, constituindo-se na fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março.”

Na primeira seção deste capítulo, veremos que em novembro de 1963, um agente do DOPS foi verificar as atividades comunistas em Diamantina. Seu objetivo era obter informações a respeito do nível da infiltração comunista no setor trabalhista e militar do município. Para isso, ele contou com a colaboração dos informantes intermediários, Dr. Alcides e Maria da Mata Machado, elementos pertencentes a cruzada anticomunista local. Chegando à cidade, o Agente Y os procurou para fazer um levantamento dos indivíduos ligados ao comunismo. Posteriormente, ele foi a campo identificar alguns denunciados, analisando onde eles moravam e trabalhavam.

No tópico seguinte, destaca-se que Geraldo de Proença Sigaud desde os primeiros momentos à frente da Arquidiocese de Diamantina tentou disseminar no clero local a doutrina do anticomunismo, assim como os princípios do movimento antimoderno Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Na sua posse, na Catedral Metropolitana da Arquidiocese de Diamantina, em 16 de abril de 1961, estavam presentes Plínio Corrêa de Oliveira, fundador do TFP, e Antônio de Castro Mayer, outro notório combatente anticomunista. Ainda em 1962, Dom Sigaud publicou a *Carta pastoral sobre a seita comunista* e o *Catecismo anticomunista*. Neste mesmo ano, o bispo defendeu no Concílio do Vaticano II, junto ao grupo *Coetus Internationalis Patrum*, que a Igreja Católica condenasse o comunismo e a modernidade. Por fim, veremos que após o golpe de 1964, Sigaud tomou atitudes arbitrárias para expulsar os padres lazaristas do Seminário Provincial Sagrada Coração de Jesus, que o administravam desde finais do século XIX.

No que diz respeito aos militares, tema da terceira seção, podemos dizer que a Unidade do 3º BI, sediada em Diamantina, transformou-se em uma verdadeira “ilha de conspiração” e participou ativamente da derrubada do presidente da República. As cerimônias de aniversário do 3º BI, no período do pré-golpe, serviram de instrumento para a propagação do anticomunismo no quartel em Diamantina. Com a chegada do novo comandante, João José de Almeida, em julho de 1962, as ideias anticomunistas ganharam novo fôlego dentro do batalhão. Veremos que logo após as tropas do general Olympio Mourão, em 31 de março de 1964, iniciarem a marcha contra o governo federal, o comandante do 3º BI se uniu ao grupo rebelde e colocou seus soldados à disposição do movimento golpista.

Na quarta parte, o foco se voltou para a imprensa católica em Diamantina que estava no início da década de 1960 sob direção do cônego Walter de Almeida. O jornal *Voz de Diamantina*, sob sua gerência, disseminava “os perigos do comunismo e de seus adeptos”, e reforçava as conspirações para derrubar o presidente João Goulart. Frequentemente, os comunistas e o governo federal eram afrontados por essa mídia. O golpe de 1964 foi exaltado neste periódico. O jornal também fez incitações a favor de medidas energéticas para eliminar os focos de resistência ao golpe. Além disso, reiterou ressalvas ao 3º BI, ao comandante desta Unidade, assim como ao governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, acreditando que ele seria o novo presidente do Brasil. Em uma de suas colunas utilizadas para causar desinformação, *O que vai pelo Brasil*, que passou a circular após o golpe, sem autoria, através de informações falsas, buscava-se legitimar a derrubada do presidente da República.

No último tópico, é debatido algumas ações políticas do prefeito municipal de Diamantina, no que diz respeito a sua participação em movimentos conspiratórios e golpistas. Desde que passou a ocupar este cargo, em 1963, Geraldo Edson do Nascimento (PSD) ingressou em reuniões, junto a outros políticos e militares, para fomentar a derrubada do presidente João Goulart. Na sua ausência, por conta de uma licença médica, em janeiro de 1964, compareceu aos encontros o vice-prefeito. Salienta-se também que pouco depois do golpe de 1964, Geraldo Edson do Nascimento e D. Sigaud organizaram uma caravana com cerca de 40 pessoas de Diamantina para Curvelo. A viagem ocorreu em função da realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada na cidade de Curvelo, no dia 17 de maio.

### **3.1 Os informantes intermediários**

Apesar de ser um tema fundamental para se compreender “um importante mecanismo para a estruturação dos diversos regimes ditatoriais e totalitários”, existem poucas pesquisas

sobre as práticas de delação no Brasil, embora a historiografia sobre este assunto em outros países da América e da Europa seja bastante consolidada (PRIORI; BRUNELO, 2021, p. 23). Além disso, a maioria dos debates no Brasil, mesmo que inseridos em textos que se estendem por várias direções, ressaltam sobre as delações, sobretudo, no período da ditadura militar, muitas vezes relacionados ao Serviço Nacional de Informação, e nos grandes centros urbanos (PRIORI; BRUNELO, 2021, p. 5-9).

Quando se trata de abordagens regionais e no período do pré-golpe existem menos estudos ainda, não por falta de fatos ou de acontecimentos. Um caso interessante sobre o tema ocorreu quando um espião do DOPS foi à Diamantina, em fins de 1963. Sua função era obter conhecimento a respeito do nível da “infiltração comunista” no setor trabalhista (correios e telégrafos) e militar (quartel do 3º BI) local. Para isso, ele contou a ajuda dos informantes intermediários. Concluída a tarefa, o agente secreto escreveu um relatório e o encaminhou aos seus superiores.

Antes de adentrar ao assunto, vale lembrar que os primeiros meses de 1963 foi de relativa interrupção da crise política iniciada desde a renúncia de Jânio Quadros, porém a partir de meados deste ano a polarização voltou a crescer no país. O argumento principal da propaganda anticomunista neste momento girou em torno do tema da “infiltração comunista”. Salientava-se que o comunismo estaria se infiltrando em diversos setores da sociedade, em atividades estudantis (UNE), no governo federal (ministério da educação e do trabalho), no Itamaraty e nas Forças Armadas. Além disso, os comunistas teriam sob controle importantes órgãos administrativos como os correios e telégrafos, a Superintendência da Reforma Agrária e a Petrobras (MOTTA, 2000, p. 315-316).

De acordo com Rosângela Assunção (2006, p. 8-9), o ano de 1963 foi de crescente polarização, radicalização e conspiração política no país, servindo de terreno propício para que indivíduos comuns da sociedade, a partir de um viés anticomunista, agissem em conluio com os órgãos de repressão. Segundo a autora, a polícia política no Brasil, intrínseca a um Estado republicano autoritário, contava com diversas parcelas da sociedade que colaboravam com denúncias e demais práticas a fim de combater a chamada “ameaça vermelha”. Dessa forma, o anticomunismo permaneceu como elemento norteador das ações policiais do DOPS/MG e foi usado como pretexto para práticas arbitrárias contra parcelas da sociedade civil, sobretudo no período do pré-golpe.

No relatório escrito pelo espião do DOPS, inicialmente, o Agente Y, assim assinado no documento, relatou que para cumprir tal função foi necessário estabelecer os mais variados

contatos, os quais foram realizados com pessoas de grande expressão política em Diamantina e radicados a cruzada anticomunista local:

Dando cumprimento às ordens superiores, no sentido de verificar as atividades comunistas em Diamantina, bem como a infiltração leninista do D.C.T. e a veiculação dos mesmos na tropa ali sediada (3ºBI) procurei com autenticidade e realidade, do que ocorre, referente às denúncias que chegaram ao conhecimento desta C-2, concluindo após os mais variados contatos, conforme apresentação anexa, com elementos de grande expressão política naquela cidade e radicados a cruzada-anticomunista [...].<sup>99</sup>

Segundo os informes obtidos, realmente existiria a Célula 3 de Janeiro em Diamantina e ela estaria em atividade, e com “articulações intensas com as esquerdas mais radicais para dar cobertura à ação revolucionária que vinha sendo desencadeada em todo o país por esses agentes da subversão”.<sup>100</sup> Afirmava-se que a célula<sup>101</sup> funcionava no Beco dos Berens,<sup>102</sup> na casa do proprietário Carlos de Freitas Andrade. Lá seriam realizadas as “reuniões”, secretariada por Manoel Rosa da Silva e por José de Araújo Flexa, presidente do comitê de Zona, bem como por sua esposa, Helenita Drumond Flexa, descrita como “filha do comunista Oscar Drumond, secretário do comitê da cidade de Corinto”. As “reuniões” seriam realizadas nos domingos e nos feriados, no período de 14 e 15 horas, onde se encontrava farto material como livros, máquina de escrever etc. Os encontros extras seriam feitos à noite, pois o local seria propício para tal, tendo em vista a sua localização.<sup>103</sup>

Ao verificar "onde funcionava a célula", o agente capturou com seu equipamento uma imagem do imóvel que foi encaminhada em anexo como foto nº 1.<sup>104</sup> Segundo as denúncias, por causa da paralisia das pernas de que padecia Carlos de Freitas Andrade, ele teria como emissário Antônio Manoel de Sousa, quem conduzia as suas correspondências lacradas ao correio, bem como recebia as correspondências dele nos correios.<sup>105</sup>

Para os delatores, a célula comunista em Diamantina teria vários intelectuais adeptos, dos quais o agente procurou saber o nome, o local de trabalho e o endereço da residência de cada um. Os informes destacaram, entre outros, a atuação de Sylla da Silva Araújo, que seria elemento ativo no partido comunista, residente no Largo da Luz. Luiz Poronga (Luiz Eloy Durães), alfaiate e fabricante de joias, residente na Rua Augusto Nelson. José Mário Ribas,

<sup>99</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagem 2282.

<sup>100</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagem 2282.

<sup>101</sup> O agente escreveu no relatório “Célula 13 de Janeiro”.

<sup>102</sup> O agente escreveu no relatório que Carlos de Freitas Andrade morava no Beco dos Berens, nº 239, na verdade era no número 255.

<sup>103</sup> APM - Acervo DOPS/MG. Pasta, 4598, Imagens 2282-2283.

<sup>104</sup> Não foram encontrados no acervo do DOPS/MG os anexos citados pelo Agente Y.

<sup>105</sup> APM - Acervo DOPS/MG. Pasta, 4598, Imagens 2282-2283.

residente no Largo da Matriz Capistrana e proprietário da Loja Marbas (este local seria ponto de encontro dos comunistas, por isso o agente encaminhou junto ao relatório uma fotografia do mesmo, registrada como foto 2). Zanilo Moreira da Silva (irmão de Lahyre Moreira da Silva), professor da Faculdade de Odontologia, foi denunciado como um elemento atuante no setor estudantil e operário. Assim como, Agenor Moreira da Silva Neto (filho de Lahyre Moreira da Silva), estudante da Faculdade de Odontologia de Diamantina. Outras pessoas adeptas à célula residiam na Rua Getúlio Vargas e na Rua Direita, assim como no sul de Minas Gerais e na capital mineira, sendo um deles considerado como “revoltado e anticlerical”.<sup>106</sup>

Segundo as denúncias, no DCT em Diamantina estaria o maior número de comunistas no setor trabalhista, sobressaindo entre todos a atuação de Lahyre Moreira da Silva. Apontado como alto funcionário dos correios e chefe do departamento pessoal, os delatores disseram que Lahyre buscava ser nomeado diretor regional dos correios, o que não foi concretizado devido à intervenção do bispo da arquidiocese, Geraldo de Proença Sigaud. Lahyre foi acusado ainda de ser responsável pela “comunização” de vários militantes, como também frequentador das “reuniões” na casa de Carlos de Freitas Andrade e outras.

Além de Lahyre, as denúncias enfatizaram a atuação de mais um funcionário do DCT, Cesário Matias de Almeida, vulgo Zazá, considerado como: “elemento perigoso e agitador de massas, inteligente e comunista confesso.” No mesmo sentido foi caracterizado o seu irmão, Sub. Ten. Fernando Antônio de Almeida, que para o agente ambos seriam frequentadores de todas as “reuniões da célula”. Outros funcionários do DCT foram apontados como militantes comunistas de menor expressão, são eles: Aurélio Albuquerque, Antônio Paulo Hugo, Claudiano Ribeiro Costa, que estaria no Rio de Janeiro, José Hugo, Manoel da Cruz, José da Cruz, Jair Chaves, que seria ex-sargento da PM.<sup>107</sup>

No setor militar, o investigador foi recomendado pelos informantes intermediários de evitar manter fontes ligadas ao quartel do 3º BI, pois a maioria dos militares eram nascidos em Diamantina, o que tornaria arriscado fazer indagações mais positivas sobre os suspeitos. Para os delatores, os dirigentes da célula eram “conhecidos dos praças, desde que a maioria são filhos dali, e os quais mantêm amizade”. Outro problema para o espião foi também ter de se esquivar de graduados seus, que seriam antigos amigos e superiores do quartel, para não levantar suspeitas. Apesar destes empecilhos, por meio dos informantes intermediários e pelo fato de ter se despistado o máximo, diz o agente ter conseguido apurar que o PCB ainda não tem uma penetração na corporação sediada nesta cidade. Sendo mínimo o número de militares ligados

---

<sup>106</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagem 2282.

<sup>107</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagem 2283.

ao comunismo. Porém, considerado como um elemento de ideias avançadas e inteligentes, o nome do Sub. Ten. Fernando Antônio de Almeida foi ventilado para o agente, delatando que ele, assim como sua família, “professava a ideologia marxista abertamente”.<sup>108</sup>

Por conta disso, o agente secreto perseguiu Fernando Antônio de Almeida pelas ruas da cidade, no dia 14 de novembro de 1963, sem ser pressentido pelo mesmo. Assim que Fernando saiu do quartel do 3º BI, por volta das 12h25, quando terminou seu expediente, ele estava sendo observado. Segundo o espião, o militar trajava calça cinza, blusa caqui, trazendo na mão direita um embrulho e um saco de papel com gêneros debaixo do braço esquerdo.<sup>109</sup>

Seguindo o “suspeito”, o agente passou pela Av. Francisco Sá, atravessando a Rua São Francisco até ganhar o Beco dos Berens, onde residia o militar. Isso ocorreu pouco antes das 13h00. Por volta das 14h30, o tenente saiu mais uma vez e se dirigiu para o centro da cidade onde se encontrou com seu irmão, Cesário Matias de Almeida. O agente notou que eles conversaram e dirigiram-se para o Banco da Lavoura, isto, às 15h00. Saíram e foram até o bar *A Baiuca*, compraram dois picolés e foram para a porta do Hotel. Dali, dirigiram-se até a um armazém na Rua do Bonfim. Voltaram e entraram na churrascaria na Rua Direita. Palestraram algum tempo com outros amigos, que para o investigador seriam pessoas de “tendências vermelhas”. Cesário Matias de Almeida teria se despedido e ido para o correio. O Sub. Ten. Fernando retornou para sua casa, por volta das 17h00, ali permanecendo. Nessa ocasião o Agente Y fotografou o seu domicílio, que para ele seria ligado a célula comunista, “podendo Fernando do quintal de sua casa manter contato com Carlos de Freitas Andrade”. O policial concluiu relatando que todas as informações sobre o sub. ten. Fernando são comprometedoras, “pois, além dos fatos, os informantes intermediários afirmam que o mesmo não esconde sua condição ideológica para o mundo civil”.<sup>110</sup>

Outro membro da corporação militar denunciado com mais ênfase foi o soldado Manoel de Aguilar Araújo, acusado pelos informantes de ter pichado os muros de residências e templos da cidade com dizeres subversivos, e que teria recebido ordens dos dirigentes da célula comunista para isso. Contudo, o mesmo não se encontrava na sede do 3º BI, não sabendo os informantes precisarem seu paradeiro. Além desses, os nomes do sub. ten. ref. José Borges do

---

<sup>108</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagem 2284.

<sup>109</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagens 2284-2285.

<sup>110</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagens 2284-2285.

Couto, do cabo João Gentil Alves, do soldado José Vieira do Amaral e de Claudio Matias de Almeida<sup>111</sup> também foram citados pelos informantes.

Os delatores “esclareceram” ainda que existem, “segundo informações”, elementos da Loja Maçônica Atalaia do Norte ligados à “célula vermelha” como José Soares, Luiz Prado e José Alves Prado.<sup>112</sup> Além disso, o agente apontou, “conforme já havia informado no relatório anterior, a relação entre o comitê do município com atores políticos da capital mineira”, e que existe na cidade um indivíduo de nacionalidade russa, chamado Lázaro, porém argumenta-se que este não realizava atividades subversivas.

Por fim, com sua modesta capacidade, o espião diz ter dado uma ideia do que conseguiu apurar, referente à missão que lhe foi confiada, a qual não seria possível sem a ajuda dos informantes intermediários. Em suas palavras:

Quanto aos demais, não foi possível conseguir nenhum detalhe tendo em vista os motivos aqui expostos e por não terem conhecimento os informantes com quem entrevistei, pessoas idôneas e professores de Ginásio em Diamantina, sendo todo esse relato referendado pelo Dr. Alcides, elemento combatente da cruzada anticomunista bem como pela professora Maria da Mata Machado, outra conhecedora de todo o reduto vermelho na cidade e com a qual me entrevistei conforme apresentação anexa, e outros. Assim sendo, acredito que com a minha modesta capacidade, ter dado uma ideia do que consegui apurar, referente a missão, certo de que agi, tão somente baseado nas fontes idôneas das quais mantive entrevistas na busca de informes.<sup>113</sup>

Desse modo, através das delações, o Agente Y colheu informações sobre a vida pública e privada dos indivíduos considerados “potencialmente subversivos” em Diamantina, fazendo com que muitos deles fossem fichados no DOPS.

Os informantes intermediários, Dr. Alcides e a professora Maria da Mata Machado citados pelo policial, demonstraram-se conhecedores do quadro político diamantinense, porém através das lentes do anticomunismo que buscava estigmatizar como subversivos os militantes de esquerda. Os delatores se somavam a outros elementos combatentes na cidade, dos quais podemos citar Antônio Botelho, Antônio Fernandes e José Maria Carneiro que pertenciam a Comissão Central Anticomunista local.<sup>114</sup>

De acordo com Motta (2000, p. 293), neste período, inúmeras entidades anticomunistas se organizaram por todo o país, desde grupos "fantasmas", de caráter fugaz com poucos

<sup>111</sup> Os informantes intermediários não sabiam o paradeiro de Claudio Matias de Almeida, haja vista que há muito tempo ele não era visto na cidade. O agente supõe que ele era irmão de Cesário Matias de Almeida, assim como de Fernando Matias de Almeida.

<sup>112</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagens 2282 e 2283.

<sup>113</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 4598, Imagem 2285.

<sup>114</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 15.

integrantes, até organizações mais consolidadas de repercussão nacional, que já vinham sendo elaboradas há mais tempo. O autor enfatiza que este fenômeno foi responsável por um “ambiente de radicalização e polarização ideológica, preparando o terreno para a reação conservadora de 1964.” (MOTTA, 2000, p. 294).

### 3.2 O Garimpeiro do Senhor: dá posse ao “tribunal eclesiástico”

Considerado pela historiografia como “um dos bispos anticomunistas mais combativos que a história da Igreja brasileira conheceu” (CALDEIRA, 2015, p. 69-70), Geraldo de Proença Sigaud, aos 51 anos, no dia 31 de dezembro de 1960, foi nomeado pelo papa João XXIII para chefiar a Arquidiocese de Diamantina, cargo que ocupou até o ano de 1980.

Desde a saída de José Newton de Almeida, no dia 20 de abril de 1960, quando foi nomeado o primeiro arcebispo de Brasília, a Mitra Arquidiocesana de Diamantina<sup>115</sup> havia ficado sob incumbência do vigário capitular, João Tavares de Sousa. No primeiro dia de janeiro de 1961, Sigaud escreveu-lhe uma mensagem onde fez sua primeira saudação.

Jacarezinho, 1º de Janeiro de 1961.

Caríssimo e Reverendíssimo Monsenhor Vigário Capitular. Enviando cordiais saudações a V. Revma. e por seu intermédio a todo o colendo Cabido Metropolitano, tenho a honra de participar-lhes que o Santo Padre João XXIII, gloriosamente reinante, houve por bem transferir-me para a venerável Arquidiocese de Diamantina, que Vs. Revmas. ilustram com sua virtude e saber.

Saúdo V. Revma. a todos os Revmos. Srs. Cónegos, meus futuros Conselheiros e mais íntimos colaboradores no governo da Arquidiocese, e cooperadores no pastoreio das almas e nas cerimônias, do Divino Culto.

Peço a V. Revma. comunique ao Reverendo Clero Secular e Regular, às Religiosas, às Associações Religiosas, aos Fiéis e às Autoridades Cívicas e Militares da Arquidiocese a notícia da minha nomeação, e que seja junto de todos o portador de minha saudação e de minha bênção.

Com a expressão de minha religiosa estima em Nosso Senhor, e contando com a preciosa colaboração de V. Revma., formulo meus votos de bênçãos divinas para sua pessoa, e para todo o venerando Cabido Metropolitano.

Seu, In charitate Christi,

Servo seu em Nosso Senhor,

Com afetuosa bênção, GERALDO DE PROENÇA SIGAUD, S. V. D., ARCEBISPO ELEITO DE DIAMANTINA.<sup>116</sup>

<sup>115</sup> O bispado de Diamantina foi elevado à categoria de arcebispado pela Bula *Quandocumque se praebuit*, do Papa Bento XV, em 1917. O primeiro arcebispo nomeado pela Santa Sé foi Joaquim Silvério de Souza (1917-1933). O segundo, Serafim Gomes Jardim (1934-1953) e o terceiro, José Newton de Almeida Batista (1954-1960). O território administrado por esta província eclesiástica na década de 1950-1960 era vasto. Sua circunscrição eclesiástica contemplava um montante de 34 municípios (ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA, 2018, p. 15-19).

<sup>116</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Primeira saudação do Exmo. Sr. Arcebispo eleito. Diamantina, 15 de janeiro de 1961, p. 1.

A informação sobre a nomeação do novo arcebispo foi difundida na sociedade diamantinense no sábado, dia 7 de janeiro, e ratificada no domingo, na imprensa católica local. O jornal *Voz de Diamantina* em sua edição do dia 8 de janeiro de 1961, publicou manchete apresentando seus dados biográficos e seu currículo, afirmando que se tratava de um “orador brilhante, dotado de sólida cultura” e que realizava palestras e conferências em vários estados da federação. Salientava-se ainda que Proença Sigaud havia publicado trabalhos acerca dos problemas rurais, “sendo o primeiro Bispo brasileiro a indicar os perigos de uma reforma agrária socialista.”<sup>117</sup>

Pouco depois, em outra correspondência dirigida ao vigário capitular, o arcebispo determinou a data de 16 de abril de 1961 para sua posse na Arquidiocese de Diamantina. A fim de combinar os pormenores do evento viajou João Tavares de Sousa para Serra Negra (SP), onde se encontrou com Sigaud e participou do Congresso Interamericano de Catolicismo.<sup>118</sup> De volta à cidade e passados alguns dias, o vigário se reuniu no Palácio Arquiepiscopal, sexta-feira, com as autoridades eclesiásticas, civis e militares a fim de organizar as festividades a serem realizadas na posse do novo arcebispo.<sup>119</sup>

Chegado o dia, no domingo, às 12h00 e às 16h30, repicaram todos os sinos das Igrejas em Diamantina. No aeroporto, por volta das 16h00, ao descer da aeronave da Cia. Real, Proença Sigaud, acompanhado de um representante do governador de Minas Gerais, recebeu sua primeira homenagem pelas autoridades locais e pelos demais presentes. De lá, um longo cortejo de carros se formou indo em direção ao Largo Dom João, para a praça da Estação Ferroviária Central do Brasil. Neste local, encontravam-se formados, além da Cia. do 3º BI, a Faculdade de Odontologia; o Seminário; o Colégio Diamantinense; a Escola Comércio; a Escola de Enfermagem; a Escola Normal Oficial; a Escola Normal e o Ginásio N. Sra. das Dores. Também estavam presentes o Tiro de Guerra 73 (TG 73), associações religiosas, colégios visitantes e grande massa popular.<sup>120</sup>

No palanque armado em frente à estação, o homenageado recebeu as continências do 3º BI, passando em revista a Companhia formada sob o comando do capitão Jair Faria de Souza. Além disso, ele foi saudado pelo prefeito Silvio Felício dos Santos (PSD), que lhe entregou as chaves da cidade. Depois de agradecer, o arcebispo tomou um carro aberto que o conduziu até

<sup>117</sup> VOZ DE DIAMANTINA. O Exmo. D. Geraldo de Proença Sigaud. Diamantina, 8 de janeiro de 1961, p. 1.

<sup>118</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Posse do Arcebispo de Diamantina - 16 de abril. Diamantina, 29 de janeiro de 1961, p. 1.

<sup>119</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Posse do Exmo. Sr. Arcebispo. Diamantina, 12 de março de 1961, p. 1.

<sup>120</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Apoteótica chegada e posse do Exmo. Sr. Arcebispo de Diamantina. Diamantina, 23 de abril de 1961, p. 1.

à residência do vice-prefeito, Daniel Nascimento, onde se paramentou para a cerimônia de sua posse que seria realizada, em seguida, na Catedral Metropolitana. Depois de ter colocado seus ornamentos como a mitra e o báculo, o clérigo foi conduzido sob o pátio até a igreja. Descendo pela avenida Francisco Sá e tomando a Rua Direita, o cortejo se deparou com os alunos dos estabelecimentos de ensino primário, das escolas Mata Machado, Joaquim Felício, Júlia Kubitschek e Maria Augusta Caldeira Brant.<sup>121</sup>

No templo, a cerimônia foi iniciada com a leitura das Bulas pelo Bispo de Campos, Antônio de Castro Mayer. Em seguida, o 4º arcebispo de Diamantina subiu ao trono e recebeu a submissão do seu cabido e de padres da Arquidiocese. Foi celebrada a Santa Missa e entoado solene Te Deum. Ao Evangelho ocupou a tribuna o bispo de Montes Claros, D. José Alves Trindade, realizando uma oração congratulatória. Já em frente à Catedral, em nome do Clero local falou à população o Cônego A'vila, Cura da Catedral, e em nome dos arquidiocesanos se pronunciou o vice-prefeito. O deputado Carlos Murilo também esteve presente e leu uma mensagem feita pelo senador Juscelino Kubitschek ao novo arcebispo. Por último, discursou Dom Sigaud quando rezou uma oração, nomeou Mons. João Tavares de Souza como vigário-geral e disse que chegava a Diamantina como um “garimpeiro do Senhor para faiscar almas”. Diante dos aplausos dos fiéis e demais presentes, o prelado foi conduzido pelo cortejo até o Palácio Arquiepiscopal, situado próximo dali, para a segunda parte do rito de posse.<sup>122</sup>

A primeira solenidade dentro do palácio ocorreu, após o lanche, na "Sala do Trono", no momento em que foi inaugurado o retrato do novo arcebispo. O cônego Walter de Almeida foi o orador desta solenidade, pedindo de início licença para discordar de Sigaud, apontando que ele não chegava a Diamantina como um “garimpeiro”, “mas como um diamante de real valor”. Mais tarde, às 21h00, foi oferecido um banquete de mais de cem talheres. Depois de algumas falas de representantes da arquidiocese local e de outras, tomou a palavra Plínio Corrêa de Oliveira, que ergueu um brinde à Nossa Senhora, em nome das CC e MM. Por fim, falou, mais uma vez, Sigaud, agradecendo a reverência. Todos os festejos contaram com a participação da banda de música do 3º BI, *Retreta*, e pela *Schola Cantorum* do Seminário Sagrado Coração de Jesus.<sup>123</sup>

De acordo com a imprensa local, estiveram presentes na posse do 4º arcebispo de Diamantina:

---

<sup>121</sup> ibidem.

<sup>122</sup> ibidem.

<sup>123</sup> ibidem.

Além do Exmo. Sr. Arcebispo Titular de Anasarta D. Serafim Gomes Jardim, estiveram presentes: D. Elizeu Van de Weijer, de Paracatú; D. José Alves Trindade, de Montes Claros; D. José Maria Pires, de Arassuaí; D. José Pedro Costa, de Caitité; D. Serafim Fernandes Araújo, Auxiliar de Belo Horizonte; D. Belchior Joaquim Neto, Coadjutor de Aterrado; D. Antônio de Castro Mayer, de Campos; D. Geraldo Fernandes de Londrina; D. Jaime Luís Coelho, de Maringá.<sup>124</sup>

No encerramento das festividades, moças e rapazes estiveram no palácio e percorreram depois as ruas do centro numa Serenata, executando as canções do folclore local. No dia seguinte, o novo arcebispo ficou por conta de agradecer a todas as delegações que estiveram presentes nas solenidades. Por fim, o prefeito, Silvio Felício dos Santos, em mais gesto de veneração, decretou feriado municipal naquela segunda-feira, não funcionando os estabelecimentos de ensino.<sup>125</sup>

Destaca-se no rito de posse descrito acima, a presença, além de políticos conservadores, de bispos da Igreja Católica no Brasil comprometidos com a cruzada anticomunista, como Antônio de Castro Mayer. Não menos significativa foi a presença de Plínio Corrêa de Oliveira, que há pouco, em 1960, havia fundado a organização TFP, assim como publicado o livro *Revolução e Contra-Revolução*.

Segundo Heloísa Starling (1986), a Igreja Católica no Brasil não se manteve imparcial no processo de polarização político-ideológica que vivenciou a sociedade brasileira nos primeiros anos da década de 1960. No seu interior, ela “se abria em um largo leque político, onde em um extremo encontrava-se a ala comprometida com o movimento popular e, em outro, uma minoria ultramontana”, antimodernista (STARLING, 1986, p. 213).

O objetivo dessa minoria ultramontana era construir uma ordem social marcada pelos seus valores. Para os adeptos desse movimento o problema na confecção de uma sociedade inteiramente cristã seria justamente a modernidade, que se consolidava com o avanço da “revolução”. Entre os protagonistas da antimodernidade no século XX no Brasil estava Plínio Corrêa de Oliveira, difusor do ideário da contrarrevolução. Em torno dele se congregaram dois Bispos desde a década de 1930, Geraldo de Proença Sigaud e Antônio de Castro Mayer (CALDEIRA, 2011, p. 394).

Considerado por Proença Sigaud como um grande líder católico e mariano, Plínio Corrêa de Oliveira defendia que o agnosticismo dos Estados fez com que a sociedade moderna deixasse de lado os princípios cristãos. Esse movimento teria sido causado por um inimigo que teria efetuado um golpe terrível contra Cristo, chamado “revolução”. Para Plínio, o processo

---

<sup>124</sup> ibidem.

<sup>125</sup> ibidem.

revolucionário ia se metamorfoseando ao longo da história e seria constituído de etapas, cada uma delas com seu próprio aspecto. A História do Ocidente seria marcada pela “Pseudo-Reforma, pela Revolução Francesa e pelo Comunismo.” (OLIVEIRA, 2009, p. 12-13).

Por conta disso, a TFP tinha como princípio a aversão ao comunismo e utilizava da divulgação de material acusatório como revistas, panfletos, jornais, livros, passeatas e abaixo-assinados para promover a sua campanha contrarrevolucionária (PICINATTO, 2009, p. 3). Um dos principais periódicos vinculados ao TFP era a revista *Catolicismo*, fundada por Antônio de Castro Mayer, onde Plínio Corrêa de Oliveira expunha suas posições. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 187), a TFP “não tinha um caráter exclusivamente anticomunista, embora este fosse um ponto central de seu programa.”

Com a posse do novo arcebispo, a Arquidiocese de Diamantina estava sobre controle de uma das principais lideranças da ala mais reacionária da Igreja Católica no Brasil. Logo, Sigaud tentou introduzir os princípios da TFP no clero local e nos fiéis. O mesmo aconteceu dentro do Seminário Arquidiocesano de Diamantina, administrado desde 1867 pelos padres da Ordem Lazarista ou da Congregação da Missão (ZICO, 2000, p. 237).

Segundo a COVEMG (MINAS GERAIS, 2017, p. 20), no início da década de 1960, no estado mineiro era Proença Sigaud “quem liderava os ataques aos grupos religiosos progressistas”. A respeito deste tema, destaca-se que logo nos primeiros meses à frente da Arquidiocese de Diamantina, após uma ordenação na Basílica do Seminário, Sigaud fez uma longa exortação aos seminaristas sobre o “perigo” da teologia francesa, a qual os padres lazaristas eram doutrinados. Na ocasião, ele atacou veemente os teólogos desta Congregação, acusando-os de heresia (ZICO, 2000, p. 237-238).

Além disso, o novo arcebispo passou a aceitar alunos no Seminário em Diamantina vindos do Seminário de Campos (RJ), Bragança Paulista e Jacarezinho (PR), pelo fato de serem todos “devotos” da TFP. A ideia era que os novos alunos ajudassem a disseminar uma orientação ultramontana dentro do Seminário local. Sigaud também pressionou para que o 18º reitor da instituição, José Isabel da Silva Campos (1961-1964), favorecesse a circulação da revista *Catolicismo*, dizendo que esta deveria ser “a cartilha de todo o Seminário”. (ZICO, 2000, p. 238).

Com pouco mais de um ano no novo cargo, no início de 1962, depois de uma reunião com clérigos das províncias eclesiásticas de Minas Gerais, Sigaud finalizou a Carta Pastoral sobre a “seita comunista”. Intitulada: *Sobre a seita comunista: seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*, a obra tinha como objetivo

institucionalizar o anticomunismo na circunscrição eclesiástica sob sua governança, demonizando o comunismo e atacando a filosofia marxista.

Na quarta parte (A nossa ação) deste documento episcopal, dividida em 5 capítulos, o arcebispo definiu algumas medidas práticas de combate ao comunismo a qual a explanação a seguir busca descrever com mais detalhes, haja vista o caráter combativo de seu conteúdo.

Assim como destacou Kamila Nunes da Silva (2019, p. 31-32), o primeiro capítulo, da quarta parte, dividido em três tópicos, dizia respeito a duas modalidades da ação anticomunista, a superficial e a secundária. A ação superficial tinha a finalidade de apresentar o comunismo como algo abominável, a ser odiado. A ação secundária era um complemento da superficial, e tinha o objetivo de atacar a filosofia, o sistema político, o social e o modelo econômico adotado pelos países ditos da “cortina de ferro”. O segundo tópico ressaltava que a ação anticomunista deveria ser precisa em seus objetivos doutrinários e eficiente em seus desígnios. O terceiro, em específico, apontava a importância da luta de caráter doutrinário.

No capítulo II, foram delineadas as sete *Medidas práticas contra a ação do Partido Comunista*. As três primeiras tratavam sobre: legislação de repressão do comunismo, ruptura das relações diplomáticas e comerciais com a Rússia e proibição do partido comunista Brasileiro. As quatro últimas tratavam sobre medidas a serem tomadas contra os adeptos do comunismo. São elas: expurgo dos propagandistas e agentes comunistas nos meios militares, estudantis, sindicais etc, expurgo nas empresas privadas, análoga ação nas repartições públicas e organismos paraestatais e eleição de deputados e senadores anticomunistas e antissocialistas.

O capítulo III (Medidas de combate ao comunismo difuso) trazia a importância dos membros do clero para doutrinarem o povo no caminho do anticomunismo, sobretudo, a juventude:

Dirigimo-nos agora de modo especial a vós, amados Sacerdotes, a vós, Religiosas, a vós, mestres, catequistas, professores. Aproveitai de todas as ocasiões para explicar ao povo o que é o comunismo. Mostrai sua oposição total ao Catolicismo, e a impossibilidade de sobrevivência da Igreja Católica num país comunista [...].

Educai o povo, e de modo especial a juventude, no espírito de pureza, de mortificação e de piedade [...].

Na educação da infância e juventude procurai imunizar os corações contra o veneno do socialismo, impregnando as almas das crianças e dos jovens do espírito hierárquico. (SIGAUD, 1963, p. 140-142).

No capítulo IV, denominado *O programa de ação positiva*, foram especificados três pontos: a luta contra a miséria, um programa de reforma agrária e a organização do homem no campo. Já no último capítulo (*Os meios de ação*) foi indicado os caminhos fundamentais para

a ação anticomunista. Nele, ressaltava-se a importância do papel do magistério eclesiástico na pregação no púlpito e no confessionário como o lugar onde deveria ser travada a grande batalha:

Como o comunismo é uma seita, com doutrinas que dão origem à ação política revolucionária, a grande arma contra ele é e fica sendo a pregação: será pois no púlpito e no confessionário que a grande batalha será travada. Na medida em que vós, amados Sacerdotes, mantiverdes a batalha no campo religioso, a vitória do comunismo sem o recurso das armas será impossível. Sem dúvida, a imprensa, a rádio e a televisão representam um papel importante; mas o mais importante é o Magistério Eclesiástico. (SIGAUD, 1963, p. 153-154)

Os outros pontos tratavam respectivamente sobre: mobilização de todos os recursos; denunciar as paixões que alimentam o comunismo; cultivar as virtudes opostas; a ascensão econômica e social; nossas organizações e o crime da terceira força.

Por fim, recomendava-se aos sacerdotes, religiosas e fiéis que se aprofundassem nos estudos de alguns documentos que seriam de grande atualidade. Entre eles, destacavam-se materiais produzidos pela *Editora Vozes*, como a revista *Catolicismo*, além de algumas Cartas Pastorais, entre outras obras. Estão presentes nas recomendações, principalmente, os autores D. Antônio de Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira. Anunciava-se ainda que em breve seria publicado o “*Catecismo Popular Anticomunista*”.

Em nome do Senhor, a Carta Pastoral sobre a “seita comunista” foi finalizada com um Mandamento que invocava a difusão deste documento episcopal nas missas aos domingos e nas reuniões das associações. Solicitava ainda que os sacerdotes frequentemente rezassem com o povo nas santas missas, comunhões gerais e nos terços pedindo a Deus que salvasse o Brasil do perigo comunista que estaria assolando a Igreja Católica nos países sob sua jurisdição.

Nomine Domini invocato,  
Mandamos que esta Nossa Carta Pastoral seja lida e explicada na estação da Santa Missa nos domingos e dias santos de guarda, seu recebimento seja registrado no livro de tombo da Paróquia, e um exemplar guardado no arquivo paroquial.  
Mandamos que, nas reuniões das Associações, seja o seu conteúdo estudado e comentado.  
Nas Santas Missas, Comunhões Gerais, e nos terços, os Sacerdotes frequentemente rezem com o povo pedindo a Deus que guarde nossa Pátria das maquinações da seita comunista, e rezem pelos milhões de católicos que, com seus Bispos e seu Clero, gemem oprimidos pela mais feroz e diabólica perseguição, nos países dominados pelo comunismo.  
Dado e passado nesta Nossa Arquiepiscopal Cidade de Diamantina, aos 6 de janeiro de 1962, Festa da Epifania do Senhor, sob Nosso Sinal e Selo de Nossas Armas.  
Geraldo, Arcebispo Metropolitano. (SIGAUD, 1963, p. 166)

Pouco depois, assim como anunciado, feitos alguns reajustes, Proença Sigaud publicou outra obra de sua autoria: *Catecismo Anticomunista*. Indo na mesma linha de pensamento da

Carta Pastoral “Sobre a Seita comunista”, o *Catecismo Anticomunista* abominava e execrava Karl Marx, o comunismo e seus adeptos. Dessa forma, o 4º arcebispo de Diamantina realizava seu trabalho à frente do seu episcopado, buscando instruir o clero e os fiéis na doutrina do anticomunismo.

No dia 26 de setembro de 1962 foi comemorado o aniversário de Proença Sigaud. Por conta disso e por causa da sua viagem para a “cidade eterna”, indo participar do Concílio Ecumênico Vaticano II, ele foi homenageado pelo clero local e conduzido pelo cortejo do Palácio Arquiepiscopal à Catedral Metropolitana. A procissão contou com a presença de alunos do Seminário e dos colégios, além de oficiais e praças do 3º BI e de autoridades locais. No templo, foi celebrado a santa missa. Na ocasião, o arcebispo teria passado mal e não pôde acompanhar até o final. A banda do 3º BI executou algumas canções encerrando a cerimônia.<sup>126</sup> No dia 7 de outubro, Sigaud viajou para o Rio de Janeiro, embarcando no dia seguinte em um avião com destino a Roma.<sup>127</sup>

O Concílio Vaticano II (1962- 1965) reuniu milhares de bispos de todo o mundo para deliberar sobre como a Igreja deveria se fazer presente no mundo contemporâneo. As discussões se iniciaram logo depois de sua convocação pelo Papa João XXIII, em janeiro de 1959 (fase ante preparatória 1959-1960 e preparatória 1960-1962). De acordo com Rodrigo Coppe Caldeira (2011, p. 394-395), Proença Sigaud foi um dos mais importantes agentes catalisadores da minoria no Concílio, aproximando-se de bispos de tendências conservadoras de todo o mundo que buscavam combater a ideologia de sacerdotes que desejavam uma Igreja mais aberta ao mundo moderno. Os padres italianos foram os principais formadores deste bloco romano-latino, do qual Geraldo de Proença Sigaud e Antônio de Castro Mayer se congregaram. Esta organização internacional ficou conhecida como *Coetus Internationalis Patrum* e buscou, entre outras medidas, uma condenação explícita do comunismo por parte da igreja.

Em suas intervenções no Concílio, D. Sigaud afirmava que a maçonaria e o comunismo eram forças revolucionárias que os objetivos em comum se encontravam na luta mundial e definitiva contra a Igreja. Defendeu ainda que a origem desta revolução estaria ligada aos judeus, que de dentro das Sinagogas seus chefes conspiravam contra os cristãos, a partir de um trabalho meticuloso, de séculos, contínuo, inteligente e consequente. Para o arcebispo, este aspecto racionalista que se manifesta na ideologia da revolução afetaria toda a vida humana, se opondo à ordem revelada, à igreja e a sociedade católica (CALDEIRA, 2011, p. 394-395).

<sup>126</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Homenagem ao Exmo. Sr. Arcebispo. Diamantina, 7 de outubro de 1962, p. 1.

<sup>127</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Exmo. Sr. Arcebispo e o Concílio. Diamantina, 7 de outubro de 1962, p. 1.

Do Vaticano, no dia 12 de dezembro de 1962, o arcebispo de Diamantina falou à Rádio local. Após agradecer a emissora, ele prestou saudação a Serafim Jardim, ao cabido, aos padres, às associações e aos fiéis da arquidiocese sob sua gestão e falou sobre seu trabalho no Concílio. No dia 16, deixou Roma e seguiu para Lourdes, em Portugal, onde visitou a cidade de Fátima, indo também à Espanha, nas casas de congregação que enquanto sacerdote ajudou a fundar. Seu regresso para o Brasil de navio foi marcado para o mês seguinte.<sup>128</sup>

De volta à Diamantina, Proença Sigaud se reuniu com todo o clero no Seminário Arquidiocesano. Na ocasião, ele foi fotografado algumas vezes. Em uma das imagens, o bispo aparece nas escadarias da porta principal do Seminário junto a outros 60 clérigos, todos vestidos com batina preta, formando uma certa pirâmide. Na base, na frente, sentados em cadeiras, estava um grupo de 11 sacerdotes. O arcebispo se encontrava no centro. Ao seu lado, Serafim Jardim, aos 87 anos. Na segunda fileira, em pé, encontra-se o cônego Walter de Almeida. Nesse momento, o perfil deste clero era de um grupo de sacerdotes mais antigos, sendo menos da metade de jovens (ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA, 2018, p. 103-104).

Com o advento do golpe de 1964, Proença Sigaud permitiu que 6 policiais, mais o vigário-geral, invadissem o Seminário Arquidiocesano de Diamantina e fizessem uma busca e apreensão truculenta. O alibi girava em torno de um discurso de que um dos estudantes havia recebido uma carta do Pe. Francisco Lage. Os militares vasculharam os aposentos dos seminaristas procurando livros, cartas ou qualquer evidência que pudesse relacioná-los ao comunismo. A indignação contra a medida autoritária reinou em parte dos seminaristas que rasgaram batinas velhas e expuseram seus pedaços pendurados nas janelas da fachada do prédio em sinal de protesto e luto (ZICO, 2000, p. 238).

O diretor do Seminário, Pe. José Isabel da Silva Campos, último dos reitores lazaristas, que havia sido um dos principais alvos da repressão, foi então ao Palácio Arquiepiscopal para falar com o arcebispo sobre o ocorrido. Lá, ele recebeu a notificação de que todos os padres lazaristas deveriam deixar o Seminário o quanto antes. Sigaud, disse-lhe que: “Pe. Reitor, sua Congregação, que formou um Pe. Lage, um Frei Josafá, tem uma grande responsabilidade na putrefação do Clero. Os senhores estão dispensados do meu Seminário”. Dessa forma, por pressão do arcebispo e pela agressão sofrida, no começo do mês de junho, os 14 padres da Congregação da Missão que dirigiam o Seminário Arquidiocesano de Diamantina foram embora (IBIDEM).

---

<sup>128</sup> VOZ DE DIAMANTINA. D. Sigaud na Rádio Vaticano. Diamantina, 16 de dezembro de 1962, p. 1.

De acordo com Michelle Mattar Pereira Oliveira (2014, p. 79-80), no mês de maio de 1964 houve uma enorme confusão dentro do Seminário em Diamantina. As provas de exame foram precipitadas para o início do mês de junho e depois disso os padres lazaristas se retiraram. Nesse rompimento, alguns alunos também cancelaram suas matrículas. Depois disso, os sacerdotes seculares alinhados ao arcebispo assumiram a reitoria da instituição.

Pouco depois, no dia 10 de julho, 59 padres da Arquidiocese de Diamantina fizeram um retiro espiritual e manifestaram apoio, solidariedade e fidelidade ao arcebispo metropolitano. O desfecho deste manifesto se deu com o exorcismo solene do prédio do Seminário quando o vigário-geral e alguns acólitos jogaram água benta e espalharam fumaça de incenso com um turbúlo por todo o edifício (ZICO, 2000, p. 238-239).

### **3.3 O 3º BI e o comandante “revolucionário”**

Desde a vitória no plebiscito a favor do presidencialismo em janeiro de 1963, diversos grupos de conspiradores inflamaram o discurso de que o governo federal tinha planos de instaurar no Brasil uma “república sindicalista”, que logo se transformaria em um regime comunista. Essa narrativa era promovida dentro das “ilhas de conspiração” espalhadas pelo país e não contavam com uma liderança certa, que pudesse homogeneizar as ações dispersas. De acordo com Carlos Fico (2014, p. 69), o estado de Minas Gerais usufruía de algumas “ilhas” bem ativas, envolvendo políticos e militares como o governador Magalhães Pinto e o marechal Odílio Denis.

Os militares conspiracionistas em Minas Gerais eram em sua maioria da reserva, mas havia também oficiais da ativa, como o coronel Dióscoro Gonçalves do Valle, comandante do 12º Regimento de Infantaria (12º RI), em Belo Horizonte. A este grupo se uniram oficiais graduados da Polícia Militar (PM), como o comandante-geral da PM, o coronel José Geraldo de Oliveira, e delegados de polícia, como José Resende de Andrade e Fábio Bandeira de Figueiredo (STARLING, 1986, p. 88). Segundo Heloisa Starling (1986, p. 88), a união do Exército com a PM para derrubar o presidente João Goulart foi decisiva para o sucesso do movimento conspiracionista neste estado.

Um dos principais articuladores do golpe de 1964 em Minas Gerais, general Olympio Mourão Filho, relatou no livro *Memórias: a verdade de um revolucionário* (1978) que se encontrou o comandante-geral da PM, José Geraldo de Oliveira, em setembro de 1963. Neste momento, o general falou ao coronel sobre “a necessidade de se tomarem armas a fim de evitar

a comunização do Brasil” e recebeu dele seu inteiro apoio (MOURÃO FILHO, 1978, p. 241-242).

Os protagonistas da conspiração em Minas Gerais sabiam que o Exército em solo mineiro tinha um efetivo reduzido de, aproximadamente, 4 mil homens e seus quadros eram constituídos por reservistas. As repartições do Exército mais significativas no estado eram Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria (ID/4), sob o comando do general Carlos Luís Guedes, em Belo Horizonte, e a 4ª Região Militar (4ª RM), em Juiz de Fora, sob o comando do general Olympio Mourão Filho. A primeira subordinada à segunda, e ambas componentes do I Exército com sede em Rio de Janeiro (VIEIRA, 2007, p. 101-102).

Diante da precariedade do Exército mineiro para iniciar um golpe de Estado, foi necessário um sistemático envolvimento dos conspiracionistas com a PM já que a corporação dispunha de milhares de soldados. Esta articulação se deu logo no início do governo de Magalhães Pinto (1961-1966), através do general Guedes e do coronel José Geraldo de Oliveira, que viabilizaram a junção entre a PM e o Exército. Devido a apropriação da polícia para fins de guerra, buscou-se aumentar o número de soldados da instituição. Nesse sentido, destaca-se que o número de policiais militares em Minas Gerais saltou de 11 mil, em 1960, para 18 mil, em 1964 (VIEIRA, 2007, p. 105-106).

Ao lado disso, partir de 1962, a polícia mineira passou a receber treinamento de guerra coordenado pelo Exército, numa tentativa de transformar as forças policiais de segurança pública em forças combatentes, para uma possível guerra interna, assim como previsto na Doutrina de Segurança Nacional. Nesses treinamentos, por exemplo, os policiais manuseavam fuzis e metralhadoras, armamento de uso convencional do Exército para prática de guerra. Os policiais também recebiam “o manual” sobre o inimigo interno, caracterizado como subversivo ou comunista (VIEIRA, 2007, p. 112-114).

No período do pré-golpe, o quartel do 3º BI em Diamantina se tornou uma “ilha de conspiração”, liderada por alguns oficiais, contra o governo do presidente João Goulart. Durante este período, este batalhão teve três comandantes diferentes, Jonas Pereira da Silva (1961-1962), Obgair Romeiro (1962) e João José de Almeida (1962-1964).

Com a promoção do comandante do 3º BI, Antônio da Costa Dias Filho, para assumir o comando da CSA, de Belo Horizonte, no início de 1961, foi designado para substituí-lo o Te. Cel. Jonas Pereira da Silva.<sup>129</sup> Com pouco mais de um ano, o comandante do 3º BI deixou o cargo no mês de maio de 1962. Em um jantar de despedida, ele, emocionado, agradeceu a

---

<sup>129</sup> VOZ DE DIAMANTINA. 3º. B.I. tem novo comando. Diamantina, 12 de março de 1961, p. 1.

cerimônia feita pelos oficiais. Com isso, o comando do 3º BI foi transmitido para o Major Sub. comandante, Obgair Romeiro, que havia ingressado na Unidade há poucos meses.<sup>130</sup>

As solenidades cívico-religiosas promovidas pelos oficiais do 3º BI no quartel em Diamantina no aniversário de 72 anos da Unidade, em 7 de junho de 1962, contou com a presença do então comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, o coronel José Geraldo de Oliveira e comitiva.<sup>131</sup>

O encontro serviu de palco para a propagação do anticomunismo entre os militares. Como de praxe, na alvorada, foi feita a salva de 21 tiros e passeata de bandas de música e corneteiros pelas ruas da cidade. No quartel, a recepção do comandante geral ocorreu às 7h30. Depois da companhia de fuzileiros prestar continência foi hasteada a bandeira nacional. Na leitura do boletim, o capitão, Geraldo da Costa Coelho, com alocução do comandante-geral, disse que a nação brasileira vivia um momento difícil sob a ameaça do contágio do comunismo, mas que o 3º BI era uma Unidade padrão que trazia segurança para o presente e para o futuro.

Extra programa, tivemos a leitura do boletim especial, alusivo à data, pelo Sr Capitão Geraldo da Costa Coelho e a locução do Emxº Sr. Cel. Cmt. Geral, que, dentre outras coisas, disse da confiança que a P.M deposita no 3º B.I, unidade padrão, cujo passado é segurança para o presente e uma certeza para o futuro, mormente na crise angustiada em que vive a Nação brasileira, ameaçada de contágio pelo cancro mórbido do comunismo.<sup>132</sup>

Em seguida o comandante-geral se dirigiu à tropa e finalizou a primeira parte da cerimônia com um discurso incisivo. Antes da celebração da santa missa pelo vigário-geral, os militares do 3º BI e do TG 73 fizeram a sua páscoa. Neste momento, foi inaugurada a nova enfermaria do quartel. Na ocasião, o comandante geral convidou o então arcebispo-titular de Anasarta, Serafím Gomes Jardim, a cortar a fita simbólica e o capelão da Unidade procedeu à bênção do local.<sup>133</sup>

À noite, na residência do comandante do 3º BI foi realizado o banquete. Nesse momento, Obgair Romeiro fez um discurso agradecendo a presença do comandante-geral, e pediu um brinde de honra ao governador do estado, Magalhães Pinto. Estavam presentes o representante do arcebispo, autoridades civis e oficiais da Unidade.<sup>134</sup> Ao agradecer, o comandante-geral, fez mais uma referência contra o comunismo, afirmando que:

<sup>130</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Oficiais se despedem do Cel. Jonas. Diamantina, 20 de maio de 1962, p. 1.

<sup>131</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Aniversário do 3º. B.I. Diamantina, 10 de junho de 1962.

<sup>132</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Notícias do 3º. B.I. Diamantina, 24 de junho de 1962, p. 4.

<sup>133</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Aniversário do 3º. B.I. Diamantina, 17 de junho de 1962, p. 1.

<sup>134</sup> ibidem.

[...] a Corporação, hoje mais que ontem e amanhã tem muitas vidas instaladas como sentinela avançada em defesa do povo mineiro, nascido sob o signo da liberdade e que, por isso mesmo, jamais se sujeitará à infamante ditadura comunista em que nossas filhas serão desrespeitadas, vilipendiadas as cãs de nossos pais e avós e finalmente destrocada a célula mater na nossa sociedade - A FAMÍLIA.<sup>135</sup>

Na sequência tomou a palavra o vice-prefeito, Daniel Nascimento, convidando os presentes para um brinde de honra ao governador Magalhães Pinto. Por fim, o coral convidado recitou músicas e letras características de Diamantina.<sup>136</sup>

Com menos de três meses, Obgair Romeiro deixou o cargo. Por conta disso, em 12 de julho de 1962, João José de Almeida assumiu o comando do 3º BI.<sup>137</sup> O novo comandante era uma pessoa conhecida no meio social diamantinense, onde viveu sua juventude quando estudou no Seminário.<sup>138</sup>

Assim que assumiu o cargo, João José de Almeida enviou um ofício à redação do jornal *Voz de Diamantina* comunicando sua posse e agradecendo as felicitações. Com pouco tempo, ele já teria ganhado a estima e o respeito de parte dos oficiais e praças da Unidade. Na cerimônia de seu aniversário, em 5 de outubro, recebeu muitos cumprimentos de seus subordinados, sendo saudado pelo capelão da Unidade, cônego Walter de Almeida, que falou em nome dos oficiais.<sup>139</sup>

No início do ano de 1963, os militares do 3º BI, sob direção do Te. Vicente e dos aspirantes Braga, Clavilho e Celestino, do dia 9 ao dia 12 de fevereiro, realizaram um acampamento nas proximidades da cidade, em uma região conhecida como Sentinela. O objetivo foi realizar um treinamento de guerra. No local, os alunos do curso de cabos e da escola de recrutas realizaram exercícios de tiro e combate através de aulas práticas e teóricas. Foram feitos exercícios de tiro com metralhadoras e revólver calibre 45. No último dia, realizou-se um exercício de combate entre o curso de cabos e a escola de recrutas. No domingo, foi celebrada, às 10h00, pelo capelão da Unidade, ainda no acampamento, uma missa em ação de graças pelo término do curso, assistida por todos oficiais e praças.<sup>140</sup>

Nos primeiros dias do ano de 1964 a movimentação dentro do quartel do 3º BI foi grande. Isso por conta da visita de uma caravana de militares, uma turma de aspirantes de 1943 do 3º BI que se reuniram e foram à cidade fazer uma homenagem póstuma para seu paraninfo e conterrâneo Cel. Vicente Torres. Quase todos os presentes ocupavam cargos de oficiais

<sup>135</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Notícias do 3º. B.I. Diamantina, 24 de junho de 1962, p. 4.

<sup>136</sup> idem.

<sup>137</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Novo Comandante assumiu. Diamantina, 15 de julho de 1962, p. 1.

<sup>138</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Novo Comandante do 3º. B.I. Diamantina, 8 de julho de 1962, p. 1.

<sup>139</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Te. Cel. João José de Almeida. Diamantina, 14 de outubro de 1962, p. 1.

<sup>140</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Acampamento do 3º. B.I. Diamantina, 17 de fevereiro de 1963, p. 4.

superiores da PM, alguns acompanhados de esposa e filhos. Às 9h00, após ter a caravana de militares assistido à Santa missa na Catedral Metropolitana, seguiram em direção ao cemitério local, para prestar homenagem póstuma. Esteve presente o comandante, oficiais e praças do 3º BI, além do juiz de direito, do vigário geral, do prefeito, do presidente e vereadores da Câmara Municipal e demais visitantes. A cerimônia teve início com o toque de silêncio, executado pelo corneteiro-mor, e com a marcha fúnebre, executada pela banda do quartel. O capelão da Unidade, em seguida, oficiou a absolvição sobre o túmulo do Cel. Vicente Torres. Em oração, o Cap. Alberto Piantanida manifestou os sentimentos dos seus companheiros de turma.<sup>141</sup>

Depois disso, o Cel. Euclides Garcia do Carmo e o Te. Cel. Raimundo Chagas depositaram sobre o túmulo uma coroa de flores. Em nome da família Torres, agradecendo a homenagem prestada ao “Cel. Vicentinho”, falou mais uma vez o capelão. Depois da marcha militar, a qual o homenageado era notório admirador, o major José Rodrigues Vale encerrou a cerimônia fúnebre. Ainda na presença dos acompanhantes, os componentes da caravana militar visitaram o quartel do 3º BI. Lá, depois do lanche, discursaram em nome da Unidade o Te. Cel. Jonas Pereira da Silva e o major José Rodrigues Vale. Após o almoço servido no Hotel Tijuco a caravana visitante partiu com destino a Três Marias.<sup>142</sup>

Pouco depois, por conta de uma relação muito próximo entre o governo estadual e o 3º BI, a Companhia de Fuzileiros da Unidade foi convidada pelo governador de Minas Gerais para desfilar na capital mineira, no dia 31 de janeiro de 1964, por ocasião dos festejos comemorativos do terceiro aniversário do governo de Magalhães Pinto.<sup>143</sup>

O mês de março de 1964 foi de grande agitação política, os conspiradores neste momento já tinham diferentes planos para derrubar o presidente da República. Em uma reportagem publicada na imprensa católica em Diamantina, intitulada *A hora decisiva...*, dedicada a Botelho, João Goulart e seus ministros eram tratados como “desordeiros indesejáveis”. O trecho final da mensagem convocava a população a se rebelar contra o governo federal com os seguintes dizeres: “Vamo-nos unir e rechaçar para longe da Pátria esses agitadores mercenários. Ouçamos a voz dos brasileiros que amam verdadeiramente o Brasil. Que eles sejam os nossos líderes, os defensores da nossa liberdade”.<sup>144</sup>

Com a intensificação dos movimentos conspiracionistas, o general Olympio Mourão anunciou na madrugada do dia 31 de março o início o golpe militar contra o governo federal e

<sup>141</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Aspirantes de 1943 prestam homenagem ao Cel. Vicente Torres. Diamantina, 5 de janeiro de 1964, p. 1.

<sup>142</sup> *ibidem*.

<sup>143</sup> VOZ DE DIAMANTINA. 3º. B.I desfilará na Capital. Diamantina, 19 de janeiro de 1964, p. 2.

<sup>144</sup> VOZ DE DIAMANTINA. A hora decisiva... Diamantina, 15 de março de 1964, p. 4.

suas tropas seguiram em direção ao Rio de Janeiro. Quando o movimento foi deflagrado, a PM de Minas Gerais já controlava as fronteiras e pontos estratégicos do estado. Pois, no dia anterior, o 12º RI havia entrado em ordem de marcha, por decisão do general Carlos Luís Guedes (FICO, 2014, p. 73-74).

Neste contexto, o comandante do 3º BI recolheu todos os destacamentos para a Unidade e enviou seus soldados para o Rio de Janeiro fomentando um grupo de primeiro escalão para entrar em combate. Contudo, próximo à fronteira entre os estados, o 3º BI recebeu a notícia que não precisava mais cumprir tal objetivo, pois as forças de resistência tinham sido desmobilizadas.<sup>145</sup> Segundo Thomas Skidmore (1988, p. 48), os militares que queriam derrubar João Goulart esperavam uma resistência armada, acreditava-se que oficiais das forças legalistas defenderiam o presidente e seu governo, contudo, para a surpresa de todos a resistência não aconteceu.

Em seguida, o 3º BI juntamente com o 10º Batalhão de Infantaria, de Montes Claros, avançou com um contingente formado por centenas de soldados da polícia militar mineira em direção a Brasília. A Unidade também destacou um pelotão para a cidade de Três Marias, sob o comando do Te. Anatólio Alves de Assis, cobrindo uma posição defensiva. A estratégia era impedir a passagem de outras forças militares a Brasília que não apoiassem o movimento golpista.<sup>146</sup> Na ausência dos militares, o policiamento em Diamantina ficou por conta do TG 73, sob o comando do sargento Pimenta, guardando a cadeia municipal e o DCT.<sup>147</sup>

De volta à Diamantina, depois de cerca de duas semanas, os soldados do 3º BI foram recepcionados na praça da Catedral Metropolitana com festividade. O clero programou uma missa e Te. Deum em ação de graças e manifestação, além de recomendar que mães, esposas e irmãs levassem rosários e os oferecessem aos seus familiares que participaram do golpe de Estado.<sup>148</sup>

Na imprensa católica local, a atuação do 3º BI e de seu comandante foi exaltada com os seguintes dizeres:

A briosa Unidade tem em sua folha, assinalados serviços prestados ao Estado de Minas e ao Brasil. Ainda agora teve destacado papel na Revolução, fazendo parte da coluna Cel Vale, que ocupou Brasília, garantindo a ordem da capital federal, salientando-se ainda pela disciplina e valentia de seus soldados. Oficiais do Exército chegaram a cognominar o nosso Batalhão de “uma verdadeira Academia”.

<sup>145</sup> Entrevista 1. Diamantina, 2019.

<sup>146</sup> VOZ DE DIAMANTINA. 3º. BI em Brasília. Diamantina, 12 de abril de 1964, p. 1.

<sup>147</sup> VOZ DE DIAMANTINA. TG. Policiando a cidade. Diamantina, 12 de abril de 1964, p. 1.

<sup>148</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina aos seus soldados. Diamantina, 12 de abril de 1964, p. 1.

Na pessoa de seu digno Comandante Cel João José de Almeida apresentamos os nossos cumprimentos [...].<sup>149</sup>

No dia 24 de maio, essa mesma imprensa publicou uma mensagem de agradecimento feita pelo comandante do 3º BI.

O Comandante, Oficiais e Praças do 3 B.I, querem traduzir nas linhas do presente ofício, seu agradecimento humilde mas sincero pelas palavras calorosas e confortadoras com que êsse renomado noticioso publicou e vem publicando a respeito da nossa participação na REVOLUÇÃO de 31 de março. Indubitavelmente, muito se deve ao papel da imprensa na formação da consciência popular. E, levamos a V S, não só os agradecimentos pelo apoio moral e espiritual prestados, como também, os cumprimentos pelo VIVO democrático e cristão que caracteriza a brava atuação do tradicional jornal Diamantinense, do qual Diamantina se orgulha. Atenciosas Saudações. João José de Almeida, Tenente Coronel Comandante.<sup>150</sup>

Pouco depois, por motivo de nova classificação, João José de Almeida deixou o batalhão em Diamantina. Com isso, no dia 29 de maio de 1964, o Te. Cel. Sudário Cândido de Medeiros assumiu o comando do 3º BI.<sup>151</sup>

Em uma carta de despedida, publicada, mais uma vez, na imprensa local, João José de Almeida agradeceu, de forma especial, aos “briosos reformados”, comandados pelo major Agenor L. Meira, pelo apoio durante o “movimento revolucionário” que teriam deixado o “merecido repouso” para “assentarem as armas contra os inimigos da Pátria Brasileira”.<sup>152</sup>

### 3.4 O jornal *Voz de Diamantina* e a imprensa católica local

As grandes empresas jornalísticas como o jornal *Correio da Manhã*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, assim como destacou Audálio Dantas (2014, p. 67), participaram ativamente do movimento conspiracionista contra o governo de João Goulart, apoiando efetivamente a ruptura democrática.

Por outro lado, foi significativo também o papel da pequena imprensa nos desdobramentos da crise política da primeira metade da década de 1960, sobretudo nas cidades do interior. Nesse sentido, a mídia católica em Diamantina, composta por dois jornais em específico: *Voz de Diamantina* e *A Estrela Polar*, teve grande atuação nesse sentido. O primeiro era propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio e o segundo era órgão oficial da Arquidiocese de Diamantina.

<sup>149</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Aniversário do 3º B.I. Diamantina, 3 de maio de 1964, p. 3.

<sup>150</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Comando agradece “Voz”. Diamantina, 24 de maio de 1964, p. 4.

<sup>151</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Cel. Sudário assumiu comando. Diamantina, 7 de junho de 1964, p. 1.

<sup>152</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Aos reformados da Polícia Militar. Diamantina, 7 de junho de 1964, p. 2.

Apesar da diferença entre proprietários, os dois periódicos no período do pré-golpe e do golpe de 1964 estavam sob direção, redação e gerência de um antigo e importante membro da ala ultramontana da Arquidiocese de Diamantina, o cônego Walter de Almeida. Naquela época, Walter de Almeida era um dos principais membros do cabido metropolitano, representante da Congregação dos Missionários do Verbo Divino, dirigente do asilo Pão de Santo Antônio e major capelão do 3º BI. O cônego havia sido também cura da catedral de Diamantina durante os anos de 1942 a 1957. Por conta disso, ele tinha muita influência no meio religioso e militar assim como na política local. Sob sua gestão, a imprensa católica em Diamantina se manifestou de forma combativa.

Além do “inimigo interno”, o anticomunismo produzido pela imprensa católica em Diamantina no período do pré-golpe e golpe trazia um discurso sobre uma iminente “ameaça estrangeira” que estaria se infiltrando no Brasil e colocando em risco a nação. Esse perigo, inicialmente, seria protagonizado pela URSS. A partir dos anos 60, as “novas potências vermelhas”, China e Cuba, também ocupariam lugar nesse imaginário político. Grande parte dessa propaganda acusava os países da “cortina de ferro” de fomentarem a revolução no Brasil, divulgando no país literatura subversiva, e enviando agentes treinados para orquestrar a ação dos comunistas brasileiros. A ideia era que China e Cuba estariam a serviço de estratégias traçadas em Moscou, o que não era verídico (MOTTA, 2000, p. 81-82).

Desde a Revolução Cubana, em 1959, “a denúncia sobre a bolchevização do Brasil tornou-se a linha editorial d’*A Estrela Polar*” (MARTINS, 2018, p. 147), pois a “ameaça estrangeira” passou a ganhar cada vez mais espaço em seu noticiário. Na edição de 20 de dezembro deste ano, destacava-se que a América Latina era o alvo principal do comunismo ateu, que Pequim era a nova Meca e que no Brasil assim como em Diamantina, anunciava-se a presença “deles”. Na edição de primeiro de janeiro de 1960, afirmava-se que a presença “vermelha” em Diamantina estava executando o plano do comunismo ateu também no Tijuco (MARTINS, 2018, p. 147-148).

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, *A Estrela Polar* passou a enfatizar críticas e acusações contra João Goulart, considerando-o como um adversário que deveria ser combatido, não podendo, de forma alguma, assumir o Poder Executivo. Em nome da família e da nação, o periódico descrevia João Goulart sob o fardo de uma herança varguista, um agitador dos meios operários que teria se entregado “aos agentes do comunismo internacional, durante sua visita à China Comunista.” (SILVA, 2019, p. 27).

O projeto de reformas de base do governo de João Goulart apresentado ao Congresso, no que diz respeito, sobretudo, à reforma agrária, foi alvo frequente dos ataques deste periódico.

Argumentava-se que a reforma agrária proposta pelo governo seria a primeira etapa de uma revolução comunista, assim como teria ocorrido em Moscou, China e Cuba. Ao lado disso, construía-se um imaginário político que colocava, principalmente, as ligas camponesas como um grupo subversivo, a serviço da extrema-esquerda, que agitava o meio rural e colocava em iminente risco a posse dos latifundiários (SILVA, 2019, p. 35).

Dessa forma, a partir de um discurso conservador, dizendo-se democrático, *A Estrela Polar* buscava elencar críticas ao governo, promovendo a difusão de uma imagem de João Goulart atrelada à subversão, aliada do comunismo ateu e internacional, que agitava não apenas o meio urbano como também o meio rural (SILVA, 2019, p. 88).

Ao lado da *Estrela Polar* estava sua coirmã, o jornal *Voz de Diamantina*, partilhando dos mesmos princípios. Naquele tempo, a redação deste jornal acontecia na Rua do Contrato, nº 45, em um prédio ao lado do Palácio Arquiepiscopal, no mesmo espaço onde funcionava a redação d' *A Estrela Polar*, no centro da cidade. Contudo, sua oficina era no Bairro Rio Grande, nº 171. *A Voz de Diamantina* era constituída por 4 páginas, no ano de 1963 o leitor poderia adquirir o pacote de benfeitor Cr\$ 500, anual Cr\$ 400, semestral Cr\$ 250, como também número avulso Cr\$ 10 e atrasado Cr\$ 15. Os dois jornais da imprensa católica local eram publicados aos domingos, e circulavam, principalmente, entre a elite diamantinense do núcleo urbano da cidade.

Nesse período, a *Voz de Diamantina* era porta-voz de algumas instituições como do 3º BI (Notícias do 3º BI), das associações (Clube Campestre, Club Acaiaca, União Operária), dos correios e telégrafos, da prefeitura (Correio da Prefeitura), e, principalmente, do clero local (Movimento Religioso e outros). O jornal também tinha uma coluna de esportes e de poemas. Atendia à economia local, sendo veículo de comunicação de propaganda de vários comércios da cidade. Desses, podemos destacar a Casa São Paulo, a Casa Jove, o Médico Oculista, o Consultório do Doutor Fidêncio, a Gráfica São Luiz, a Loja do Lar Ltda, o Móveis Jotaerre Ltda, o Bazar Curinga etc.

A campanha difamatória e acusatória contra João Goulart e contra os comunistas promovida pelo clero em Diamantina, através da imprensa e de outros meios, impactou profundamente o resultado do plebiscito de 6 de janeiro de 1963 na cidade. Foram registrados na 85ª Zona Eleitoral de Minas Gerais os votos dos diamantinenses que foram escolher “sim” ou “não” no pleito. Compareceram às 47 urnas disponíveis para depositar seu voto impresso 6.859 eleitores. Desses, 5.326 votaram pelo “não”, voto a favor do parlamentarismo, e 1.062 pelo “sim”, voto a favor do presidencialismo. Foram registrados 101 votos em branco e 370 em

nulos.<sup>153</sup> Como podemos ver, o número de votantes no “não”, voto contrário ao presidencialismo que beneficiaria João Goulart,<sup>154</sup> foi 5 vezes maior do que os votantes no “sim”.

Contudo, o resultado do plebiscito em âmbito nacional consagrou o sistema presidencialista no Brasil com uma ampla vantagem de votos. Insatisfeito, o jornal *Voz de Diamantina*, através do artigo *Qual será a desculpa?*, da coluna *Assim Pensamos*, manifestou-se fazendo acusações ao novo presidente assim como a Leonel Brizola.

Aí está o resultado do Plebiscito. Disseram que o resultado dele havia de dar ao Brasil dias melhores. Seria o filtro encantado, que havia de transformar todo o panorama nacional. Só assim poderia nossa Pátria andar. Culparam o Parlamentarismo da apatia deste governo, que até agora nada fez, a não ser crises e mais crises pre-fabricadas. O problema não é de Parlamentarismo ou de Presidencialismo. Precisamos é de Democracia [...]. Não há Democracia sem sobriedade, como não há Democracia sem justiça, como não há Democracia sem lealdade. Não pode a Democracia ser instrumento para satisfazer a vaidade, a ambição de alguns. O problema é de ordem democrática. É justamente isto que está faltando ao Brasil. A maioria dos nossos homens, que se dizem democratas, se cala diante da ousadia dos extremistas e ouve indiferente as catilnarias de um Brizola pregando abertamente a Revolução e o fechamento do Congresso. Assiste tranquila, a sonegação de gêneros de primeira necessidade. Prega reformas e mais reformas, quando há tanto tempo se encontra no governo e nunca pretendeu reformar nada. Arrasta o país para a aventura perigosa da política de “independência”. Preocupa-se de seus subsídios e esquece dos sofrimentos do povo. O que está faltando ao Brasil não é um regime bom, mas homens bons para um bom governo.<sup>155</sup>

Na coluna *Assim Pensamos*, deste periódico, sempre na primeira página, os ataques contra o novo governo federal eram constantes. No artigo intitulado *Até quando?*, de 10 de fevereiro de 1963, por exemplo, passava-se a imagem de um cenário nacional cada vez mais crítico promovido pela anarquia interna, que teria tomado o campo político e administrativo desde a posse de João Goulart como presidente da República.

Os dias vão passando. E cada vez mais se acentua a queda do prestígio externo do Brasil, enquanto que a anarquia interna, no campo político e administrativo toma vulto. Sucedem-se gabinetes e regimes e a coisa continua cada dia pior. Enquanto milhões de brasileiros esperam, já desesperados, as soluções básicas para os problemas do país, os homens do governo tudo fazem para manter a miséria e a fome, a doença e o analfabetismo [...]. Onde estarão os homens do Brasil? Até quando teremos a desventura de ver a nossa pátria vítima do trabalho insólito da desagregação moral e política administrativa e de caráter?<sup>156</sup>

<sup>153</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantinense disse “Não” - dia 6. Diamantina, 13 de janeiro de 1963, p. 1.

<sup>154</sup> Sobre o tema, conferir: MELO, Demiam Bezerra de. **Plebiscito de 1963**: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

<sup>155</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Assim pensamos. Qual será a desculpa? Diamantina, 13 de janeiro de 1963, p. 1.

<sup>156</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Assim pensamos. Até quando?... Diamantina, 10 de fevereiro de 1963, p. 1.

Além dos ataques contra o governo federal e outros, frequentemente, os comunistas eram afrontados por essa mídia. No artigo escrito por *Ignotus*, em meados de 1963, intitulado *Um sete de setembro*, a batalha era travada. O colunista narrou com um certo tom de ironia/ameaça um caso que teria ocorrido nos últimos anos do Brasil Império, em 7 de setembro de 1887, em Diamantina. Segundo a história, por ocasião da festa de comemoração do dia da independência, em frente ao prédio da prefeitura local, as forças policiais prenderam o estudante João Marcelo de Andrade que teria pronunciado em bom tom no meio da manifestação: “viva a república!”. No mesmo instante, o Alferes Barbosa, comandante do destacamento, deu-lhe voz de prisão. Porém, seus familiares, não aceitaram tal imposição, segundo *Ignotus*:

[...] a Prudençada (composta do velho Prudencio, avô do rapaz e seus filhos, gente brava e de cabelos nas ventas), arreatou-o das mãos do alferes e de seus soldados transformando o festejo em um sério conflito.<sup>157</sup>

A confusão ganhou tamanha proporção que o Alferes e demais soldados tiveram que correr para dentro do prédio da cadeia, um antigo casarão em frente à Igreja São Francisco, próximo de onde estavam. Alguns populares tentaram invadir o local, nesse momento, um sentinela reagiu e “disparou sua carabina, indo a bala furar a copa do chapéu de coco do Cap. Antônio Marcelo”. O juiz de direito, depois de insistir, conseguiu fazer o povo se retirar da frente do prédio.

Com esse relato, o colunista estabeleceu uma relação entre o passado e o presente. No primeiro parágrafo de sua narrativa ele afirmou que:

Hoje combate-se o comunismo como outrora se combatia a república. Os padres, principalmente, a combatiam do pulpito, (como fazem agora com a ideologia russa) pintando-a com cores negras. A república do povo pelo povo, como era pregada, podia levar a governar este imenso país, um indivíduo de qualquer categoria! Mas assim não tem acontecido, muito embora os letrados que tem subido ao poder, não possam ser comparados ao magnanimo D. Pedro II, prototipo de um governo são, o que não se observa!<sup>158</sup>

Destaca-se no artigo que “D. Pedro II, era democrata e bondoso”, e, por isso, deixava os republicanos pregarem a “nova ideologia”, mas que no interior do país a polícia “prendia gente a torto e a direita”.

<sup>157</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Um sete de setembro. Diamantina, 4 de agosto de 1963, p. 2.

<sup>158</sup> *ibidem*.

[...] como de domínio público, deixava Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e outros mais à vontade pregando a nova ideologia, sem respeito às suas venerandas brancas barbas! Mas no interior a polícia, à sua revelia, prendia gente a torto e a direita. Aqui, por ocasião de uma festa em comemoração ao dia da nossa independência, [...].<sup>159</sup>

Para o colunista, o comunismo deveria ser combatido assim como se fez quando se combateu os republicanos, à revelia do governo central, prendendo quem manifestasse tais ideais. A lógica de sua exposição era olhar para o passado e lembrar como foram úteis os padres e a força policial para conter a “nova ideologia”, a primeira para doutrinar e a segunda para reprimir. Fica claro neste artigo escrito por *Ignotus* a essência da ala ultramontana do clero local, antimoderno e contrarrevolucionário.

Na primeira edição da *Voz de Diamantina* após o golpe de 1964, publicada em 12 de abril de 1964, destacam-se três tópicos (*Assim pensamos, A Revolução e O que vai pelo Brasil*) que demonstram o posicionamento golpista deste jornal em relação a ruptura democrática. Na coluna *Assim Pensamos* (1º de abril que não foi mentira), noticiava-se “a emoção da vitória tão rápida e miraculosa” contra o governo federal, que estaria levando o Brasil a desgraça e a servidão. Contudo, afirmava-se que o momento era sumamente perigoso e que a luta apenas começou, pois “as Forças Armadas não fizeram uma Revolução para serem desmoralizadas”.

A luta foi apenas começada. Ela deve continuar. As Fôrças Armadas não fizeram uma Revolução para serem desmoralizadas. A mudança dos homens, só, não resolve. Ganhamos a primeira batalha, precisamos agora ganhar a batalha da paz, mas paz com honra.<sup>160</sup>

A narrativa defendia ainda que em nome da recuperação e da reconstrução do país em bases democráticas, seria preciso tomar medidas enérgicas para eliminar a oposição política.

São necessárias agora, medidas enérgicas para extirparem os focos da corrupção e da agitação, que levariam o Brasil à desgraça e servidão. Pois se de um lado é perigoso o comunismo, de outro, não menos perigosos são os politikeiros profissionais, oportunistas interesseiros, que dissipadas as fumaças de pólvora, já se apressam em tomar qualquer caminho, desde que possam auferir lucros. Se estivemos tão perto do domínio comunista, isto devemos a eles, que na sua inconsciência e ambição fizeram o jogo dos comunistas.<sup>161</sup>

A mateira “*A Revolução*”, escrita por *Ignotus*, fazia uma devoção ao governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, relatando que o Palácio da Alvorada estaria à sua

<sup>159</sup> *ibidem*.

<sup>160</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Assim pensamos. 1º. de abril que não foi mentira. Diamantina, 12 de abril de 1964, p. 1.

<sup>161</sup> *ibidem*.

espera, acreditando que ele seria o novo presidente do Brasil. Segundo a informação, Minas Gerais estava cumprindo a sua vocação histórica, que era a de dar a sua presença nos movimentos decisivos pelo qual passou o país. Além disso, transmitia-se a ideia que a “revolução” mostrou a Jango e a Brizola “o olho da rua”, livrando o Brasil do comunismo.<sup>162</sup>

Já a coluna, *O que vai pelo Brasil*, que passou a circular após o golpe, sem autoria, através de informações falsas, buscava legitimar o golpe de Estado. De início, foi passado ao leitor que agitadores receberam ordens para impedir a realização da “marcha da vitória” realizada no dia 2 de abril em Rio de Janeiro. Mencionava-se também que comunistas do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) tentaram incendiar a Faculdade Nacional de Direito (FND). E que o dinheiro do Brasil estava sendo canalizado na União Nacional dos Estudantes (UNE), no CGT, no Pacto de Unidade e Ação e companhia. Informava-se ainda que foi encontrado material subversivo nos escritórios da Superintendência da Política Agrária e que “a China comunista, aliada dos maus brasileiros, traidores da pátria, se preparava para instalar no país o regime totalitário vermelho.”<sup>163</sup>

Além disso, a notícia afirmava que nove “agitadores chineses”, em missão comercial, foram presos, sendo encontrado com eles milhões em dinheiro em várias moedas. E que esses indivíduos tinham “uma ação subversiva prevista em todos os seus pormenores, inclusive no modo de matar. O general Krueel e Lacerda seriam enforcados em praça pública, outros seriam guilhotinados e o resto levados ao paredão.”<sup>164</sup> Por isso, entre outras justificativas, afirmava-se que era preciso, mais do que nunca, permanecer em alerta.

Os nove chineses (jornalistas e altos funcionários integrantes da Missão Comercial Chinesa) referidos na coluna *O que vai pelo Brasil* participavam de uma missão comercial no Brasil, estabelecida por Jânio Quadros desde 1961. Eles foram abordados pelos policiais em 3 de abril de 1964 no apartamento onde se encontravam, Rio de Janeiro, e em seguida foram encaminhados ao centro de repressão onde foram fichados, interrogados e torturados. Acusados de serem “agentes e espiões do comunismo internacional”, foram condenados a dez anos de prisão em setembro de 1964 e, no ano seguinte, expulsos do Brasil (BRASIL, 2014, p. 98). De acordo com o portal *Documentos Revelados*:

A defesa produzida pelo Dr. Sobral Pinto, junto ao Superior Tribunal Militar (STM), provou que a prisão e julgamento dos chineses foram o pretexto usado pelos militares para demonstrar que o presidente João Goulart era comunista e, por isso, havia sido deposto. Até hoje os chineses continuam condenados a 10 anos de prisão e, no plano

<sup>162</sup> VOZ DE DIAMANTINA. A Revolução. Diamantina, 12 de abril de 1964, p. 2.

<sup>163</sup> VOZ DE DIAMANTINA. O que vai pelo Brasil. Diamantina, 12 de abril de 1964, p. 1.

<sup>164</sup> ibidem.

legal, expulsos do Brasil. Nunca o dinheiro apreendido foi devolvido ao governo da China.<sup>165</sup>

No que diz respeito à notícia envolvendo a Faculdade Nacional de Direito, não é verídico que os “estudantes comunistas” do CACO tentaram incendiá-la. Na verdade, na noite do dia 31 de março, quando foi desencadeado o golpe, os estudantes que pertenciam ao CACO permaneceram no prédio da FND para se protegerem, ficando em guarda contra um possível ataque do Comando de Caça aos Comunistas. Contudo, no dia seguinte, o prédio foi cercado pelo Exército e os estudantes foram forçados a sair do local. A FND foi invadida pelos golpistas e seu diretório acadêmico foi fechado, mantendo-se assim por cerca de um ano. No mesmo dia, a sede da UNE foi incendiada pelos golpistas (BRASIL, 2014, p. 268-269).

No dia 3 de maio, foi publicada a segunda edição do jornal *Voz de Diamantina* desde a ruptura democrática. Esta edição, além de exaltar a participação do 3º BI no “movimento revolucionário”, expunha que a doutrina social da “revolução” coincidia com a doutrina social da igreja. Na coluna *Assim Pensamos (O fim da demagogia)*, argumentava-se que a ordem constitucional havia sido “rompida pela subversão, anarquia, malversação e crime erigido em governo”, porém, “a era dos demagogos já passou”.<sup>166</sup> Já a coluna *O que vai pelo Brasil*, passava a ideia de que países da “cortina de ferro” procuravam agitar o Brasil. Além disso, destacava-se que milhares de armas foram apreendidas nos últimos tempos pela PM.<sup>167</sup>

Na edição da *Voz de Diamantina* do dia 24 de maio, terceira após o golpe, foi replicado que Minas Gerais foi “uma flor nascente da revolução”, salvando o país do iminente perigo da ameaça comunista internacional.<sup>168</sup> Em outra notícia da mesma publicação, intitulada “Espionagem soviética no Brasil”, afirmava-se que “a revolução brasileira conseguiu desmascarar a tempo os agentes da agressão comunista comandada ao estrangeiro.”<sup>169</sup>

Dessa forma, através de uma propaganda anticomunista, enfatizando sobre a “ameaça estrangeira”, mas também sobre o “inimigo interno”, a imprensa católica em Diamantina tentou formar um consenso social em torno do golpe de 1964. Para isso, transmitia-se a ideia de que a “intervenção militar” compartilhava dos mesmos princípios que a igreja e que Minas Gerais, o governador Magalhães Pinto, assim como os militares do 3º BI teriam realizado um grande

<sup>165</sup> Logo após o golpe militar, ditadura confundiu comerciantes chineses com espões comunistas de alta periculosidade. Enviado em 18 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/logo-apos-o-golpe-militar-ditadura-confundi-comerciantes-chineses-com-espoes-comunistas-de-alta-periculosidade/>. Acesso em: 9 fev. 2022.

<sup>166</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Assim pensamos. O fim da demagogia. Diamantina, 3 de maio de 1964, p. 1.

<sup>167</sup> VOZ DE DIAMANTINA. O que vai pelo Brasil. Diamantina, 3 de maio de 1964, p. 1.

<sup>168</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Minas - Flor nascente da revolução. Diamantina, 24 de maio de 1964, p. 3.

<sup>169</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Espionagem Soviética no Brasil. Diamantina, 24 de maio de 1964, p. 4.

serviço à nação. Ao lado disso, essa mídia incitou a repressão política criando a imagem de um cenário sumamente perigoso, o qual “os subversivos”, “os politiqueros profissionais”, poderiam a qualquer momento desmoralizar o movimento golpista.

### 3.5 O prefeito

A publicação do código eleitoral, através do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, recriou a justiça eleitoral no Brasil extinta durante o Estado Novo, regulando, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições. O modelo eleitoral estabelecido por este decreto-lei perdurou por todo o período de 1945 a 1964.<sup>170</sup> Durante sua vigência, o PSD e a UDN protagonizaram a disputa das eleições para o poder executivo e para o poder legislativo da Câmara Municipal de Diamantina. Apesar das tensões políticas entre os partidos, a política na cidade era dominada pelos pessedistas. Essa hegemonia era garantida pela influência do chefe político local, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que desde a década de 1930 apoiava seus correligionários em sua terra natal (MARTINS, 2018; SANTIAGO, 2016).

Em abril de 1958, os juscelinistas instalaram no centro de Diamantina um monumento comemorativo, uma estátua representando JK em “tamanho real”, feita em bronze. A escultura foi constituída num estilo clássico realizada pelo escultor e desenhista mineiro José Alves Pedrosa. Diante de um quadro político local disputado, a homenagem feita pelos correligionários do presidente buscava fomentar a manutenção da ordem política vigente na cidade.<sup>171</sup>

Em 31 de janeiro de 1963, ocorreu a cerimônia de posse dos eleitos para o executivo e legislativo da Câmara Municipal de Diamantina. Para prefeito, tomou posse Geraldo Edson do Nascimento (PSD), irmão do vice-prefeito da última gestão, Daniel Nascimento. Para vice-prefeito foi eleito João Antunes de Oliveira (PSD). Pela manhã, na Catedral Metropolitana, foi celebrada missa em ação de graças pelo arcebispo, que na oportunidade dirigiu palavras de felicitações e estímulo aos novos governantes. No gabinete do prefeito ocorreu a solenidade de transição do cargo.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> Sobre o tema, consultar: ANGELI, Douglas Souza; COSTA, Rafael Navarro. A Lei Agamenon e as eleições de 1945: um retrato político-partidário e eleitoral com o fim do Estado Novo. **Antíteses**, Londrina, v.15, n. 29, p. 336-365, jan-jul. 2022.

<sup>171</sup> Sobre o tema, consultar: CIMA, Raphael Martins. A estátua de JK: um monumento comemorativo no centro de Diamantina. **Temporalidades** – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 36, v. 13, n. 2 (Jul./Dez. 2021), p. 455-482, 2022.

<sup>172</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina tem novo governo. Diamantina, 3 de fevereiro de 1963, p. 1.

Dessa forma, o PSD continuava comandando a política diamantinense. Nessa eleição, Geraldo Edson do Nascimento recebeu 4.125 votos e seu adversário Sebastião Mourão dos Santos (UDN), 2.038. Vitor Ramos Couto (PTB) recebeu 930 votos. Na eleição para vice-prefeito, João Antunes de Oliveira ganhou com ampla margem de votos ao seu favor, ao todo foram 5.356, enquanto Joaquim Moreira (UDN) recebeu 1.412 votos. Foram eleitos 11 vereadores da legenda do PSD e 4 da UDN.<sup>173</sup>

No final no mês de novembro de 1963, ocorreu o assassinato do presidente dos EUA, Jonh F. Kennedy, agravando ainda mais a crise política em torno da Guerra Fria. Nos dias seguintes às notícias sobre o ocorrido começaram a circular em Diamantina. O próprio prefeito municipal mandou decretar luto oficial de três dias, pedindo ainda que celebrasse a missa de Réquiem na Catedral Metropolitana. Do telegrama enviado à Embaixada Americana na Guanabara, destaca-se o seguinte conteúdo:

Exmo Sr. Dr. Lincoln Gordon, Embaixador dos Estados Unidos no Brasil. (Embaixada Americana Guanabara). Nosso município profundamente consternado com a trágica morte do ilustríssimo líder democrático e saudoso Presidente Kennedy, apresenta através de vossa Excia, sentidas condolências aos nossos irmãos dos Estados Unidos nesta hora de dor e de saudade. Comunica que havendo sido decretado luto oficial por três dias será rezada missa de sétimo dia, às 7 horas, na Catedral Metropolitana, em sufrágio da alma do grande Presidente tragicamente desaparecido. Atenciosas saudações. Geraldo Edson do Nascimento. Prefeito Municipal.<sup>174</sup>

Meses antes das eleições gerais de 7 de outubro de 1962, o embaixador norte-americano, Lincoln Gordon (1961-1966), foi rapidamente a Diamantina. De volta ao Rio de Janeiro, ele escreveu uma mensagem para João Brandão Costa, Delegado do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da cidade.

Prezado Dr. Brandão Costa: Ainda sob a agradável impressão de tudo o que pude ver e admirar em Diamantina, Cidade que honra o Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, valho-me da presente para expressar-lhe os mais sinceros agradecimentos por todas as gentilezas recebidas durante a breve visita que fiz a essa Cidade-Monumento. Com votos de felicidade pessoal, subscrevo-me, mui cordialmente. Lincoln Gordon, Embaixador dos Estados Unidos da América.<sup>175</sup>

De acordo com Carlos Fico (2014, p. 31-32), nas eleições gerais de finais de 1962, Lincoln Gordon repassou uma verba de US\$ 5 milhões para candidatos de oposição a João Goulart, além disso, o governo norte-americano começou a fornecer recursos diretamente aos

<sup>173</sup> VOZ DE DIAMANTINA. P.S.D ainda no comando da política municipal. Diamantina, 21 de outubro de 1962, p. 1.

<sup>174</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Prefeito e a morte de Kennedy. Diamantina, 8 de dezembro de 1963, p. 1.

<sup>175</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Embaixada americana. Diamantina, 24 de junho de 1962, p. 4.

governadores que faziam parte das “ilhas de sanidade administrativa”. Foram beneficiados, sobretudo, os governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Adhemar de Barros (São Paulo). O embaixador norte-americano compartilhava da mesma ideia dos conspiradores brasileiros sobre uma possível instauração de uma república sindicalista no país que rapidamente seria absorvida pelos comunistas. Nesse sentido, Lincoln Gordon foi fundamental para que o governo estadunidense construísse um plano que visasse, inicialmente, a desestabilização do governo de Goulart e acabou resultando no apoio ao golpe de 1964, na chamada “Operação Brother Sam” (FICO, 2014, p. 74-76).

Pouco depois do assassinato do presidente dos EUA, por conta de uma licença médica, o prefeito Geraldo Edson do Nascimento se afastou momentaneamente do cargo. No dia 13 de janeiro de 1964, João Antunes de Oliveira, vice-prefeito, assumiu a prefeitura e logo encaminhou um ofício à redação do jornal *Voz de Diamantina*:

Diamantina, 16 de Janeiro de 1964. Exmo. Sr. Diretor Redator da Voz de Diamantina. Nesta data. Senhor Diretor. Cumpre-me o dever de levar ao conhecimento e V. Excia que, em virtude do pedido de licença do Prefeito Municipal de Diamantina, Sr. Geraldo Edson do Nascimento, assumi, em data de 13 do corrente, o cargo de Prefeito Municipal deste município. Coloco-me ao inteiro dispor de V. Excia e espero, com as graças de Deus, poder corresponder aos anseios do Povo Diamantinense. Cordialmente subscreve. João Antunes de Oliveira. Prefeito.<sup>176</sup>

No curto tempo no cargo, o prefeito interino participou de algumas reuniões conspiratórias para derrubar o presidente João Goulart, embora, mais tarde, declarasse no livro *João Antunes: vozes e visões* (2009) que foi contra o golpe de 1964. Em uma das ocasiões, ele foi se encontrar com articuladores do golpe que se reuniram em Gouveia, a cerca de 40 km de Diamantina, na casa do industrial Alexandre Mascarenhas. Estavam presentes, entre outros, o prefeito de Curvelo, Evaristo Soares de Paula, e o general do Exército José Lopes Bragança.

Então, houve umas reuniões de “revolucionários” em Gouveia, e eu ia a algumas como prefeito, na casa do Dr. Alexandre Mascarenhas, dono da fábrica de São Roberto. Estavam lá o Evaristo de Paula, o general Bragança, entre outros, todos eles já se preparando para o golpe. Lembro que o Evaristo falou muito, dizendo até quem ia lutar, pegar em armas, essas coisas, mas eu não apoiei a revolução. (ANTUNES; ANTUNES, 2009, p. 54).

É provável que os encontros que aconteciam na casa do industrial Alexandre Mascarenhas, em Gouveia, eram um desdobramento das reuniões dos “Novos Inconfidentes” e

---

<sup>176</sup> VOZ DE DIAMANTINA. O Vice-Prefeito recebeu a PM. Diamantina, 19 de janeiro de 1964, p. 4.

quem participava com mais interesse delas era o prefeito Geraldo Edson do Nascimento, na sua ausência, por conta de uma licença médica, esteve presente o vice-prefeito.

Os Novos Inconfidentes era um grupo conservador-oposicionista em Minas Gerais que conspirou e apoiou a derrubada do presidente João Goulart. Ele era formado por diferentes atores sociais, como empresários, militares, profissionais liberais, estudantes universitários, latifundistas e pela ala ultramontana da Igreja Católica. A partir de 1963, os Novos Inconfidentes passaram a se reunir com frequência em Belo Horizonte, sobretudo em residências particulares, encontravam-se também no Edifício Acaiaca, na Avenida Afonso Pena, no 11º andar, onde funcionava o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (STARLING, 1986, p. 87). O nome do industrial Alexandre Diniz Mascarenhas aparece na primeira assinatura da lista de presença da famosa “Reunião do Acaiaca” (STARLING, 1986, p. 353). Entre outros membros deste grupo, assim como destacou Heloísa Starling (1986, p. 89), podemos citar o prefeito de Curvelo, Evaristo de Paula, grande fazendeiro e chefe político da região, assim como o arcebispo de Diamantina, Geraldo de Proença Sigaud.

Cerca de um mês e meio após o golpe civil-militar de 1964 foi realizada em Curvelo uma Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Naquele domingo, de Diamantina seguiu para o evento uma caravana com aproximadamente 40 pessoas, entre elas o comandante do 3º BI, organizada pelo prefeito Geraldo Edson do Nascimento e pelo arcebispo Dom Sigaud. Várias outras delegações de cidades vizinhas estiveram presentes. Logo após a missa celebrada pelo arcebispo de Diamantina, em praça pública, iniciou-se a “Marcha da Família”. Estavam presentes o “vice-presidente da república” José Maria Alkmin, o general Carlos Luís Guedes, o almirante Sílvio Heck, o general Nelson Felício dos Santos, o comandante-geral da PM, Cel. José Geraldo de Oliveira, além de deputados estaduais e federais de Minas Gerais. No trajeto até a Praça da Matriz, os que acompanhavam o cortejo cantavam hinos religiosos e cívicos, levando faixas e cartazes com diversos dizeres alusivos aos últimos acontecimentos. No palanque montado para o comício, pronunciaram José Maria Alkmin, Evaristo de Paula, Proença Sigaud, Sílvio Heck, assim como os deputados Pedro Vidigal e Dalton Canabrava.<sup>177</sup>

A realização das Marchas da Família, que reuniu clérigos, políticos conservadores, elite empresarial e movimentos de mulheres de classe média foi um dos aspectos que marcaram o caráter civil do golpe de 1964 (GOMES, 2014, p. 41-42). Elas foram realizadas nas capitais e nos interiores do país, de março a junho de 1964, e buscaram, inicialmente, fazer frente ao comício realizado no dia 13 de março, no Rio de Janeiro, que pedia as reformas de base e contou

---

<sup>177</sup> VOZ DE DIAMANTINA. Imensa multidão participou da Marcha da Família em Curvelo. Diamantina, 24 de maio de 1964, p. 4.

com a presença do então presidente da República, João Goulart. A primeira Marcha da Família organizada por setores das direitas aconteceu em 19 de março, em São Paulo, com um caráter reativo e ofensivo. Nesse sentido, destaca-se que as Marchas da Família que se formaram antes do golpe reivindicavam a intervenção militar para “salvar o país do comunismo”. As que se organizaram após o golpe celebravam a “intervenção vitoriosa” e “a salvação do país” (CORDEIRO, 2021, p. 3),

Aline Presot (2004, p. 143-150), computou que entre 19 de março e primeiro de junho de 1964 foram realizadas 69 Marchas da Família com Deus pela Liberdade nas capitais e nas cidades do interior do Brasil. Nesse conjunto, podemos somar mais duas que ocorreram dentro da circunscrição eclesiástica administrada por Dom Sigaud, a primeira em 19 de março em Felixlândia<sup>178</sup> e a segunda em Curvelo, no dia 17 de maio, sendo esta última a mais notável.

---

<sup>178</sup> (MARTINS, 2018, p. 147).

## **4 A repressão desencadeada pelo golpe de 1964 em Diamantina**

Este último capítulo pretende analisar os impactos da repressão desencadeada pelo golpe de 1964 em Diamantina. O recorte temporal escolhido abrange os meses seguintes ao golpe (abril, maio e junho) em que ocorreram as “punições revolucionárias”, em decorrência da abertura dos IPMs.

Logo após o golpe de 1964, entre abril e junho, ocorreu a chamada “Operação Limpeza”, quando pelo menos cinco mil pessoas foram detidas pela repressão policial em todo o país, sendo que cerca de 900 destas residiam somente no estado de Minas Gerais, tanto na capital quanto nas cidades interioranas. Na maioria dos casos, as vítimas foram repentinamente abordadas pelas forças repressoras e, em seguida, encaminhadas aos locais de repressão.

Na primeira seção, veremos que por conta do AI-1, promulgado em 9 de abril de 1964, pelo Comando Supremo da Revolução, aconteceu de forma institucionalizada a primeira grande repressão da ditadura militar no Brasil contra a oposição política. Ela se deu através da suspensão de direitos políticos, da cassação de mandatos legislativos, da transferência de oficiais das Forças Armadas para a reserva e da abertura dos IPMs.

No segundo tópico, serão tratados, de forma mais específica, os relatórios do IPM nº 111, em que os presos políticos de Diamantina foram indiciados. Foram escritos três relatórios. Destaca-se, inicialmente, que os dois primeiros relatórios deste inquérito, escrito pelo delegado de polícia, Glauco Brandão (relatório final), e pelo comandante do 3º BI, João José de Almeida (relatório sigiloso), foram edificadas sob um senso anticomunista que estigmatizava e desmoralizava os suspeitos de crime político. O terceiro relatório, chamado de complementar, escrito pelo capitão do 3º BI, Vicente de Paula Gomes, no mês de outubro de 1964, tratou especificamente sobre alguns militares da Unidade envolvidos neste inquérito.

Por último, ressalta-se um debate acerca das vítimas da repressão desencadeada pelo golpe de 1964 em Diamantina, perseguidas e detidas pelos militares do 3º BI, sob o comando de João José de Almeida. Em sua maioria, os presos políticos diamantinenses eram militantes e simpatizantes do comunismo que atuavam há anos na política local. Essas pessoas foram perseguidas, presas e levadas aos locais de repressão, logo indiciadas no IPM nº 111.

### **4.1 Institucionalização da repressão**

No dia 31 de março de 1964, uma das “ilhas de conspiração” em Minas Gerais deflagrou o golpe de Estado. Notório conspirador, o general Olympio Mourão da 4º RM e sua tropa partiu

de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro com a finalidade de derrubar João Goulart da presidência da República (FICO, 2014, p. 73).

A movimentação militar golpista, mesmo precipitada, tinha apoio dos Estados Unidos da América, que desde o plebiscito realizado em 1963, passou a interferir com mais propriedade na política brasileira. Nesse contexto, o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, foi fundamental para que o governo norte-americano construísse um plano que visasse, inicialmente, a desestabilização do governo de João Goulart e terminou apoiando a ruptura democrática (FICO, 2014, p. 74-76).

O golpe militar também teve um amplo amparo do “empresariado nacional e multinacional, oligarquias rurais, setores das classes médias, grande imprensa, instituições religiosas e profissionais liberais, e até de alguns trabalhadores.” (RIDENTI, 2014, p. 31).<sup>179</sup>

Dentro do Congresso Nacional, a ruptura democrática teve um ostensivo suporte da UDN assim como do Partido Social Progressista (PSP), além de algumas lideranças expressivas do PSD (RIDENTI, 2014, p. 31). Na madrugada do dia 2 de abril de 1964, por volta das 3h00, ocorreu o golpe dentro do Congresso Nacional promovido pela oposição ao governo. Na sessão presidida por Auro de Moura Andrade (UDN) foi declarada vaga a presidência da República, sob argumento que João Goulart havia deixado o governo. Em nome do Poder Executivo, o chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, enviou um ofício à assembleia protestando contra o que se tramava. A mensagem foi lida pelo senador do PTB, Adalberto Sena. Nela, afirmava-se que Goulart não havia abandonado suas funções presidenciais, mas que devido às circunstâncias políticas, ele decidiu viajar para o estado do Rio Grande do Sul, ficando “à frente das forças legalistas, e no pleno exercício de seus poderes constitucionais e do seu ministério”. Apesar disso, sob gritos de golpista, mas também de aplausos, foi declarado como novo presidente da República o próximo na linha sucessória: o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Ainda naquela noite, já no Palácio do Planalto, o representante do STF, Álvaro Ribeiro da Costa, encontrou-se com Auro de Moura Andrade e juntos finalizaram a conturbada cerimônia de posse de Ranieri. Pouco depois, o embaixador norte-americano no Brasil defendeu junto ao Chefe de Estado dos EUA a legalidade deste processo (FICO, 2014, 81-89).

---

<sup>179</sup> De acordo com a proposta do livro *Por uma Revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil* (2021), o caráter civil do golpe e da própria ditadura vai além dessa noção de apoio/adesão, inserindo-se dentro de uma lógica mais complexa entre a sociedade e o regime autoritário, atravessada por uma zona cinzenta. O objetivo dessa historiografia revisionista da ditadura brasileira é compreender o cotidiano de instituições, de homens e de mulheres comuns sob a ditadura, como eles foram afetados pela repressão, como conviveram com a lógica da vigilância ou adaptaram-se e se acomodaram a tal realidade (ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021, p. 22-23).

Contudo, o mandato de Ranieri Mazzilli foi curto, cerca de duas semanas, e quem de fato governou o Brasil nesse período foram os três ministros das Forças Armadas (Arthur da Costa e Silva, do Exército, Augusto Rademaker Grünewald, da Marinha, e Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica), através do Comando Supremo da Revolução. O triunvirato foi criado por Artur da Costa e Silva ainda no dia 2 de abril de 1964, a partir daí, a ditadura militar ganhou seus primeiros contornos (FICO, 2014, p. 94-95).

Da Guanabara, utilizando-se de um veículo de comunicação do governo federal, o Diário Oficial da União, no dia 9 de abril, redigido pelo jurista Francisco Campos, o Comando Supremo da Revolução publicou o AI-1.<sup>180</sup>

Esse decreto propiciou o aparelhamento do Estado brasileiro pelo Comando, que, entre outras providências como nomear o novo “presidente” e lhe dar poderes extraordinários, institucionalizou medidas arbitrárias que seriam executadas imediatamente para garantir o triunfo do golpe de Estado e conter o avanço da oposição política. De acordo com a COVEMG, “o AI-1 teve como uma de suas principais funções o expurgo de pessoas que, nas diversas formas, pudessem apresentar algum tipo de resistência à ditadura militar.” (MINAS GERAIS, 2017, p. 327).

No documento, o triunvirato se apresentou pela primeira vez. Nele, delineava-se que caberia somente ao Comando Supremo da Revolução o direito de representar o povo naquele momento. Tentava-se justificar a ruptura constitucional dizendo que o golpe de Estado havia sido autêntico, através de um movimento civil e militar. Que da união entre as Forças Armadas e a opinião pública, distinguiu-se de outros movimentos, pois não se resumia ao “interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”.<sup>181</sup>

O AI-1 acusava o governo deposto de “bolchevizar o país”, cabendo aos militares “ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder”.<sup>182</sup>

No que diz respeito à temática da repressão, podemos citar o Art. 6, 7, 8 e 10 do AI-1. No Art. 6 consta que o presidente eleito no dia 15 de abril de 1964 poderá decretar Estado de sítio, assim como prorrogá-lo. O próximo dispositivo estabeleceu a suspensão, por seis meses, das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. No Art. 8 consta que poderão ser abertos:

---

<sup>180</sup> Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

<sup>181</sup> Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

<sup>182</sup> *ibidem*.

os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.<sup>183</sup>

Já o Art. 10 estabeleceu que poderão ser suspensos “os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos”.<sup>184</sup>

Do dia seguinte à promulgação do AI-1 até o dia 14 de abril foram publicados pelo Comando Supremo da Revolução os Atos punitivos. A partir de então as “punições revolucionárias” começaram a ser executadas. O primeiro deles, publicado no dia 10 de abril, suspendeu direitos políticos de 100 cidadãos por dez anos. Com apenas uma frase e uma lista enumerada de nomes, de 1 a 100, o documento trazia o seguinte teor:

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos: 1. Luiz Carlos Prestes. 2. João Belchior Marques Goulart. 3. Jânio Quadros. 4. Miguel Arrais de Alencar. 5. Darcy Ribeiro. 6. Rau Riffi. 7. Waldir Pires. 8. Gen. R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite. 9. Gen. R/1 Sampson da Nobrega. 10. Leonel de Moura Brizola [...].<sup>185</sup>

Mais uma vez fundamentado no Art. 10 do AI-1, no mesmo dia foi publicado o Ato punitivo nº 2 para cassar mandatos legislativos. Uma lista com nomes de 40 parlamentares foi divulgada no Diário Oficial da União, 19 eram do PTB, 2 da UDN, 4 do PSP, 3 do PSD, 3 do Partido Social Trabalhista, 3 do Partido Democrata Cristão, 3 do Partido Socialista Brasileiro, 2 suplentes e 1 sem partido.<sup>186</sup>

No dia 11 de abril foi publicado o Ato nº 3 que transferiu para a reserva 122 oficiais das Forças Armadas. Dessa lista, 77 nomes eram do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica.<sup>187</sup> No dia 13 de abril foi publicado o Ato nº 4, que mais uma vez suspendeu os direitos políticos de 62 pessoas por dez anos.<sup>188</sup> Ainda nesta data foi publicado o Ato nº 5,<sup>189</sup> que suspendeu, pelo mesmo tempo, os direitos políticos de 5 cidadãos, e mais dois Atos, nº 6<sup>190</sup> e nº 7,<sup>191</sup> que respectivamente transferiram para a reserva 7 oficiais do Exército e 17 da Aeronáutica.

<sup>183</sup> *ibidem*.

<sup>184</sup> *ibidem*.

<sup>185</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 1, de 10 de abril de 1964.

<sup>186</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 2, de 10 de abril de 1964.

<sup>187</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 3, de 11 de abril de 1964.

<sup>188</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 4, de 13 de abril de 1964.

<sup>189</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 5, de 13 de abril de 1964.

<sup>190</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 6, de 13 de abril de 1964.

<sup>191</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 7, de 13 de abril de 1964.

Por fim, após atingir a classe política e as Forças Armadas, no dia 14 de abril foi publicado a Portaria nº 1 (Ato nº 8) e o Ato nº 9, os dispositivos necessários para efetivar a repressão contra a sociedade civil.

A Portaria nº 1:

Determina a abertura de inquérito policial militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.<sup>192</sup>

A justificativa foi que:

Considerando que a destinação das Forças Armadas, nos termos da Constituição, é defender a Pátria e garantir os Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem; Considerando as atividades subversivas desenvolvidas por indivíduos, grupos e organizações no País; Considerando que tais atividades têm base em ideologia contrária ao Regime Democrático e estão, no seu conjunto, subordinadas a planos; Considerando que a atitude das Forças Armadas, no cumprimento de sua missão Constitucional, fêz abortar tais planos, mas não eliminou, por completo, os focos nem apurou responsabilidades; Considerando fatos públicos e notórios trazidos ao conhecimento do povo brasileiro, através da Imprensa falada, escrita e televisionada; Considerando, enfim, a existência inequívoca de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista.<sup>193</sup>

Já o Ato nº 9, enquanto um complemento da Portaria nº 1, decretou que os encarregados de inquéritos e de processos, deveriam apurar a responsabilidade pela prática de crime contra o “Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, ou de atos de Guerra Revolucionária”. Esse desígnio do Comando Supremo da Revolução deu aos encarregados o poder de “delegar a servidores da sua confiança todas as atribuições que lhe competem, para a realização de Diligências ou Investigações, que se tornem necessárias, em qualquer ponto do Território Nacional”. Assim como “requisitar quaisquer Inquéritos ou Sindicâncias em curso, ou já concluídos, pertinentes à matéria a investigar, ou sob investigação”.<sup>194</sup>

De acordo com Thomas Skidmore (1988, p. 50), a repressão concedida pelo AI-1 tinha um prazo a ser cumprida, do qual não poderia passar do dia 15 de junho de 1964. Inicialmente, as primeiras punições foram aplicadas pelo Comando Supremo da Revolução. Depois do dia 15 de abril, Castello Branco, eleito novo “presidente” em uma votação indireta dentro do Congresso Nacional ficou com essa responsabilidade, tendo dois meses para realizar os expurgos (FICO, 2014, p. 116-117).

<sup>192</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução - Portaria nº 1, de 14 de abril de 1964.

<sup>193</sup> *ibidem*.

<sup>194</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9, de 14 de abril de 1964.

Segundo Carlos Fico (2014, p. 100-101), a publicação do AI-1 “foi mais uma etapa do processo que marcou a passagem do golpe à ditadura.” Para o jurista George Marmelstein (2013, p. 1, apud PATRÍCIO, 2019, p. 10-11), nesse momento, o Brasil “deixou de ser regido por um sistema constitucional para se tornar, escancaradamente, um regime de exceção, a exemplo das demais ditaduras instauradas no mesmo período na América Latina.”

#### **4.2 Os relatórios do IPM nº 111**

Com a institucionalização da repressão, os encarregados dos inquéritos iniciaram as diligências para reprimir a oposição política ao golpe. Como esse procedimento determinava a prisão do indiciado para condução da investigação, durante o período das “punições revolucionárias” milhares de pessoas em todo o país foram detidas para averiguação. Neste momento qualquer um podia ser suspeito de crime político e, conseqüentemente, indiciado em um IPM. Segundo Marcelo Ridenti (2014, p. 32), os comunistas e reformistas foram os mais perseguidos, assim como “os lavradores que lutavam pela reforma agrária, os integrantes de movimentos de marinheiros e de sargentos que contestavam a hierarquia militar, líderes do movimento estudantil e outros”.

Em Minas Gerais, os IPMs foram instruídos no âmbito burocrático do DOPS. Na execução deles, o DOPS teve apoio da PM, sobretudo, no que diz respeito as buscas e apreensões nas residências dos implicados, na execução das prisões ilegais e no encaminhando dos presos políticos para os locais de repressão. As primeiras etapas desses inquéritos consistiam em busca e apreensão de objetos e documentos, depoimentos de testemunhas, perícias, vistorias, prisão do indiciado para condução da investigação e interrogatórios (BARBOSA, 2012, p. 87-88). Vale ressaltar, assim como destacou Rosângela Assunção (2006, p. 50), no ano de 1964 houve uma mudança na denominação do DOPS/MG, que passou a se chamar Departamento de Vigilância Social (DVS), mantendo as mesmas funções e a mesma sede.

Dentre os mais de 60 inquéritos abertos no estado de Minas Gerais durante o período das punições revolucionárias, no que diz respeito a esta pesquisa, destaca-se o IPM nº 111, processo nº 1.341/64, assunto: apuração de atividade subversiva registrada no município de Diamantina. O encarregado deste processo foi o delegado de polícia Glauco Brandão. Na ficha deste inquérito, assim como pode ser visto na figura 6, datada de 26 de abril de 1964, consta o nome de 16 presos políticos, dos quais 9 já estavam fichados anteriormente no DVS. Foram ouvidas várias testemunhas, como, por exemplo, o cônego Walter de Almeida que corroborou

com as acusações contra os presos. Por outro lado, entre as testemunhas havia também Soter Pádua e outros que saíram em defesa dos acusados.<sup>195</sup>

---

<sup>195</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0006, p. 39.

Figura 6 - Ficha de IPM nº 111

522

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA DE MINAS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SOCIAL

DVS - 111      FICHA DE IPM Nº 49      ID/4-

1 - ASSUNTO:      Apuração de atividades subversivas registradas no município de DIAMANTINA em Minas Gerais. -

2 - DATA:      26/4/64

3 - HISTÓRICO:      Processo feito pelo Delegado Dr. Glauco Brandão e pelo escrivão Jader do Nascimento Meira.

4 - INDICIADOS:

- Carlos de Freitas Andrade	
- Cassemiro Alcantara	Carpinteiro
- Lahyre Moreira da Silva	Func. DCT.
- José Alves Prado Junior	Func. DCT.
- Mauro José Coelho	Func. DCT.
- Agenor Moreira da Silva Neto	
- Luiz da Fonseca Prado	Comerciante
- Luiz Eloy Duraes	Joalheiro
- Paulo, José Ribas	Barbeiro
- Joaquim Anacleto Pereira	Garipp. em Damasio
- Sylla da Silva Araujo	Comerciante
- Cesário Matias de Almeida	Func. DCT.
- Geraldo Alencar Cunha	Dentista
- Manoel Rosa da Silva	Barbeiro
- José Mario Ribas	Comerciante
- José Borges do Couto	-Sub.Tenente reformado da PMMG.

5 - TESTEMUNHAS:

Lourival Mendes da Silva	Del. do DCT.
Tarcisio Amador dos Santos	Func. DCT.
Fliriano Ferreira da Silva	Func. DCT.
Geraldo Ribeiro de Miranda	Func. B. Brasil
Gustavo Botelho Junior	Comerciante
José de Freitas Andrade	Func. do DER.
Antonio Walter Vieira	Func. do DCT.
Raimundo Ribeiro dos Santos	Bancário
Soter Pádua	Comerciante
Walter de Almeida	Padre
Francisco de Paula Santos	Sub-Tenente reformado da PMMG.

6 - FICHADOS ANTERIORMENTE NA DVS:

Cassemiro Alcantara  
José Araujo Flexa  
Carlos de Freitas Andrade  
Luiz Eloy Duraes  
Joaquim Anacleto Pereira  
Luiz da Fonseca Prado  
José Mario Ribas  
Lahyre Moreira da Silva  
Zanillo Moreira da Silva

7 - PRISÕES PREVENTIVAS PEDIDAS:

O relatório final do IPM nº 111, assinado pelo delegado Glauco Brandão, foi enviado ao DVS no dia 28 de abril de 1964.<sup>196</sup> No documento consta, inicialmente, uma lista com o nome de 15 presos políticos de Diamantina.<sup>197</sup> No texto, o delegado explica ao chefe do DVS que foram feitas buscas e apreensões nas residências dos implicados e que as prisões dos acusados de subversão foram consumadas. Segundo o delegado, assim que a tropa do 3º BI retornou de Brasília, cuidou o comandante militar de prender os suspeitos, dando rigorosas buscas domiciliares.<sup>198</sup> E que a ação foi executada na tarde do dia 20 do mês de abril, sob inspiração de que o “clamor público” os apontavam como elementos comunistas capazes de subverter a ordem pública.<sup>199</sup>

A fim de complicar a situação dos presos, foi dito que todos eles, por suas ações subversivas, nitidamente se enquadram no conceito legal previsto na Lei de Segurança Nacional, porém, três deles sobressaíram por sua “ação comunizante”: Lahyre Moreira da Silva, Carlos de Freitas Andrade e Cesário Matias de Almeida. O delegado afirmou que: “Não há discrepância na prova de que todos os quinze elementos detidos são conhecidos comunistas da cidade. Mas, os três apontados exerceram papel destacado, que já vem de longa data, sobretudo Lahyre Moreira da Silva e Carlos de Freitas Andrade.”<sup>200</sup>

Sobre Lahyre Moreira da Silva, Glauco Brandão apontou que: “O primeiro, funcionário de categoria do DCT de Diamantina, ali desenvolveu pertinaz ação desagregadora contra os atos da administração e vai ser indiciado contra o mesmo, desde já, inquérito administrativo”.<sup>201</sup>

A respeito de Carlos de Freitas Andrade, o encarregado relatou:

De sua parte, Carlos de Freitas Andrade é apontado como mentor intelectual dos comunistas diamantinenses. Portador de grave defeito físico que o retinha ao leito desde os 15 anos, homem de farta leitura esquerdizante, reunia em torno de sua pessoa, ao pretexto de saraus musicais, largo círculo de amigos para doutrinação marxista. Representava todos os jornais da linha comunizante, tais como “Novos Rumos”, “Semanário”, e ora remetia gratuitamente exemplares para os adeptos, simpatizantes, ou outras pessoas não ligadas ao credo moscovita; ora promovia a intensificação das assinaturas. Fugiu da cidade para ponto distante, quando da eclosão do movimento revolucionário, mas foi apanhado em seu refúgio.<sup>202</sup>

Cesário Matias de Almeida foi descrito da seguinte forma:

<sup>196</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 16-18.

<sup>197</sup> Não aparece nesta lista do relatório final o nome do subtenente José Borges do Couto e nem do Geraldo Alencar Cunha, assim como na ficha de IPM nº 111, e surge o nome de Zaniilo Moreira da Silva.

<sup>198</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 17-18.

<sup>199</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 16.

<sup>200</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 16-17.

<sup>201</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 17.

<sup>202</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 17.

No tocante à terceira figura de prôa da ação comunizante de Diamantina, há também o consenso de sua permanente ação pregadora do comunismo. Amigo e companheiro de trabalho de Lahyre, ambos procuravam desenvolver, dentro e fóra da repartição a tarefa de doutrinação, com pertinácia tal que revoltava os círculos conservadores e católicos, que formam a quase totalidade da vida daquele próspero município do norte de Minas.<sup>203</sup>

O encarregado lembrou que nem todas as pessoas suspeitas foram presas e sofreram busca e apreensão em suas residências. Ele destacou que os oficiais do 3º BI que estiveram em contato com a presidência deste inquérito falavam ainda em busca domiciliar na residência do professor José de Araújo Flexa e de sua esposa, Helenita Drumond Flexa, assim como na casa de José de Freitas Andrade, o que vai acontecer em um momento subsequente.<sup>204</sup>

Sobre o resultado das buscas e apreensões, Glauco Brandão afirmou que não foi encontrada nenhuma prova da subversão. Sua justificativa foi que os investigados tiveram o prazo de mais de 15 dias para destruir todos os documentos que pudessem ser usados contra eles. Isso, porque, na ausência dos soldados do 3º BI, indo à Brasília participar da movimentação de tropas golpistas, “sem o prévio trabalho de limpeza da área suspeita”, foram queimados papéis, livros e documentos em casa dos “chefes da ideologia marxista” que poderiam ter provado os seus “crimes políticos”. E que, por isso, “nada foi encontrado que pudesse, a rigor, fazer patente prova da ação subversiva e desagregadora deles”. Porém, haveria nos depoimentos das testemunhas “provas eloquentes” de que os materiais subversivos foram realmente queimados.<sup>205</sup>

A autoridade que presidiu o inquérito tomou o depoimento de várias pessoas consideradas de grande expressão na cidade dentro dos círculos administrativos, comerciais e sociais do município. Neste ponto, Glauco Brandão relatou que houve uma inquietação por parte dos depoentes que eram familiares e conhecidos dos presos políticos. Constatou-se que:

Comerciantes de conceito detidos, funcionários e outros elementos são reclamados pelas famílias. O presidente da Associação Comercial, Soter Pádua, às fls. 57 e 57v, diz que José Mário Ribas e Luiz da Fonseca Prado são sócios da entidade que dirige “bons chefes de família e pessoas benquistas por todos daqui”. E mais adiante diz “que as prisões feitas de forma tão espetacular poderiam ter sido feitas até por telefone, de vez que os implicados são pessoas pacíficas, chefes de família, elementos aqui radicados...”<sup>206</sup>

<sup>203</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 17.

<sup>204</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 16.

<sup>205</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 17-18.

<sup>206</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 18.

Por outro lado, destaca-se também o depoimento do cônego Walter de Almeida que corroborou com as acusações contra os presos políticos. Segundo o delegado, o depoimento do cônego evidencia “a ação doutrinária dos chefes vermelhos e de seus asseclas, informando aquele sacerdote de reuniões para fins subversivos através do Relatório sigiloso do comandante do 3º BI”. Por fim, Glauco Brandão encerrou seu esclarecimento deixando a decisão das conclusões deste inquérito para seu superior, o chefe do DVS, Fábio Bandeira de Figueiredo.<sup>207</sup>

O “segundo” relatório do IPM nº 111, ofício 024/64 - reservado, apontado como sigiloso, escrito pelo comandante do 3º BI, João José de Almeida, foi enviado no dia 30 de abril de 1964 ao Major G-2 em Belo Horizonte. Nele, o oficial comunicou ao seu superior sobre o encaminhamento dos presos políticos de Diamantina para o DVS, detidos pelos militares do 3º BI. Inicialmente, João José de Almeida ressaltou que foi enviado um relatório assinado pelo Major Jair Faria de Souza, subcomandante do 3º BI, “o qual não espelha a realidade dos fatos”. Segundo o comandante, todos os presos “são comunistas, sem a menor sombra de dúvida” e que há dois anos os militares do 3º BI, sob suas ordens, efetivaram um permanente sistema de vigilância contra os comunistas da cidade. Ele descreveu que:

Todos são comunistas, sem a menor sombra de dúvida, tanto por parte da S-2 e do Comando dêste batalhão, pois temos dois anos de intensa observação sôbre êsses elementos, e também por parte da população desta cidade, que os taxa de comunistas, o que, antes dêste movimento revolucionário êles não contestavam. Durante dois anos somente poderíamos fazer o que fizemos, pois sem o apôio do Governo, se tentássemos destruir a célula vermelha “le de janeiro” que é a desta cidade, poderíamos dar-nos mal, pois para tais movimentos é necessário que se tenha o irrestrito apôio do Govêrno, tanto central como estadual.

Durante dois longos anos, longos para nós que víamos os comunistas se agitarem, digo, se agitarem cada vez mais; cada vez mais tomarem as rédeas do Governo, chegando a imiscuir-se nas Fôrças armadas; víamos os comunistas se reunirem nas residências de vários chefes dêles e no DCT; víamos os comunistas tentarem infiltrar-se no meio dêste Batalhão, como foi proposto por Lahyre Moreira da Silva a um Agente desta S-2, para conseguir formar um “Grupo dos Onze” com elementos desta Unidade; víamos os comunistas espalharem material subversivo, como os folhetins anexos, idealizado por Lahyre Moreira da Silva e espalhados por êle e pelos demais seguidores do Credo Vermelho; víamos aparecerem listas e mais listas, uma solidarizando-se com o ex-Presidente João Goulart, outras para legalização do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, outras para conseguir fundos para a Rádio Mayrinque Veiga que estava por fechar as portas por motivos financeiros; víamos distribuírem jornais e revistas subversivas, tais como “NOVOS RUMOS” e “CADERNO DO POVO”, etc.; víamos tudo isto e muito mais mas estávamos tolhidos por falta de apôio.<sup>208</sup>

Em seguida, João José de Almeida salientou, referindo-se à Lei de Segurança Nacional: “agora que o apoio chegou, prendemos os principais comunistas”, os quais “há pouco se

<sup>207</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 18.

<sup>208</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 10.

vangloriavam de uma vitória que lhes pareciam breve”. Porém, assim como elencou o delegado Glauco Brandão, os militares teriam apreendido pouco “material subversivo”, destacando que: “documentos que comprovam a participação destes elementos em movimentos subversivos não o temos”. Segundo o comandante, quando a tropa do 3º BI foi para Brasília, do dia 5 para o dia 6 de abril, os suspeitos teriam queimado todos os materiais que serviriam de prova de suas “ações criminosas”. De acordo com as investigações, os documentos teriam sido queimados nas casas de Lahyre Moreira da Silva, Carlos de Freitas Andrade e Cesário Matias de Almeida. E que o testemunho desse evento teria sido feito pelos vizinhos dos investigados que “viram verdadeiros incêndios de queimas de materiais nessas residências”. Por conta disso, restou ao comandante enviar ao seu superior alguns folhetins “subversivos” em anexo que já teriam sido enviados anteriormente ao departamento maior em 5 de abril de 1962.<sup>209</sup>

João José de Almeida descreveu que os ditos subversivos “tinham um plano sujo e digno deles, qual era o de estuprar as mocinhas e meninas filhas dos que mais lutavam contra eles”. Afirmou ainda que os suspeitos pretendiam alçar Cesário Matias de Almeida como prefeito municipal e Lahyre Moreira da Silva no cargo de diretor regional dos correios e telégrafos. Para o comandante, os indiciados tinham também o objetivo de tomar o quartel do 3º BI. João José de Almeida concluiu seu argumento afirmando que os acusados “que agora se dizem inocentes, repudiam por medo a responsabilidade do que antes se vangloriavam, quando tinha o irrestrito apoio do ex-presidente João Goulart.”<sup>210</sup>

Sem provas concretas sobre o possível crime político local, restou ao comandante do 3º BI acusar os presos políticos de participarem de reuniões secretas de caráter subversivo que aconteceriam na casa de Carlos de Freitas Andrade e em outros lugares. De acordo com o relatório sigiloso, os acusados de crime político realizavam “reuniões que se escondiam sob o título de reunião musical, clube de leituras e sob a forma de visitas”. Isso pelo fato de Carlos de Freitas Andrade não poder sair de casa, pois era “paralítico”, quase não conseguindo andar, destacou João José de Almeida. Segundo sua versão, as ditas reuniões seriam realizadas em dias incertos, mas comumente aos domingos. Em tempos de emergência seriam realizadas quase que diariamente, seja no DCT, na casa de Lahyre Moreira da Silva ou na casa de Manoel Rosa da Silva. O comandante ressaltou que, ademais, ocasionalmente eram realizadas algumas reuniões com alunos da faculdade de Odontologia “na casa de Lahyre Moreira da Silva, sob falso pretexto para incutir-lhes o credo vermelho”.<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 10-11.

<sup>210</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 11.

<sup>211</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 11-12.

Em seu relatório, João José de Almeida citou o nome dos 19 presos políticos de Diamantina detidos por ele,<sup>212</sup> e enfatizou breves relatos de um por um. Nesse ponto, o militar ressaltou que alguns comunistas de menor expressão na cidade não foram presos, com exceção de José de Araújo Flexa e de sua esposa, Helenita Drumond Flexa.<sup>213</sup> Atributos como “comunista”, “doutrinador”, “inteligente”, “agitador”, “perigoso” faziam parte do seu arcabouço de significados para se referir aos presos políticos detidos pelos militares do 3º BI. Da mesma forma, expressões como “chefe dos comunistas”, “comunista convicto/declarado”, “membro do grupo dos 11”, “frequentador assíduo das reuniões comunistas”, “propagador do credo vermelho” foram utilizadas para relacionar os suspeitos à subversão.

Por último, o comandante lembrou dos membros da Comissão Central Anticomunista local, além de listar outras pessoas que poderiam ser ouvidas a respeito da atividade comunista em Diamantina. Dessa forma, ele finalizou seu relatório e o despachou para Belo Horizonte.<sup>214</sup>

Como podemos notar, os argumentos elencados pelo Glauco Brandão e pelo João José de Almeida em seus relatórios, estavam fundamentados em um discurso depreciativo que buscava incriminar os presos políticos de Diamantina. Assim como destacou Júlia Barbosa (2012, p. 67), “o processo de criminalização das atividades políticas esteve diretamente ligado à desqualificação e desmoralização dos indivíduos e grupos enquadrados na categoria de subversivo”. Segundo a autora, desde os primeiros anos da Guerra Fria, relacionar o comunismo à subversão era uma prática corriqueira da polícia política brasileira, que considerava toda a oposição como comunista e que todo comunista era subversivo. Ao lado disso, a construção do inimigo interno pela polícia buscava apontar o “comunista subversivo” como: “amoral, revoltado, agitador, desonesto, aliciador, terrorista dentre outros termos utilizados para descrever os militantes da esquerda” (BARBOSA, 2012, p. 75).

Alguns meses depois, em 6 de outubro de 1964, foi escrito pelo capitão do 3º BI, Vicente de Paula Gomes, um relatório complementar. Este documento foi redigido para esclarecer três assuntos sobre alguns militares da Unidade do 3º BI que possivelmente estariam envolvidos com a atividade subversiva local. O primeiro tratou sobre o subtenente reformado José Borges do Couto que foi preso pela repressão nos dias seguintes ao golpe de 1964 e denunciado no relatório sigiloso do comandante do 3º BI, ofício 024/64 - reservado. João José de Almeida salientou no documento oficial que José Borges do Couto era comunista e responsável pelo

---

<sup>212</sup> Neste relatório aparece três indiciados a mais: Helenita Drumond Flexa, José de Araújo Flexa e Manoel de Aguiar Araújo.

<sup>213</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 15.

<sup>214</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 15.

preparo dos militantes para a tática militar a fim de ingressá-los no *Grupo dos 11*, afirmando ainda que ele teria assinado uma lista de apoio a Leonel Brizola. Por conta dessas acusações, o relatório complementar tentou dissociar José Borges do Couto das denúncias feitas pelo comandante à frente da Unidade à época do ocorrido. Nele, Vicente de Paula Gomes elucidou o seguinte a respeito do subtenente:

Tomei suas declarações, negou haver lidado com lista de grupo dos onze, ou haver pelo menos, assinado alguma. Confirmou haver levado ao Sr. Paulo Ribas, que se refere a fls. 34, uma lista para um manifesto particular ao Sr. João Goulart; esclareceu que tal manifesto não foi encaminhado, mas tinha o fim de congratular-se com o então Presidente pelo decreto de Reforma Agrária; que suas comunicações estavam ligadas ao financiamento de um caminhão que desejava adquirir, conf. fls. 70 a 71; e que apenas era eleitor do PTB; não se tratava, portanto, a lista de grupos dos onze; reciprocamente, disse também não conhecer o Sr. Zanilo Moreira da Silva, a não ser de vista, referindo-se a fls. 29; reforçou as acusações de que já então comprovadas contra os Srs. Lahyre Moreira da Silva e Carlos Andrade, dizendo que ouviu dizer serem eles comunistas.<sup>215</sup>

O segundo tema tratou a respeito do subtenente Francisco de Paula Santos. Para isso, o encarregado Vicente de Paula Gomes o questionou sobre seu envolvimento com o preso político Luiz Eloy Durães. O interrogado confirmou ter trabalhado na fábrica de joias de Luiz Durães por, aproximadamente, dois anos, contudo jamais viu o proprietário tocar em assunto político: “entretanto, por ouvir dizer, sabe ser o Luiz Durães comunista militante”.<sup>216</sup>

No terceiro assunto do relatório complementar, Vicente de Paula Gomes diz ter interrogado José de Freitas Andrade a respeito dos músicos do 3º BI que frequentavam a casa do seu vizinho e irmão Carlos de Freitas Andrade. José de Freitas Andrade, esclareceu que se tratavam de tocatas há vinte anos passados. Além disso, disse que os músicos já eram até falecidos e que tais reuniões tinham motivo a música e algumas doses de bebida alcoólica, dada a referida amizade que os músicos tinham com seu parente. Defendeu ainda que não se tratava de nenhum praça da atual Banda de Música ou que pertencia ainda ao 3º Batalhão de Infantaria. E que os conhecia somente por apelido, tais como: Anjunho, Cuatí, Segismundo e Taidinho.<sup>217</sup>

Por último, Vicente de Paula Gomes ressaltou, mais uma vez, que o caso do subtenente Borges do Couto não consistiu em crime ou transgressão disciplinar e remeteu esse Auto para o comandante do 3º Batalhão, a quem competia decidir e devolvê-lo à Comissão de Triagem, em Belo Horizonte.<sup>218</sup>

<sup>215</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 19.

<sup>216</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 19.

<sup>217</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 19-20.

<sup>218</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 20.

### 4.3 Os presos políticos: as prisões ilegais e os locais de repressão

Em Minas Gerais, a ação repressiva desencadeada pelo golpe de 1964 resultou em centenas de prisões ilegais. Na maior parte dos casos, os detidos foram encaminhados aos locais de repressão. Esses lugares foram unidades por onde os presos políticos transitaram desde suas detenções, como delegacias, quartéis e penitenciárias. Nesses ambientes ocorreram graves violações dos direitos humanos com as prisões ilegais e a prática de tortura (MINAS GERAIS, 2017, p. 294).

A trajetória dos presos políticos de diversas cidades do estado de Minas Gerais pelos centros de repressão, no período imediato ao golpe de 1964, teve alguns pontos em comum. Primeiramente, eles foram perseguidos e sequestrados pela força policial, depois enviados para delegacias, quartéis e cadeias de suas cidades, onde ocorreram a primeira triagem e interrogatório. Em seguida, eles foram direcionados para o órgão central do sistema repressivo em Minas Gerais, o DVS, em Belo Horizonte, onde foram fichados e submetidos, mais uma vez, à triagem e detenção (MINAS GERAIS, 2017, p. 303).

Depois da passagem pelo DVS os presos políticos que eram homens, constituindo a grande maioria, foram levados, sobretudo, para a Colônia Penal Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em menor escala, alguns ficaram momentaneamente detidos no próprio DVS (sala especial e outras dependências), no Parque da Aeronáutica, em Lagoa Santa, assim como no 12º RI e no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, ambos na capital mineira. As mulheres foram encaminhadas para a Penitenciária de Mulheres (Penitenciária Feminina Estevão Pinto), situada também na cidade de Belo Horizonte.<sup>219</sup>

Dessa forma, surgiu a figura dos primeiros presos políticos mineiros da ditadura militar. Eles, diferentemente dos presos comuns, foram encarcerados de forma arbitrária por causa de suas convicções ideológicas, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, e acusados de promoverem atividades subversivas (MINAS GERAIS, 2017, p. 295).

De acordo com o resumo do movimento do DVS, datado de 3 de julho de 1964, a respeito da repressão contra a “atividade subversiva” no estado de Minas Gerais, 882 pessoas foram detidas para averiguação durante o “período revolucionário”. Dessas, 679 haviam sido liberadas sem condições, 203 liberadas em custódia e 5 ainda continuavam sob a “disposição” de autoridades militares. Decretou-se 34 prisões preventivas, sendo que 30 foram recolhidas e

---

<sup>219</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5291.

4 a cumprir. O Departamento recebeu um montante de 65 inquéritos, dos quais 16 desses foram remetidos a ID/4 e 49 estavam em andamento. Por fim, foram expedidas 629 certidões de antecedentes e 331 ofícios com relação aos detidos, dos quais 179 haviam sido recebidas.<sup>220</sup>

Fora algumas exceções, em sua maioria, as prisões ilegais em Diamantina decorrentes da repressão desencadeada pelo golpe de 1964 ocorreram no dia 20 de abril, segunda-feira. Com uma lista em mãos com o nome dos “suspeitos”, o comandante do 3º BI, João José de Almeida, designado pelo encarregado do IPM nº 111, não hesitou em realizar as diligências. No geral, as vítimas da repressão em Diamantina foram abordadas pelos militares no momento das buscas e apreensões. Em seguida, elas foram colocadas na carroceria do caminhão da polícia do jeito que a tropa militar as encontrou e exibidas pelas ruas da cidade como “troféus de guerra” (ANTUNES; ANTUNES, 2009, p. 53). Em sua maioria, os atingidos pela repressão em Diamantina residiam no núcleo urbano e central da cidade. Abaixo segue a tabela referente aos presos políticos residentes em Diamantina detidos pelos militares do 3º BI durante a repressão desencadeada pelo golpe de 1964.

Tabela 1 - Presos políticos residentes em Diamantina detidos pelos militares do 3º BI

<b>Presos políticos residentes em Diamantina detidos pelos militares do 3º BI</b>			
Nome	Idade	Profissão	Residência
Agenor Moreira da Silva Neto	23 anos	Dentista	Rua São Francisco, nº 219
Carlos de Freitas Andrade	60 anos	Autônomo	Beco dos Berens, nº 255
Cassimiro Alcântara	62 anos	Carpinteiro	Rua do Amparo, nº 193
Cesário Matias de Almeida	33 anos	Func. DCT, Fotógrafo	Rua da Samambaia, nº 113
Helenita Drumond Flexa	-----	-----	-----
Joaquim Anacleto Pereira	69 anos	Garimpeiro	Campo do Damásio, s/n
José Alves Prado Júnior	28 anos	Func. DCT	Rua Bicame, nº 725
José de Araújo Flexa	-----	Dentista, Professor	-----
José Borges do Couto	-----	Sub. Tenente Reformado da	-----

<sup>220</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5291, p. 7.

		PMMG	
José Mário Ribas	53 anos	Comerciante	Rua São Francisco, nº 102
Lahyre Moreira da Silva	54 anos	Func. DCT	Rua São Francisco, nº 219
Luiz da Fonseca Prado	43 anos	Comerciante	Rua do Amparo, nº 82/92
Luiz Eloy Durães	38 anos	Industrial de Joias	Rua Gutemberg, nº 74
Manoel de Aguilar Araújo	29 anos	Soldado do 3º BI	-----
Manoel Rosa da Silva	57 anos	Barbeiro	Beco do Isidoro, nº 21
Mauro José Coelho	33 anos	Func. DCT	Praça Dr. Prado, nº 3
Paulo José Ribas	54 anos	Barbeiro	Rua Silvério Lessa, nº 105
Sylla da Silva Araújo	57 anos	Comerciante, Dentista, Func. DCT	Praça da Luz, nº 259
Zanilo Moreira da Silva	43 anos	Dentista, Func. DCT, Professor	Rua do Progresso, nº 193

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

O vice-prefeito à época, João Antunes de Oliveira, teve a seguinte sensação sobre um dos episódios que presenciou da “caça aos subversivos” executada em Diamantina neste dia:

Foi uma coisa horrível essa que presenciei quando, saindo para a rua, vi o caminhão que passou. Fiquei com vontade de chorar, porque todo mundo era amigo da gente. Depois tentamos falar com o Comandante, mas ele nem nos recebia. Eu fui à casa do José Prado, um dos que foram presos, para dar assistência à família, mas confesso que fiz isso com medo de me prenderem. (ANTUNES; ANTUNES, 2009, p. 54).

Além disso, o político ressaltou: “o Comandante, por outro lado, me parecia um louco.” (ANTUNES; ANTUNES, 2009, p. 54). E afirmou que: “Quando vi Zanilo, magrinho, parecendo um tico-tico depenado, preso em cima de um caminhão, rodeado por soldados, tive a noção exata do absurdo que foi aquela Revolução.” (IBIDEM).

A forma espetacular como os indiciados foram perseguidos e presos gerou uma grande inquietação entre os familiares e conhecidos das vítimas, como foi o caso do presidente da Associação Comercial, Soter Pádua. Em seu testemunho no IPM nº 111, ele relatou que as

prisões poderiam ter sido feitas até por telefone, uma vez que os implicados eram “pessoas pacíficas”, “chefes de família” que residiam no município há muitos anos.<sup>221</sup>

Sem aviso prévio, Carlos de Freitas Andrade, que havia foragido nos dias seguintes ao golpe, foi abordado dentro da sua casa, assim como o dentista Zanilo Moreira da Silva, que ainda de pijama foi colocado na carroceria do caminhão da polícia e levado para o quartel. Outros estavam no local de trabalho como Lahyre Moreira da Silva, Cesário Matias de Almeida e Mauro Coelho que foram abordados dentro do DCT, situado à Praça Dr. Prado, nº 171, centro, no edifício Antônio Carlos Fernandes. Outro funcionário do DCT também foi abordado pelos policiais dentro dos correios nesse momento, porém, em seguida, ele foi liberado.<sup>222</sup>

O DCT era conhecido por conter alguns membros da Célula 3 de Janeiro, e, posteriormente, do NND, por isso, quando ocorreu a repressão um dos primeiros locais que os militares do 3º BI se direcionaram foi justamente para lá. Por ser uma instituição federal responsável pela comunicação direta com vários municípios, os policiais ficaram por alguns dias tomando conta do DCT, controlando até mesmo a entrada e a saída dos funcionários.<sup>223</sup>

O telegrafista José Alves Prado Júnior foi abordado por volta das 9h00 pelos militares do 3º BI, voltando de uma pescaria junto a dois colegas. Ele foi obrigado a seguir com os militares e subiu na carroceria do caminhão, seus companheiros, mesmo liberados, decidiram acompanhá-lo. Antes disso, os policiais, alguns armados com baionetas, foram até a sua casa para prendê-lo, porém ele não estava lá, encontravam-se no local apenas sua esposa e seus filhos pequenos. Mesmo assim, os militares fizeram uma busca e apreensão truculenta revirando a residência com a finalidade de encontrar alguma coisa que pudesse ser utilizada para incriminá-lo, qualquer material relacionado ao comunismo como livros, revistas ou jornais seriam tidos como prova da subversão.<sup>224</sup>

O joalheiro Luiz Eloy Durães, antigo membro da Célula 3 de Janeiro teve sua residência cercada pelos militares do 3º BI onde estava sua família. Diante do susto, por não se encontrar em sua residência naquele momento, quando ficou sabendo do ocorrido pegou seu automóvel e de espontânea vontade compareceu ao quartel. Ao chegar lá foi preso e ficou também incomunicável.<sup>225</sup>

---

<sup>221</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 3947, p. 18.

<sup>222</sup> Entrevista 3. Diamantina, 2018.

<sup>223</sup> Entrevista 3. Diamantina, 2018.

<sup>224</sup> Entrevista 2. Diamantina, 2018.

<sup>225</sup> Entrevista 4. Diamantina, 2018.

Depois das buscas e apreensões, assim como das prisões ilegais, todos os presos políticos de Diamantina foram encaminhados ao quartel do 3º BI, sediado na rua Pedro Duarte, s/n, primeiro dos três locais de repressão que atravessariam desde suas detenções arbitrárias.

Já o soldado Manoel de Aguiar Araújo foi preso assim que os militares do 3º BI retornaram de Brasília, depois da participação da Unidade na operação militar golpista. Logo que a tropa retornou ao quartel, em Diamantina, o oficial que estava de auxiliar, na frente dos demais, pediu ao soldado que entregasse os equipamentos. Em seguida ele foi detido. De acordo com seu depoimento:

Eu fui a Brasília cadastrado já como comunista, quando eu voltei o subtenente Zé de Oliveira Décimo, que estava de auxiliar, disse: “quem é Manoel de Aguiar? Me dá armas aqui”. Eu entreguei a arma com munição, soquete, mochila de munição e tudo. Depois consta no documento que eu sumi com o fuzil, que eu sumi com o soquete... Aí eles me chamaram lá no coreto, no momento que fui preso. Você sabe o coreto lá em cima da sentinela, no batalhão, pois é, naquele coreto ali estava Costinha, Gabriel Pereira Neto, Vicente de Paula Gomes e o próprio Geraldo da Costa Coelho. O Almeida, acho que tinha ido para Belo Horizonte, para o Estado Maior, na época Jair Faria tinha assumido o batalhão. Lá eles começaram a me provocar, eu respondia na batata as provocações deles, até que tomei um tapa no rosto, e o quê, o que eu podia fazer? Nada. Porque se eu fizesse qualquer reação eles me jogavam lá de cima, é o que eles falaram comigo.<sup>226</sup>

Nos dias seguintes, o soldado ficou preso no quartel em condições precárias. Em suas palavras:

O que se passou comigo lá no batalhão foi coisa deprimente, dormia no chão, preso incomunicável. Chegou um soldado de Gouveia, queria falar comigo. Eles disseram: “se você falar com Manoel você vai preso também”. Fiquei sabendo que minha mãe sofreu muito constrangimento, levava café com leite pra mim. Depois fiquei sabendo, que eles esperavam minha mãe sair e dizia: “comunista não bebe café com leite”. Jogava lá no jardim, bolo com pão, isso eu preso incomunicável. Se os caras que foram em Neves não sofreram tanto assim, eu sofri muito mais, porque eu era milico, servidor do Estado.<sup>227</sup>

No dia 22 de abril, 14 dos 19 presos políticos de Diamantina foram transportados do quartel do 3º BI para o DVS, em Belo Horizonte. Um modelo de ficha dos diamantinenses que passaram pelo DVS pode ser visto na figura 7.<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> Entrevista 1. Diamantina, 2019.

<sup>227</sup> Entrevista 1. Diamantina, 2019.

<sup>228</sup> Foi encontrado nos documentos pertencentes ao acervo do DOPS, disponível no APM, a ficha de registro no DVS do preso político José de Araújo Flexa, porém não possível identificar se ele seguiu com os demais presos políticos de Diamantina para o DVS.

Figura 7 - Ficha de registro no DVS

CARLOS DE FREITAS ANDRADE - 1 -

---

Sobrenome **ANDRADE**

Nome **CARLOS DE FREITAS**

Filiação **CARLOS SEVERINO DE ANDRADE**  
**MARGINA DE FREITAS ANDRADE**

Data Nasc. **6-XL-1903** Nacionalidade **BRASIL**

Estado Civil **SOITEIRO** Profissão **-**

Residência **BEÇO STI. BERENS 205**

Front. de **---**

Observações: **3:BI - HAMANTINA**

*Wanderlin de Hamantina*

MATERIAL APREENDIDO DO MESMO ENTREGUE AO CAP  
DIORAN, OFICIAL DA G-2, CONFORME INFORMAÇÕES  
DO SR. TTE. WANDERLIN EM 22-4-1964.

Desde o dia 3 de abril de 1964 os presos políticos da repressão desencadeada pelo golpe de 1964 de diferentes cidades de Minas Gerais começaram a ser enviados para o DVS.<sup>229</sup> Nesta instituição, os diamantinenses ficariam por mais dois dias antes de serem transportados, por último, para a Colônia Penal Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves.

Neste momento, a Colônia Penal Magalhães Pinto,<sup>230</sup> uma edificação com dois pavimentos em formato de U que havia sido recentemente construída, a cerca de 3 km da área central de Ribeirão das Neves, foi utilizada pelo Comando Revolucionário com o fim específico de receber os presos políticos (MINAS GERAIS, 2017, p. 329).

No dia 24 de abril de 1964, sexta-feira, 12 dos 14 presos políticos de Diamantina que passaram pelo DVS já haviam sido transferidos para o presídio em Ribeirão Neves, conforme pode ser visto na Tabela 2.<sup>231</sup>

Tabela 2 - Presos políticos de Diamantina detidos na Colônia Penal Magalhães Pinto

<b>Presos políticos de Diamantina detidos na Colônia Penal Magalhães Pinto</b>		
Nome	Entrada	Saída <sup>232</sup>
Agenor Moreira da Silva Neto	24/04/1964	29/04/1964
Cassimiro Alcântara	24/04/1964	05/05/1964
Carlos de Freitas Andrade	24/04/1964	10/06/1964
Cesário Matias de Almeida	24/04/1964	03/06/1964
Joaquim Anacleto Pereira	24/04/1964	04/05/1964
José Alves Prado Júnior	24/04/1964	05/05/1964
José Mário Ribas	24/04/1964	29/04/1964
Lahyre Moreira da Silva	24/04/1964	27/05/1964
Luiz da Fonseca Prado	24/04/1964	05/05/1964
Manoel Rosa da Silva	24/04/1964	05/05/1964

<sup>229</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5291, p. 182.

<sup>230</sup> Posteriormente, a Colônia Penal Magalhães Pinto passou a se chamar Presídio Antônio Dutra Ladeira.

<sup>231</sup> Luiz Eloy Durães e Sylla da Silva Araújo ficaram presos em custódia e não foram transferidos para este presídio. APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5291, p. 110-111.

<sup>232</sup> As datas dos dias de saída referentes a Tabela 2 estão em conformidade com as datas em que os presos políticos receberam suas liberdades provisórias do Comando Revolucionário, em específico da Comissão de Triagem em Minas Gerais.

Paulo José Ribas	24/04/1964	29/04/1964
Zanilo Moreira da Silva	24/04/1964	05/05/1964

Fonte: Elaborada pelo autor

A partir do dia 4 de abril às vítimas da repressão de diferentes cidades do estado de Minas Gerais que passaram pela triagem no DVS começaram a ser enviadas para esta unidade prisional. Ao todo, no dia 24 de abril, quando os diamantinenses chegaram ao presídio, estavam recolhidos à Colônia Penal cerca de 224 presos políticos.<sup>233</sup>

Com o passar dos dias os presos políticos foram recebendo suas liberdades provisórias. Contudo, exigia-se uma espécie de “fiador” que respondesse pelos cumprimentos das ordens que os indiciados deveriam cumprir, como comparecer aos órgãos competentes sempre que requisitados, assim como não se ausentarem de suas cidades sem a expressa liberação da Comissão de Triagem ou dos responsáveis pelos inquéritos.

Detido no DVS em custódia, no dia 29 de abril, o Comando Revolucionário, através da Comissão de Investigação, autorizou Luiz Eloy Durães a regressar a Diamantina, devendo colocar-se à disposição da autoridade policial encarregada do inquérito sempre que requisitado. Sua liberação foi feita pelo delegado David Hazan.<sup>234</sup>

No mesmo dia também foi liberado provisoriamente, “por parecer não ser pessoa comprometida com qualquer atuação subversiva”, Agenor Moreira da Silva Neto, este já se encontrava detido na Colônia Penal há cinco dias.<sup>235</sup> Também receberam suas liberdades provisórias, nesta data, os irmãos José Mário Ribas e Paulo José Ribas, no entanto, sem poderem deixar a capital mineira até segunda ordem, ficando Silvio Coutinho responsável pelo cumprimento das determinações.<sup>236</sup>

No dia 30 de abril, Sylla da Silva Araújo ainda estava preso em custódia no DVS. Dessa forma, encontravam-se encarcerados na Colônia Penal Magalhães Pinto no dia 30 de abril, nove presos políticos de Diamantina: Cassimiro Alcântara, Carlos de Freitas Andrade, Cesário Matias de Almeida, Joaquim Anacleto Pereira, José Alves Prado Júnior, Lahyre Moreira da Silva, Luiz da Fonseca Prado, Manoel Rosa da Silva e Zanilo Moreira da Silva.

No dia 4 de maio saiu a liberação provisória de Joaquim Anacleto Pereira, o preso político de idade mais avançada entre os diamantinenses, 69 anos, podendo o referido voltar a sua cidade de origem, sem, contudo, ausentar-se da mesma sem a autorização da Comissão de

<sup>233</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5291, p. 113-118.

<sup>234</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5489, p. 383.

<sup>235</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5489, p. 16.

<sup>236</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5489, p. 323.

Triagem. Hélio Telles Horta ficou responsável perante o Comando Revolucionário pelo fiel cumprimento das disposições.<sup>237</sup>

Neste mesmo dia, encontravam-se em transferência para serem liberados Luiz da Fonseca Prado, Manoel Rosa da Silva, José Alves Prado Júnior e Zanilo Moreira da Silva.<sup>238</sup> Cassimiro Alcântara neste momento estava recolhido à sala do Departamento.<sup>239</sup>

No dia 5 de maio, o Comando Revolucionário, através do chefe do DVS, Fábio Bandeira de Figueiredo, depois da análise da Comissão de Triagem, liberou provisoriamente Luiz da Fonseca Prado e Zanilo Moreira da Silva. Contudo, sem poderem os referidos se ausentarem da capital mineira sem prévia e expressa autorização desta Comissão, devendo ainda se apresentarem perante o Comando Revolucionário sempre que solicitados. No caso, Maria Prado Moreira da Silva se responsabilizou pelo fiel cumprimento das disposições.<sup>240</sup>

Ainda no dia 5 de maio, Cassimiro Alcântara foi liberado provisoriamente, podendo regressar à cidade de Diamantina, contudo sem poder se ausentar dela, devendo ainda se apresentar às autoridades sempre que solicitado. O major Jarbas Sabino de Castro, responsabilizou-se pelo cumprimento das disposições.<sup>241</sup>

Neste mesmo dia, Manoel Rosa da Silva, também recebeu sua liberdade provisória, podendo regressar à cidade de Diamantina, porém sem o direito de se ausentar dela sem prévia e expressa autorização da Comissão de Triagem. Washington Paranhos dos Santos, sub-tenente reformado, responsabilizou-se perante o Comando Revolucionário pelo fiel cumprimento das ordens.<sup>242</sup>

Contudo, do dia 6 ao dia 14 de maio ainda estavam em custódia, casas de saúde e hospitais os presos políticos: Cassimiro Alcântara, José Alves Prado Júnior<sup>243</sup>, José Mário Ribas, Luiz da Fonseca Prado, Manoel Rosa da Silva, Paulo José Ribas, Sylla da Silva Araújo e Zanilo Moreira da Silva.<sup>244</sup> Entende-se, dessa forma, que só depois do dia 14 de maio eles conseguiram retornar a Diamantina.

A partir de então, somente os presos políticos Carlos de Freitas Andrade, Cesário Matias de Almeida e Lahyre Moreira da Silva permaneceram detidos nas celas do presídio em Ribeirão das Neves. No dia 14 e 15 de maio, Lahyre foi recolhido ao DVS, na sala especial. No

---

<sup>237</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5489, p. 272.

<sup>238</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5291, p. 102.

<sup>239</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5291, p. 100.

<sup>240</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5489, p. 379.

<sup>241</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5489, p. 102.

<sup>242</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5489, p. 391.

<sup>243</sup> Não foi encontrado no acervo do DOPS documentos sobre a liberação provisória de José Alves Prado Júnior.

<sup>244</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5291, p. 77-78.

dia seguinte, o delegado do Departamento pediu que o diretor do presídio, Itamar de Barros, que o recolhesse novamente, devidamente escoltado. O mesmo aconteceu alguns dias depois, em 27 de maio, quando Thacyr Omar Meneses Sia, pediu providência ao diretor do presídio que enviasse, mais uma vez, o preso político ao Departamento. Neste mesmo dia, o delegado liberou provisoriamente Lahyre do cárcere privado, não podendo o ele se ausentar da capital mineira sem prévia e expressa autorização da Comissão de Triagem. No caso, Jorge Cadar, médico, e Lena Maria Moreira da Silva, médica, ficaram responsáveis pelo fiel cumprimento dos compromissos.<sup>245</sup>

No dia 3 de junho saiu a liberação provisória de Cesário Matias de Almeida, no entanto, sem poder se retirar da capital mineira. Apenas no dia 10 do mês corrente saiu sua autorização para retornar a sua cidade de origem, contudo sem a permissão de se ausentar dela sem a autorização da Comissão de Triagem, ficando à disposição da autoridade policial local no Beco do Mota, nº 39, centro. Paulo Camilo Viana, advogado, responsabilizou-se pelo fiel cumprimento das disposições.<sup>246</sup>

Por último, também no dia 10 de junho, foi liberado provisoriamente o último preso político de Diamantina da Colônia Penal Magalhães Pinto, Carlos de Freitas Andrade, podendo ele retornar a sua cidade de origem, mas sem autorização para se ausentar dela, a não ser com a prévia e expressa permissão da Comissão de Triagem. Além disso, ele deveria comparecer à autoridade assim que solicitado. Antônio Vieira, auxiliar de cartório, comprometeu-se perante o Comando Revolucionário pelo cumprimento das disposições.<sup>247</sup>

Dos indiciados no IPM nº 111, apenas três foram denunciadas pelo Ministério Público Militar: Cesário Matias de Almeida, Lahyre Moreira da Silva e Mauro José Coelho. A denúncia foi aceita pela auditoria da 4º RM em primeiro de fevereiro de 1965.<sup>248</sup> Em 16 de junho deste mesmo ano o Conselho Permanente de Justiça para o Exército, apreciando petição da defesa, por maioria de votos, deu a Justiça Militar como incompetente para processar e julgar os denunciados, determinando a remessa do processo ao juiz de direito da Comarca de Diamantina, para fins de justiça.<sup>249</sup> Contudo, este processo voltou para a Justiça Militar e em sessão de 12 de agosto de 1969, presidida pelo juiz-auditor Mauro Seixas Telles, o Conselho Permanente de

---

<sup>245</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5489, p. 363.

<sup>246</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5489, p. 109.

<sup>247</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 5489, p. 94.

<sup>248</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0054, p. 186.

<sup>249</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0054, p. 185.

Justiça para o Exército resolveu, por unanimidade de votos, absolver os três acusados civis da imputação que lhes foi intentada.<sup>250</sup>

Estima-se que a repressão desencadeada pelo golpe civil-militar de 1964 tenha acontecido em dezenas de cidades do estado de Minas Gerais tanto na capital quanto no interior. Os presos políticos de Diamantina, acusados de crime político, foram indiciados no IPM nº 111 e detidos para averiguação pelos militares do 3º BI, ficando inicialmente presos no quartel desta Unidade, em seguida no DVS, e, por fim, na Colônia Penal Magalhães Pinto. Dentre eles, Carlos de Freitas Andrade ficou mais tempo no cárcere, 52 dias, seguido por Cesário Matias de Almeida, 45 dias, e por Lahyre Moreira da Silva, 38 dias. Apesar de alguns presos políticos de Diamantina terem sido denunciados pelo ministério público, eles foram absolvidos das acusações pela Justiça Militar, aproximadamente, cinco anos depois.

---

<sup>250</sup> APM - Acervo DOPS/MG, Pasta 0054, p. 6.

## 5 CONCLUSÃO

Concluimos que os anticomunistas em Diamantina tiveram um papel preponderante na política local, sobretudo na primeira metade da década de 1960. Destaca-se que neste período, eles promoveram a derrubada do presidente da República, assim como fomentaram a repressão policial desencadeada pelo golpe de 1964 contra seus adversários políticos.

Como vimos, esses indivíduos estavam inseridos nos círculos conservadores e católicos da cidade. Eles ocupavam cargos de relevância dentro da política, da igreja, da polícia, da imprensa, entre outros. O anticomunismo local foi reforçado com a chegada de Geraldo de Proença Sigaud, em abril de 1961, para chefiar a Arquidiocese de Diamantina. A posse do novo arcebispo foi marcada pela presença de bispos comprometidos com a cruzada anticomunista, como Antônio de Castro Mayer. Não menos importante foi o comparecimento de Plínio Corrêa de Oliveira, fundador da TFP.

Nessa época, o território desta província eclesiástica era vasto, abrangendo parte central e do norte do estado mineiro, contemplando um montante de 34 municípios. Diamantina era predominantemente católica, configurando-se como centro religioso da região, até mesmo por ser sede da Arquidiocese, abrigando o Palácio Arquiepiscopal assim como a Catedral Metropolitana. A influência do clero no pensamento político dos fiéis se dava através de diferentes formas ao longo dos anos.

Proença Sigaud em sua carta pastoral, publicada em 1962, dedicou um capítulo para tratar de forma mais específica sobre as medidas práticas de combate ao comunismo a serem institucionalizadas pela circunscrição eclesiástica sob sua administração. Elas buscavam apresentar o comunismo, considerado uma seita, como algo abominável e atacar o modelo filosófico, político, social e econômico adotado pelos países ditos da “cortina de ferro”. Além disso, delineava-se sobre ações contra o partido comunista, bem como a importância do clero para a luta de caráter doutrinário. Neste último ponto, Sigaud salientou o papel fundamental do magistério eclesiástico para a grande batalha contra o comunismo que deveria ser travada, principalmente, através da pregação no púlpito e no confessionário. Após o golpe de 1964, o arcebispo utilizou de seu episcopado e de sua influência na política local para afrontar e expulsar os padres lazaristas que administravam o Seminário Sagrado Coração de Jesus desde finais do século XIX.

A imprensa católica em Diamantina, sob gerência do cônego Walter de Almeida, compartilhava dos mesmos princípios que Proença Sigaud. Em muitas edições o jornal *Voz de Diamantina* assim como a *Estrela Polar* publicaram matérias contra o comunismo e seus

adeptos. Era frequente também ataques ao governo do presidente João Goulart. Com o advento do golpe de 1964, nas edições seguintes a ruptura democrática, esses jornais buscaram legitimar o que havia acontecido realizando saudações aos articuladores e executores do golpe, espalhando notícias falsas e incentivando a repressão contra seus adversários políticos.

Constatou-se também que o 3º BI, tornou-se uma “ilha de conspiração” contra o governo de João Goulart. A partir de um discurso anticomunista, as cerimônias de aniversários da Unidade serviram de propagação do movimento conspiracionista entre os militares. Destaca-se que com a chegada de João José de Almeida para comandar o 3º BI, em 1962, o perfil anticomunista da Unidade foi revigorado. Diante da operação militar golpista, iniciada em 31 de março de 1964, o comandante da Unidade destacou suas tropas contra o governo federal, participando o 3º BI ativamente da derrubada do presidente da República. Assim que os soldados retornam a Diamantina, eles foram recebidos com grande receptividade por parcelas da sociedade, sobretudo pelo clero. A imprensa católica local chegou a considerar o 3º BI e seu comandante como grandes prestadores de serviços à nação.

Outro importante reduto do anticomunismo local estava inserido na política diamantinense que era dominada por conservadores. Salienta-se que o prefeito da cidade à época do golpe de 1964, Geraldo Edson Nascimento (PSD), participava de um grupo de articuladores do golpe que se reuniam na residência do industrial Alexandre Mascarenhas em uma cidade próxima à Diamantina, chamada Gouveia. Na sua ausência, por conta de uma licença médica, em janeiro de 1964, compareceu em seu lugar o vice-prefeito, João Antunes de Oliveira. Após o golpe de 1964, Geraldo Edson Nascimento junto a Proença Sigaud organizaram uma caravana de Diamantina para Curvelo onde participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Na ocasião, os manifestantes saudaram os militares golpistas e o primeiro presidente do regime ditatorial que se instalou no país.

O último aspecto do anticomunismo em Diamantina abordado neste estudo se trata dos informantes intermediários que agiram em conluio com os órgãos de repressão para combater a militância comunista desta cidade. Salienta-se que Maria da Mata Machado e Dr. Alcides, membros da cruzada anticomunista, em finais de 1963, delataram para um agente do DOPS informações a respeito da atividade comunista local. Na ocasião, o Agente Y procurou saber o nome, o endereço e o local de trabalho de todos os comunistas do município. Depois disso, ele foi em alguns lugares e procurou outras pessoas para serem entrevistadas. Destaca-se que o policial seguiu um dos investigados pelas ruas. Em outros momentos ele registrou com sua máquina fotográfica onde alguns delatados residiam, e, supostamente, encontravam-se para realizar “reuniões secretas”.

Toda essa força anticomunista e direitista em Diamantina pode ser observada no resultado do plebiscito de janeiro de 1963, o qual o clero local fez uma intensa campanha pelo “não”. O plebiscito levou para consulta popular a manutenção ou não do regime parlamentarista que vigorava no sistema político brasileiro desde a renúncia de Jânio Quadros, através da ementa constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961. As esquerdas em todo o país apoiaram a manutenção do regime parlamentarista para o presidencialista, enquanto a direita mais radical optou pela continuação do regime parlamentarista. O número de votantes no “não” em Diamantina foi cinco vezes maior do que o número de votantes no “sim”. Apesar do resultado local, o sistema parlamentarista foi revogado e João Goulart pode assumir a presidência da República. A partir daí, o anticomunismo reascendeu em todo o país acompanhado de diversos grupos de conspiracionistas.

Diante deste cenário político, os combatentes anticomunistas em Diamantina fomentaram a derrubada do presidente João Goulart e a repressão contra seus adversários políticos nos dias seguintes ao golpe de 1964. Na ocasião, 19 pessoas desta cidade sofreram uma dura perseguição quando foram detidas de forma ilegal e encaminhadas aos locais de repressão. Vale ressaltar, que nem todos os presos políticos de Diamantina eram comunistas, principal justificativa da repressão, ou militantes de esquerda, assim como foi o caso de José Alves Prado Júnior. Contudo, devido às denúncias, acusando-o de ser amigo e trabalhar no mesmo ambiente que alguns deles, no DCT, foi detido como “comunista convicto” e encaminhado aos locais de repressão.

As arbitrariedades começaram com as buscas e apreensões, as prisões ilegais, e, posteriormente, com o encaminhamento dos presos políticos diamantinenses para os locais de repressão. Toda essa ação foi executada pelos militares do 3º BI sob o comando de João José de Almeida, no dia 20 de abril de 1964. As vítimas da repressão foram abordadas no lugar onde se encontravam, algumas estavam em casa, outros no serviço ou no espaço de lazer. Os presos políticos foram forçados a subir na caçamba de um caminhão da polícia e expostos pelas ruas da cidade como “troféus de guerra”. Eles foram levados, inicialmente, para uma base improvisada no centro da cidade e depois para o quartel do 3º BI, primeiro dos três locais de repressão que atravessaram desde suas prisões arbitrárias.

A repressão envolvendo as prisões ilegais foi descrita como “uma coisa horrível” por uma das testemunhas, o então vice-prefeito de Diamantina, João Antunes de Oliveira que presenciou uma das vítimas ainda de pijama sendo levada pelas ruas da cidade em um caminhão da polícia. Já o presidente da Associação Comercial, Soter Pádua, relatou no IPM nº 111 que as detenções executadas de forma tão espetacular poderiam ter sido feitas até por telefone, uma

vez que os implicados eram pessoas pacíficas, chefes de família, e residentes no município há vários anos.

No quartel do 3º BI, os presos políticos ficaram por cerca de três dias. Em seguida, a maioria deles foram levados do quartel para o DOPS/DVS, em Belo Horizonte, onde permaneceram por mais dois dias. No dia 24 de abril, 12 deles foram transportados do DVS para o presídio em Ribeirão das Neves, para a Colônia Penal Magalhães Pinto, onde se encontravam cerca de 224 presos políticos de todo o estado de Minas Gerais detidos pela repressão desencadeada pelo golpe de 1964. Aos poucos, os diamantinenses foram recebendo suas liberdades provisórias. Aqueles em que recaiam as acusações/denúncias mais graves permaneceram mais tempo encarcerados.

O exame dos relatórios do IPM nº 111 permitiu diagnosticar que as arbitrariedades cometidas contra os presos políticos desta cidade foram justificadas a partir de um discurso anticomunista que predominava sobre a polícia política mineira. Nesse sentido, cabe destacar que desde os primeiros anos da Guerra Fria, criou-se um imaginário nos órgãos de repressão da polícia política brasileira em que toda a esquerda era considerada comunista e que todo comunista era subversivo, o inimigo interno.

Em poder dos presos políticos diamantinenses não foi encontrado nenhuma prova que pudesse evidenciar a ação subversiva e desagregadora deles. Contudo, a autoridade responsável pelo caso buscou incriminá-los, estigmatizando-os de “comunistas convictos” e definindo-os com adjetivos ofensivos como “perigosos”, “violentos”, “imorais” etc. Sem provas que pudessem justificar as prisões ilegais, criou-se um discurso sobre “reuniões secretas” que seriam realizadas na residência de Carlos de Freitas Andrade, no Beco dos Berens, e em outros espaços, para fins subversivos.

Outra questão que fica nítida nos relatórios do IPM nº 111 é a tentativa de responsabilizar de forma mais contundente três presos políticos: Lahyre Moreira da Silva, Carlos de Freitas Andrade e Cesário Matias de Almeida. Por isso, eles permaneceram mais tempo nos locais de repressão. Contudo, Carlos de Freitas Andrade não foi denunciado pelo Ministério Público Militar, assim como seus colegas, que, posteriormente, em 1969, seriam absolvidos, por unanimidade de votos, pelo Conselho Permanente de Justiça para o Exército.

Apesar de ser uma minoria, o grupo comunista em Diamantina atuou por vários anos em uma “terceira margem” da política local, representando uma geração de esquerda dentro de uma sociedade dominada por grupos de direita, em que uma grande parte era anticomunista.

Os documentos analisados demonstraram o papel relevante que Lahyre Moreira da Silva, Carlos de Freitas Andrade e outros militantes tiveram na manutenção do comunismo local durante muitos anos.

No final da década de 1930, nota-se a manifestação comunista em Diamantina em torno da Loja Maçônica Atalaia do Norte, que foi interdita e se manteve fechada de 1937 até 1939 pelo Estado Novo. Na década de 1940, os militantes comunistas em Diamantina fundaram a Célula 3 de Janeiro, além do Comitê Municipal de Diamantina do PCB, funcionando este último entre 1945 e 1947. Diante de um cenário político adverso, em grande parte da década de 1950, os comunistas locais agiram na clandestinidade influenciados por um ideal revolucionário. Ao lado disso, ocorreu o aumento da repressão policial e do controle social sobre suas atividades. A partir de 1958, eles adotaram uma linha política reformista, assim como a ala hegemônica do PCB, liderada por Luís Carlos Prestes. No início da década de 1960, eles fundaram o Núcleo Nacionalista de Diamantina, em que a finalidade era apoiar as causas relacionadas ao PCB, mas também ao presidente João Goulart e outras.

Em consequência da repressão desencadeada pelo golpe de 1964, o grupo comunista que vinha atuando na política diamantinense desde a década de 1930, na prática, deixou de existir. Apesar desta situação ter sido a mais grave, os documentos analisados demonstraram que a repressão política às suas atividades ao longo dos anos, nutrida por um forte senso anticomunista, foi constante.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do caminho. **Revista de Antropofagia**. São Paulo, Ano 1 – nº 3, julho de 1928, p. 1.
- ANGELI, Douglas Souza; COSTA, Rafael Navarro. A Lei Agamenon e as eleições de 1945: um retrato político-partidário e eleitoral com o fim do Estado Novo. **Antíteses**, Londrina, v.15, n. 29, p. 336-365, jan-jul. 2022.
- ANTUNES, Américo; ANTUNES, Carolina (orgs). **João Antunes: vozes e visões**. Diamantina: TERRAZUL, 2009.
- ARIAS, Santiane. Astrogildo Pereira e a Revista Estudos Sociais. **Novos Rumos**, Ano 20, nº 44, 2005.
- ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA. **Fé, história e missão**. Diamantina: Gráfica Santuário, 2017/2018.
- ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- BARBOSA, Júlia Lettícia Camargos. **Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2012.
- BAUER, Caroline Silveira; RENÉ, E. Gertz. Arquivos de regime repressivos: fontes sensíveis da história recente. *In*: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. Editora Contexto, 2009. p. 173-193.
- BERTOLINO, Farley da Conceição. O golpe civil militar e a Universidade de Minas Gerais: repressão e resistência estudantil. **Temporalidades** - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. V. 5, n. 3 (set./dez. 2013) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2013. p. 56-80.
- BLAY, Eva Alterman. Inquisição, Inquisições: aspecto da participação dos judeus na vida sócio-política brasileira nos anos 30. **Tempo social**; Rev. Social. USP, S. Paulo, 1(1): 105-130, 1.sem. 1989.
- BRAGA, Sérgio Soares. **Luiz Carlos Prestes: o constituinte, o senador (1946-1948)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). Brasília: CNV, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Brasília: CNV, 2014.

BRITO, Leonardo. “O Semanário” – um jornal que vale por um livro – um estudo de caso sobre a imprensa nacionalista no Brasil (1956-1964). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

BUONICORE, Augusto César. **Estado Novo: repressão e resistência comunista**, 2014. Disponível em: [http://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/2014\\_Estado-Novo\\_Repressao-e-a-resistencia-comunista.pdf](http://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/2014_Estado-Novo_Repressao-e-a-resistencia-comunista.pdf). Acesso em: 3 dez. 2021.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a literatura anticomunista no Brasil. **Revista del CESLA**, Varsóvia, No. 18, 2015. p. 67-87.

\_\_\_\_\_. Um bispo no Concílio Vaticano II. Dom Geraldo de Proença Sigaud e o *Coetus Internationalis Patrum*. **Revista Eclesiástica Brasileira**, 71(282), 390-418, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.29386/reb.v71i282.1033>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CALDEIRA NETO, Odilon. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, out./dez. 2013, p. 44-56.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Rio de Janeiro, Guanabara, 9 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Ato do Comando Supremo da Revolução nº 1, de 10 de abril de 1964**. Rio de Janeiro, Guanabara, 10 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-1-10-abril-1964-364826-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 1 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Ato do Comando Supremo da Revolução nº 2, de 10 de abril de 1964**. Rio de Janeiro, Guanabara, 10 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-2-10-abril-1964-364821-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 23 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Ato do Comando Supremo da Revolução nº 3, de 11 de abril de 1964**. Rio de Janeiro, Guanabara, 11 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-3-11-abril-1964-364796-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 23 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Ato do Comando Supremo da Revolução nº 4, de 13 de abril de 1964**. Rio de Janeiro, Guanabara, 13 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-4-13-abril-1964-364800-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em 23 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Ato do Comando Supremo da Revolução nº 5, de 13 de abril de 1964**. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-5-13-abril-1964-364803-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 23 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Ato do Comando Supremo da Revolução nº 6, de 13 abril de 1964**. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1964. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-6-13-abril-1964-364805-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 23 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Ato do Comando Supremo da Revolução nº 7, de 13 de abril de 1964**. Rio de Janeiro, Guanabara, 13 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-7-13-abril-1964-364806-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 19 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Ato do Comando Supremo da Revolução, Portaria nº 1, de 14 de abril de 1964**. Rio de Janeiro, Guanabara, 14 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/portar/1960-1969/portaria-1-14-abril-1964-378840-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 23 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9, de 14 de abril de 1964**. Rio de Janeiro, Guanabara, 14 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-9-14-abril-1964-449393-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 23 dez. 2021.

CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1922-1943)**. (Vol. 1). São Paulo: DIFEL, 1982.

\_\_\_\_\_. **O P.C.B. (1943 a 1964)**. (Vol. 2). São Paulo: DIFEL, 1982.

\_\_\_\_\_. **O P.C.B. (1964 a 1982)**. (Vol. 3). São Paulo: DIFEL, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

\_\_\_\_\_. **A República Nova (1930-1937)**. 1º ed. São Paulo: DIFEL, 1974.

CARVALHO, William Almeida de. “Pequena história da maçonaria no Brasil”. **REHMLAC** ISSN 1659-4223 Vol, 2, nº 1, Mayo-Noviembre, 2010.

CAVALCANTE, Berenice. **Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro - Universidade Federal Fluminense/EDUFF, 1986.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Liga da Emancipação Nacional. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-da-emancipacao-nacional-len>. Acesso em: 5 dez. 2021.

CIMA, Raphael Martins. A estátua de JK: um monumento comemorativo no centro de Diamantina. **Temporalidades** – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 36, v. 13, n. 2 (Jul./Dez. 2021), p. 455-482, 2022.

CORDEIRO, Janaina Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **rev. hist**, São Paulo, n.180, a01720, 2021.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. **Maçonaria e antimacônica: uma análise da “História secreta do Brasil” de Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CZAJKA, Rodrigo. Esses chamados intelectuais de esquerda: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 219-242, jan./jun. 2015.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. *Estudos avançados* 28 (80), 2014, p. 59-74.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart** - uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **Prisioneiros do mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro, EdUFF, 2002.

\_\_\_\_\_. Novos Rumos: jornal do Partido Comunista Brasileiro. *Locus*: revista de história, Juiz de Fora, v.19, n. 02, p. 205-224, 2013.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. recurso digital: il.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Emancipação. *In*: Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/emancipacao>. Acesso em: 24 de ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Imprensa Popular. *In*: Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular>. Acesso em: 29 de ago. 2022.

\_\_\_\_\_. O Semanário. *In*: Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/semanario-o>. Acesso em: 5 mai. 2023.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. **Por uma vanguarda revolucionária**: estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

\_\_\_\_\_. A estrutura orgânica do PCB em Minas Gerais e sua articulação junto ao Movimento Operário 1930 a 1950. **Anais XIX encontro regional de História**. Profissão historiador. Formação e mercado de trabalho. Juiz de Fora, 28 a 31 de julho de 2014.

FURTADO, Juliano Meira. **A atividade de inteligência em Minas Gerais no raiar do século XXI**: propostas de integração, disputas corporativas e busca por legitimidade (2000-2007). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GOHL, Jefferson William. **O real e o imaginário**: a experiência da maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória - 1936 a 1950. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **K.** - Relato de uma busca. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MARTINS, M. L. “Quem é rei nunca perde a majestade”? JK na política de Diamantina no período 1934-1970. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 18, n. 41, p. 130–162, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/9456>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MELO, Demiam Bezerra de. **Plebiscito de 1963**: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MEZZARROBA, Orides. Plano Cohen: a consolidação do anticomunismo no Brasil. **Revista Sequência**, n. 24, set. 1992. p. 92-101.

MINAS GERAIS, Governo do Estado. **Comissão da Verdade em Minas Gerais** [recurso eletrônico]: Relatório / Governo do Estado. Belo Horizonte: COVEMG, 2017.

MISSIATO, Victor Augusto Ramos. Estratégias democráticas na trajetória do comunismo brasileiro (1955-1979): a formação do pbcismo contemporâneo. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 12, n. 25, p. 57 - 70, jan./abr. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, [S. l.], n. 138, p. 93-105, 1998.

MOURÃO FILHO, General Olympio. **Memórias**: a verdade de um revolucionário. 6º edição. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

MUSSI, Fernanda Gallinari Sathler. **Conservadorismo e política**: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1964-1977). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

NASCIMENTO, Márcio Santos. **O Partido Comunista Brasileiro e o Governo de João Goulart (1961-1964)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

NASSER, David. **Falta alguém em Nuremberg**: torturas da polícia de Filinto Strubling Müller. 4º edição. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

NEVES, Lucília de Almeida. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**. Volume 14, n. 27. p. 61-71.

OLIVEIRA, Michelle Mattar Pereira. **Seminário Sagrado Coração de Jesus: os padres Lazaristas e a formação religiosa em Diamantina, 1950-1964**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Revolução e contra-revolução**. Edição comemorativa do cinquentenário da publicação. Artpress Indústria Gráfica e Editora Ltda, 2009.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PATRÍCIO, Maria Cristina. O Ato Institucional número 1º como a possível constituição de 1964. v. 8 n. 1 (2018): **Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica da UNI7**, 2019.

PEREIRA, Raquel Aparecida. **Bandeiras vermelhas nas ruas da cidade! Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol. 30, no 62, p. 721-740, setembro-dezembro 2017.

PICINATTO, Thalisson Luiz Valduga. “Tradição, Família e Propriedade”: contra-revolução, ultramontanismo e anticomunismo nos escritos de Plínio Corrêa de Oliveira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

PIMENTEL, Guilherme Costa. **O sonho vigiado: comunistas de Montes Claros e a vigilância-repressão às suas atividades**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2015.

POMAR, Valter. **Comunistas do Brasil: interpretações sobre a cisão de 1962**. São Paulo: Editora Página 13, 2021.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. [tradução Ricardo Santhiago] – São Paulo, Letra e Voz, 2016.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. 1º ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. **Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. 1946: a bancada comunista e a política do PCB. **Blog da Boitempo**, 19 de setembro de 2021. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta2/27850/1946-a-bancada-comunista-e-a-politica-do-pcb/>. Acesso em: 14 out. 2021.

PRIORI, Angelo; BRUNELO, Leandro. Delatores e práticas de delação no limiar da Ditadura Militar do Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0201, jan./abr. 2021.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REZENDE, Renato Arruda de. **1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei**: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIGHI, Graziane Ortiz. Grupo dos 11: a tentativa de resistência. **Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, Santa Catarina.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins (orgs). **Por uma revisão crítica**: ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Saggá editora e comunicação, 2021.

SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. **Tempos de Diamantina**. Pedra Azul: Ed. do autor, 2016.

SANTOS, Diego dos. A emenda parlamentarista e o plebiscito de 1963 nas páginas do jornal *Gazeta do Sul* (1961-1963). **Semina** - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF –ISSN 1677-1001V. 19, N.2, p. 117-140, Mai/Ago 2020.

SIGAUD, Geraldo de Proença. **Catecismo anticomunista**. 1º edição. Belo Horizonte: Edições Cristo Rei, 2018.

\_\_\_\_\_. **Carta Pastoral sobre a seita comunista**: seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente. 2º ed. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1963.

SILVA, Idalice Ribeiro. **“Flores do mal” na cidade jardim**: comunismo e anticomunismo em Uberlândia: 1945-1954. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA, Kamila Nunes da. **A Estrela Polar e a ditadura civil-militar**: um estudo sobre a formação do consenso através do discurso anticomunista da Arquidiocese de Diamantina, Minas Gerais (1931-1972). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

SILVA, Marco Antônio Pedra da. A primeira encenação da peça Ponto de Partida. **ESTUDOS | A MARGem**, Uberlândia, v. 18, n.2, 2021.

SILVEIRA, Eder da Silva. Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, jul. 2013.

SILVEIRA, Marco Antônio; MAIA, Marta Regina; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Camilla Cristina (orgs). **Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região**. 1ª edição. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018.

SKIDMORE, Thomas. **O Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

TRIGUEIRO, Osvaldo. Assembleia Nacional Constituinte de 1946. *In*: Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1946>. Acesso em: 24 ago. 2022.

VIEIRA, Fábio Antunes. **De policiais a combatentes: a PM de Minas e a identificação com a DSN em meados do século XX**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) -Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2007.

ZAIDAN FILHO, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ZICO, José Tobias. **Congregação da Missão no Brasil: resumo histórico (1820-2000)**. Belo Horizonte: Lithera Maciel Editora Gráfica Ltda., 2000.

## APÊNDICE A - Entrevista 1

**Manoel de Aguiar Araújo**

**Data: 02/02/2019**

**Quando você foi preso pela repressão em 1964, qual era sua profissão?**

**Manoel Araújo** - Quando fui preso em 1964 minha profissão era milico. Milico é a gíria para soldado raso. Eu cheguei a ficar até 67, dei baixa em fevereiro, requiri baixa, porque eu estava sendo perseguido e eu poderia ser expulso. Entrei para a polícia em agosto de 1959 a convite do Walter da Costa Coelho que era então major ou capitão, não sei. Ele era irmão de Geraldo da Costa Coelho. Como o batalhão era desfalcado e precisava de recursos humanos, não precisava de curso de nada para ingressar, eu tinha o ginásio, então eles pegavam “a laço”. Não tinha outra saída, aqui era DER, Central do Brasil ou Correio, instituições federais e estaduais, eu não tinha opção. Aceitei, fazer o quê? Lá eu tinha o salário do Estado, aí entrei. Isso aí foi motivo da minha prisão, pra saber quem me colocou lá. E por que eles omitiram? Para não comprometer o Costa Coelho, que era irmão do Geraldo que era delegado do DOPS. Há ainda muita coisa em segredo de Estado. Em 1963 fui destacado para a cidade de Baldim, pela primeira vez eu era garçom, trabalhava no refeitório, trabalhava como aprisionador e auxiliar de aprisionador para fazer compras, carne. Comprar as coisas, porque o batalhão tinha que se manter. De 62 para 63, o capitão da companhia do G2, do serviço administrativo, me designou para ser destacado, dizendo que eu não era soldado para ficar na sede não.

Quando eclodiu a “revolução”, o batalhão recolheu todos os destacamentos para a Unidade. Eu fiquei à disposição, aguardando a ordem de embarque. Consta que Geraldo, e mais um outro sargento, que no caso da “revolução”, disse que se eu desertasse, eles me matariam. João José de Almeida era comandante na época da “revolução”. Ele fez uma relação, um boletim interno do batalhão e me colocou como réu. Me discriminou como comunista, que eu era seduzido pelos comunistas da cidade. Eu já estava na mira deles, por que eu fui audacioso. Coisa que vinha do Comitê Central do Partido Comunista, a gente pegava e soltava lá. Na época, o Partido Comunista era clandestino, eles toleravam, só que a gente ficou preso com isso, por causa dos informantes. Quando eu fui a Brasília, a gente passou foi fome na jornada, aí é que consta, que se eu desertasse eles tinham ordem de me matar. Era tido como elemento perigoso.

**Como se deu seu envolvimento na política?**

**Manoel Araújo** - Quando eu tinha 14/15 anos eu lembro que estudava no Grupo Escolar Joaquim Felício, então era aquele negócio de Luís Carlos Prestes, ilusão de menino querendo colocar o nome de guerra da gente de Prestista. Eu não tinha emprego certo, filho de mãe sem marido, vendia biscoito na padaria, era auxiliar de padaria, trabalhava interno e externo, vendendo pão, na padaria do Francisco Pires e depois na dos Medeiros. Antes de entrar para a polícia eu era padeiro, não era padeiro profissional que faz a massa.

Conversava muito com Carlos, dele vinham as coisas que eram do Comitê Central. Carlos de Andrade era intelectual que tinha vindo da marinha do Loide, do Rio de Janeiro. Então ele era intelectual e ele era garimpeiro, a vida toda ele foi garimpeiro. Ele é de Couto Magalhães e mudou para aqui. Naquele período tinha *Jornal do Povo*, *Voz Operária*. Carlos era o principal representante do PC em Diamantina, inclusive ele ia no congresso do PCB até de avião. O partido financiava. Ele tocava violão, cavaquinho, pandeiro, ele era popular. Tanto é que o pessoal da banda da polícia militar ia na casa dele. Aí ele teve reumatismo infeccioso. Ele falou que tomou injeção 914 e ele era alérgico e não podia, aí ficou aleijado. O 914 era para curar o reumatismo, só que ele não podia tomar, garimpeiro desgasta né.

Através dele fui vender *Jornal do Povo* e *Voz Operária*. Eu ganhava comissão, o Partido precisava divulgar, aquelas greves de Nova Lima... tanto é que um capitão, onde hoje é a Casa do Fazendeiro, ali era a borracharia do capitão Gomes. Esse homem chegou a apreender meu jornal e me fazer chantagem que ia me prender. E nós, através do sindicato imobiliário e da construção civil, que custou a adquirir a carta, através do sindicato tinha Cassimiro Alcântara, ele era comunista mesmo, tinha outro irmão, Alcântara. Ele quando foi depor disse, ele falava abertamente: “sou comunista mesmo”!

### **A célula comunista em Diamantina era organizada?**

**Manoel Araújo** - Organizada assim, sempre com sigilo. Na época, o cônego Walter de Almeida era auxiliar do arcebispo e capitão capelão do Batalhão. Antes disso, eu fui sacristão da Igreja da Santa Casa em Belo Horizonte, também fui sacristão no hospital São Vicente. Esse cônego Walter de Almeida, ele e a mitra faziam maior anticomunismo. E o partido comunista incentivava a gente a fazer pichação, tanto é que naquela Rua da Glória até a São Vicente de Paula, moço, nós pichávamos, essa cidade caía no pau, “nossa os comunistas”! Diziam eles. Através daquele pichamento nós ficamos queimados. Tudo que aprendi foi na escola do “Pcbão”. Elisa, lá de São Paulo, do sindicato dos tecelões, ela se projetou nacionalmente como figura empolgada: “soldados nossos filhos não irão para a Coreia”.

Quem é o PCdoB, tudo que eu aprendi sobre o comunismo foi na escola do “Pcbão”. A gente fala empolgado, mas hoje o PCdoB não faz nem um décimo do que a gente fazia.

### **Você se lembra do Núcleo Nacionalista de Diamantina?**

**Manoel Araújo** - Pode ser que tenha existido, na época eu estava destacado e não tinha comunicação com eles não, porque o próprio Carlos Andrade me pediu para não participar de reuniões, para o meu bem, para minha própria segurança, eu não vou insistir né.

### **E sobre o grupo dos 11 de Diamantina?**

**Manoel Araújo** - Era o subtenente Borges. Zazá também estava nesse grupo dos 11. Depois do golpe eles foram perseguidos, como o subtenente Borges era militar, colocaram pano quente. Eu fui saber o que é grupo dos 11 tem pouco tempo.

Aquele advogado, Hermê, contava com maior ódio que eles invadiram a casa dele: “é comunista pó”! Aquele barbeiro, ele falava zombando que foi preso e amarrado igual a um porco.

### **Como foi o cotidiano envolvendo sua prisão ilegal?**

**Manoel Araújo** - Eles acharam uma fotografia minha da escola de recruta passado a pronto na casa de Carlos Andrade, foi um dos motivos da minha prisão, um dos motivos. Eles foram na casa de Carlos Andrade e o prenderam, na época, depois que fiquei sabendo, dizem que o Zé Andrade ajudou Carlos Andrade a rasgar tudo quanto é documento de pessoas que tinham relação, para queimar tudo. Meu irmão, que trabalhava no DER, ficou apavorado.

Indo a Brasília, quando estávamos numa determinada divisa de Minas, lá do Rio de Janeiro, eles disseram que não precisava mais ir, a “revolução” estava dominada. Aí seguimos para Brasília de ônibus. O batalhão daqui se uniu com o de Montes Claros, não sei se o de Governador Valadares estava incluído, só sei que foi primeiro escalão. Fomos designados em primeiro escalão, para entrar em combate.

Eu fui a Brasília cadastrado já como comunista, quando eu voltei o subtenente Zé de Oliveira Décimo, que estava de auxiliar, disse: “quem é Manoel de Aguiar? Me dá armas aqui”. Eu entreguei a arma com munição, soquete, mochila de munição e tudo. Depois consta no documento que eu sumi com o fuzil, que eu sumi com o soquete... Aí eles me chamaram lá no coreto, no momento que fui preso. Você sabe o coreto lá em cima da sentinela, no batalhão, pois é, naquele coreto ali estava Costinha, Gabriel Pereira Neto, Vicente de Paula Gomes e o

próprio Geraldo da Costa Coelho. O Almeida, acho que tinha ido para Belo Horizonte, para o Estado-Maior, na época Jair Faria tinha assumido o batalhão. Lá eles começaram a me provocar, eu respondia na batata as provocações deles, até que tomei um tapa no rosto, e o quê, o que eu podia fazer? Nada. Porque se eu fizesse qualquer reação eles me jogavam lá de cima, é o que eles falaram comigo. Passei por três IPMs. Fiquei detido no quartel mesmo, e eles mandaram gente do DOPS para ir lá me interrogar, só podia ser. Geraldo da Costa Coelho era delegado do DOPS.

O que se passou comigo lá no Batalhão foi coisa deprimente, dormia no chão, preso incomunicável. Chegou um soldado de Gouveia, queria falar comigo. Eles disseram: “se você falar com Manoel você vai preso também”. Fiquei sabendo que minha mãe sofreu muito constrangimento, levava café com leite pra mim. Depois fiquei sabendo, que eles esperavam minha mãe sair e dizia: “comunista não bebe café com leite.” Jogava lá no jardim, bolo com pão, isso eu preso incomunicável. Se os caras que foram em Neves não sofreram tanto assim, eu sofri muito mais, porque eu era milico, servidor do Estado.

Agora, seu Luiz Durães estava com uma úlcera nervosa de contrariedade, eles queriam que ele fosse responder inquérito, seu João Antunes protegeu ele. Queriam mandar ele pra Neves, João Antunes disse:

— Ele não vai, está sob acompanhamento médico.

Além disso, ele sofreu com a perda da indústria de joias e com a perseguição da sua família. Sofriam chacotas que eram comunistas, minha terra né flor que se cheira não.

### **Qual foi o maior elemento repressor em Diamantina na época?**

**Manoel Araújo** - Foi o setor conservador da mitra, mas tinha outros. Inclusive o Hermê, na época, falava que esse Lomelino Ramos Couto falou para ele que comunista tinha que apanhar de chicote, e falou comigo pra não comentar isso não. A família Couto, os Almeida. Os Almeida eram três irmãos, eles eram representantes do jornal, de um jornal nacional, não sei se era Estado de Minas. Ali onde é a livraria *Espaço B*, ele era correspondente desse jornal. O Joaquim. Os Botelho, principalmente, o próprio Gustavo, que foi prefeito aqui, ele atuava “dedando” as pessoas. Essas eram as famílias conservadoras de Diamantina. Olímpio, que foi tenente-dentista do Batalhão. Os Pereira. Eles tinham uma notícia qualquer e aleatoriamente eles condenavam as pessoas, a gente ficou tão queimado, eu suponho que seja isso. Quando na realidade foram apurar nós tínhamos apenas um ponto de vista diferente, não era uma célula combatente.

De 64 até o final do ano de 65 fiquei à disposição do Estado para averiguação. Como não tinha mais nada no meu nome que compromettesse a polícia militar eles me liberaram. Não podia me expulsar, me liberou pra destacar. Fui destacado para Capelinha, depois removido para Presidente Juscelino, depois para Corinto. Lá em Corinto comecei a ler os livros socialistas, o pessoal de lá me “dedou”. Tinha um delgado lá em Corinto, tinha o apelido de Risadinha, porque batia nos presos com instinto perverso. Então em Corinto, o sargento, comandante do destacamento, Godinho ficava me provocando. Viram que eu estava interessado em um livro de cultura e política, me “dedaram”. Aí fui removido para Santana de Pirapama, não é o que você quer saber? Assim foi minha vida, de déu em déu. Eu acho que para todos os efeitos minha vida não prestou para mais nada, porque os empregos que arrumei foram só empregos barangas. Meu único meio de sobrevivência foi ser cobrador de firma em Belo Horizonte, ficava viajando.

Encontrei com Salomão Vieira, em 72, em Belo Horizonte, ele disse: você tem um boletim secreto que todos comandantes do destacamento têm sobre você. Você é vigiado. O que eu podia esperar da polícia militar? Podia fazer um curso de cabo, podia? Um CFS, podia? Tinha condições com essa barra pesada em cima de mim, uma perseguição contínua. Eles estavam colocando o pé em cima da minha cabeça. Para mim foi uma perseguição odiosa. Nem depois que eu dei baixa eu fiquei livre deles, onde eu morava meu endereço era acompanhado. Quando dei baixa, achei que tinha algum direito. Quando fui no batalhão, o Didi falou comigo que eu não podia entrar dentro do batalhão:

— Você é pessoa não grata.

Nem depois de dar baixa eu tive paz. Quando estava em BH fui ao CQG, tinha os informantes lá. Espedito já me conhecia e disse:

— Esse é de Diamantina, esse é vermelho.

Moço, não deu outra, aí o reformado falou:

— Você está preso, pode sair não.

Fiquei lá três horas, até que o major chegou e disse:

— Pode liberar o rapaz.

Liberar? Um sargento saiu de lá e me agrediu, se eu não fugisse dele psicologicamente ele quebrava minha clavícula, ele disse:

— Aqui oh, você é um comunista desgraçado, você é lá de São Pedro dos Ferros, você e fulano. Fazendo maior pressão psicológica até eu sair lá fora no pátio.

## APÊNDICE B - Entrevista 2

**José Alves Prado Júnior**

**Data: 07/06/2018**

**Nos anos 60, antes do golpe de 1964, você era considerado subversivo pela oposição?**

**José Prado** - Eu quero fazer você entender é o seguinte, a atuação, por exemplo, que quem queria reprimir a atuação dos ditos subversivos, porque subversivos na análise deles, porque na análise minha eu não me considerava subversivo porque eu não manipulava nenhuma ordem social. Inclusive, eu tinha uma opinião política, na época, completamente diferente até dos próprios ditos de esquerda. Eu não fiz parte do grupo dos 11 de Diamantina, porque era um grupo que eu, pelo o que observava, era muito, assim, sonhador. Porque formar um grupo de 11 pessoas sem ter uma estrutura para realmente combater a estrutura política da época... O grupo dos 11 em Diamantina era mais como se fosse um grupo de bate papo, grupo de estudo muito sonhador, fantasioso. Fazer uma quebra de uma estrutura social é preciso que haja revolução e revolução não se faz com palavras apenas. Revolução se faz com atuação armada, eu não via estrutura no momento.

**Quem participava do grupo dos 11 em Diamantina?**

**José Prado** - Era Cesário, era Lahyre, era Zanilo Moreira, era o Carlos e acho que tinha mais uns outros, mas eu discordava porque pra você fazer uma quebra de estrutura, inclusive, com a atuação da igreja contra era preciso que você tivesse estrutura, além de inteligência, uma estrutura poderosa, porque com poucos elementos você ia fazer como?

**Como eram os encontros na casa do Carlos?**

**José Prado** - Olha, eu não participava, eu tinha e tenho uma concepção completamente diferente. Você analisa, por exemplo, o partido comunista, é uma coisa muito séria, ser comunista, ao me ver, é mais sério e mais difícil do que ser cristão. Eles discutiam muito sobre o materialismo dialético e ventilavam sobre o capital de Marx, e essas coisas. Eu, na época, achava muito cansativo isto, se tinha que ler, tinha que discutir, tinha que ter uma atuação muito séria. Você vê, por exemplo, os jovens no Rio de Janeiro que sequestraram o embaixador, o MR8, eram pessoas realmente revolucionárias, que inclusive efetuaram assaltos em bancos para poderem arranjar dinheiro. Você vê que era uma atuação muito extremista. E eu não concordava

com certas coisas e então eu, na época, fui tido até pelos comunistas como elemento de desconfiança deles, mas é porque eu tinha uma noção diferente.

Carlos Andrade conversava muito lá na casa dele, quem ia lá, ele fazia uma espécie de doutrinação, distribuía jornal, tinha um cara até que foi preso, era até militar e o ajudava a distribuir jornal, um tal de Manoel. Foi preso e expulso da polícia.

### **Você articulava com os comunistas?**

**José Prado** - Não, como eu não concordava com essa atitude, como se fosse de se organizar pra guerrilha, então eu fiquei praticamente de fora, concordava com certas coisas, por exemplo, tinha que lutar pelo petróleo, tinha o jornal *Última Hora*, a reforma agrária que até hoje nós não conseguimos. Os norte-americanos praticamente fizeram a “revolução” aqui dentro do Brasil, canalizando dólares para aqui. O Ibadé, e, tinha revistas que manipulavam o povo, filmes, e a influência da igreja local de Diamantina foi muito forte nesse sentido.

### **Você lembra como era a atuação da igreja em Diamantina naquele tempo?**

**José Prado** - Eles pregavam e falavam, Geraldo de Proença Sigaud fez o catecismo anticomunista, foi distribuído pela igreja. Você vê que o seminário lazarista secular, e eram padres cultos, foi invadido e os livros foram requisitados pela cor da capa. É uma coisa, chega até a ser grotesco e ridículo, o arcebispo era desequilibrado, e certas pessoas o usavam para poderem ficar bem colocadas socialmente, para arranjam lugares de professores na faculdade, nos colégios, para desfrutarem como sempre houve. Era mais uma posição de determinados elementos para tirarem proveito.

### **Alguém chegou a ser preso no Seminário?**

**José Prado** - Preso não chegou, mas eles acabaram indo embora. Eles fecharam o Seminário mediante essa agressão, porque não deixou de ser uma agressão. A autorização da polícia para ir ao Seminário foi dada pelo Dom Sigaud. Eles entraram para fazer uma espécie de busca e apreensão de documentos. A coisa me pareceu, na época, tão desagradável que eu me recolhi aos bastidores.

### **De que forma a ditadura prejudicou sua vida?**

**José Prado** - Eu trabalhei muito tempo na sala de aparelhos telegráficos, tanto que no ano de 1970 fui fazer no Rio um curso de implantação de telex, passei na prova de seleção, achei até

que devido a minha suposta atuação com os elementos da época, que eles nem deixassem eu fazer esse curso, mas eu fiz. Acontece que quando voltei do Rio, eles me aposentaram compulsoriamente, fui aposentado compulsoriamente, federal. Mas eu tinha direito, por exemplo, a nível 21, que é nível técnico, e eles me aposentaram no início da carreira que é nível 12, como telegrafista, eu fiquei altamente prejudicado. Eles ficaram preocupados com minha pessoa porque não acharam nada a meu respeito, eles acharam que eu era o mais perigoso de todos, porque não acharam nada.

Mas, o que eu sinto que me prejudicou foi justamente psicologicamente a minha família. Eles invadiram minha casa, praticamente destruíram a casa. Era uma casa velha, subiram em cima do forro, o forro era aquelas tábuas sem qualidade, era para o lado da oitava residência. Meus meninos eram pequenos, então, prejudicou e muito! Fui aposentado compulsoriamente, tinha direito a nível técnico, fiz o curso, frequentei a escola no Rio de Janeiro, na Tijuca, e era uma escola muito renomada e reconhecida pelo Ministério da Educação. Aquilo me foi cortado tanto que voltei e abri um escritório de contabilidade, porque era formado em técnico em contabilidade. Lecionei uns tempos no Colégio Diamantinense.

Na época a gente sofria até preconceito, as pessoas falavam peripécias. Então, eles diziam sem nenhuma razão. Fichas sem nenhuma razão. Diziam que os comunistas iam estuprar as meninas, umas coisas grotescas sem ouvir a razão. Ia tomar a prefeitura, só se for com cabo de vassoura. Então, para te dizer com toda franqueza, me é até sacrifício falar nisso porque me causa... tem determinadas coisas que me causam nojo. Eu pelo menos depus três dias consecutivos, sem parar, no quartel.

### **Como foi o cotidiano envolvendo a sua prisão ilegal?**

**José Prado** - Voltando da pescaria fui preso e segui em cima do caminhão até a porta do correio, lá dispensaram o Titi e mais um outro, o Zé Colibri, e segui sozinho para o quartel. Fiquei três dias no quartel e fui para BH. Depus três dias, muita pressão psicológica, por exemplo, você não podia levantar nem para ir urinar, chegava a urinar na calça. Porque se tinha que depor, saía um entrava outro para te perguntar certas coisas, é um sistema... Fisicamente no quartel não sofri nenhuma agressão física, só psicológica que talvez seja mais prejudicial.

Do quartel fui para o DOPS, numa prisão no subsolo, úmida e escura com outras pessoas, inclusive o deputado estadual Dazinho estava lá. Nós ficamos uns dias lá no DOPS, depois

fomos transportados para prisão perto de Neves, na época se chamava Magalhães Pinto. Fiquei lá alguns dias. Depois, em Diamantina a gente era tratado como palha.

### **Como foi o seu cotidiano no presídio?**

**José Prado** - Na penitenciária tinha o sargento Pedro, na época, se tornou muito amigo meu e de muitos outros. Eu fiquei ajudando, varria os corredores, distribuía livros. Eu fiquei solto no presídio e depois vim embora.

O Carlos Andrade sofria de reumatismo infeccioso era praticamente entrevado e lá era só banho frio, nós ficamos na mesma penitenciária. Eu tinha contato com ele, de vez em quando ia lá conversar com ele, levar livros. Os presidiários que eram sentenciados que serviam a comida. Tem uma coisa que eu acho muito bonita. Os presidiários já cumprindo prisão em Neves vieram ajudar na cozinha da penitenciária que nós ficamos, eles esquentavam água numas “latonas” grandes que tinha lá pra gente dar banho no Carlos, porque ele era praticamente entrevado, muito deficiente. Se ele tomasse banho em água fria estava arriscado de morrer, porque ele não podia, então esses presidiários tinham muita coisa com ele. Eu achei isso muito interessante.

Tem um episódio que guardo comigo, muito bonito também. Tinha uns 500 e tantos presos políticos lá nesse presídio, e o sargento Pedro me chamou uma noite, eu estava deitado, para ajudá-lo a tirar um preso político que tinha tentado suicídio, tentou-se enforcar com a correia. Era um camponês de Três Marias, que nem sabia o nome do presidente do Brasil. E o cara que fazia limite com ele, com a glebazine de terra dele, era um fazendeiro que o denunciou para poder tomar sua terra. Ele tinha 11 filhos, e nós, e os presidiários, fizemos um movimento e arrecadamos dinheiro para dar esse sujeito. O tenente que era responsável, acho que era tenente Torres, responsável pelo presídio, tinha arranjado a dispensa dele e ele iria voltar para casa. Ele foi impedido de cometer suicídio e ficou uns 2 a 3 dias na enfermaria de Neves, porque machucou. E nós conseguimos um bom dinheiro e um dia o tenente mais o sargento reuniu a turma toda para entregar a esse presidiário o dinheiro que nós tínhamos cotizado entre os presos políticos. Foi uma cena muito comovente, ele ficou na parte mais alta, era um elemento muito simples, então, o tenente falou umas palavras e o sargento também, e o tenente falou com ele: — Olha, seus companheiros cotizaram uma importância e nós vamos te entregar, vai servir para você retornar para sua terra.

E o sargento falou com ele:

— Olha, se você quiser agradecer sua turma.

Eu lembro dele com a sacola com o dinheiro, olhando para a turma e as lágrimas desciam silenciosamente e ele não disse uma palavra, mas só a fisionomia dele, aquele semblante dele foi mais do que mil palavras, foi uma coisa que ficou registrada.

Era proibido jornal e revista, então circulava entre os presidiários os recortes de jornal com as notícias escondidas, não sei quem levava, passava de um para outro, então tinha isso. O interessante também, a comida não era lá essas coisas, mas a gente tinha tudo, lembro que um elemento ganhou um vidrinho de pimenta e como pimenta era, como se fosse ouro em pó lá, eu me lembro da turma pegando uma pimenta e dividindo em três, quatro partes.

O Carlos conversava muito com a turma toda, porque ele tinha muito conhecimento, lia muito, ele ficava preso na cela, mas ele saía amparado para tomar sol, sempre a gente o ajudava a ir no pátio, porque tinha horário para tomar sol. Mas coisa bonita que achei foi essa coisa da turma esquentar água para gente dar banho nele, achei uma atitude bonita, porque eles já eram presidiários já sentenciados, eram criminosos. Eles trabalhavam na cozinha, porque havia muitos presos políticos recém-chegados. Era comida pra muita gente, mais de 500 presos políticos. Então tinha o café da noite que o cara vinha com uma “panelona” com o chá e batendo nas grades, “olha o broxante!... olha o broxante”! Era brincadeira, então, se tinha que enfiar a caneca e ele enchia de chá e dava um pão.

### **Vocês recebiam visitas?**

**José Prado** - Teve uma turma que se organizou em BH, deram o nome de não sei o que diamantinense. Eles levavam biscoitos, doces, uma série de coisas de ajuda para os presos políticos. O que chefiava essa turma se chamava Antônio Morfeo, era daqui de Diamantina e tinha cartório em BH. Toda semana eles levavam alguma coisa, lata de linguiça, cobertores, pijamas. Deram muita assistência, conversavam, faziam visita, era uma turma de diamantinense atuantes, e a gente distribuía não só para os companheiros de Diamantina, mas para a turma em geral. Tinha muita gente de Governador Valadares que chegou no presídio que não tinha nem roupa direito e apanhado feito não sei o que, muita gente já com hematoses, presos políticos. Quando os repórteres da *Globo* foram lá, eles ficaram num alpendre que tinha no alto para filmar, tirar fotos. E nesse momento todos os presos políticos viraram as costas, em represália, porque a *Globo* é um dos instrumentos do poder.

### **O cotidiano da cidade mudou após o golpe de 1964?**

**José Prado** - Ficou aquela coisa do medo aéreo no ar, as pessoas não comentavam nada com receio, receio natural dos jovens, isso durou muito tempo. Depois das prisões todo mundo ficou muito receoso, na verdade, era muito perseguido. Eu pelo menos tentei vestibular na época e não passei, porque na época passava quem eles queriam lá na Faculdade de Odontologia.

### **Você se lembra como ocorreram as outras prisões ilegais em Diamantina?**

**José Prado** - Eles foram presos primeiro do que eu, porque eles estavam trabalhando, eu estava na pescaria. Hermê, não estava pescando não, mas foi preso na rua ou em casa. Mas ele foi solto logo em seguida, ele não seguiu com a gente para BH não.

O Lahyre, o Cesário, eles os prenderam lá no DCT, eu acho que era também para dar um cunho de poder, porque as prisões foram um sistema de terror para amedrontar. Dizem que Zanilo foi preso em casa, de pijama, não o deixaram nem colocar a roupa, isso tudo para poder chocar, foi desagradável.

### **Por que as pessoas te denunciaram?**

**José Prado** - Eu era muito amigo do Lahyre, até já faleceu, e a gente subia conversando lá do correio, e o Carlos algumas vezes eu ia lá, porque tinha uma prosa boa, e era um cara quase todo entrevado, um cara peculiar, um cara inteligente, boa prosa. E tinha os elementos que faziam as denúncias que era um meio que eles tinham de agradar aos policiais e a igreja, é o que eu falo com você era o cartão magnético para arranjar posição social.

Eles denunciavam antes e depois, era uma atuação constante. Interessante, eu tive a felicidade de conseguir não me deixar influenciar pelo calor do momento. Porque tinha determinados elementos que se entusiasmaram, tanto para lado da esquerda quanto para o lado da direita, mas uma coisa muito sem organização.

### **Você poderia contar com mais detalhes como foi sua prisão?**

**José Prado** - Quando fui preso na pescaria eu vim de cócoras, não podia sentar. Isso tudo para poder quebrar a resistência psicológica da gente, isso é estratégia militar. Estávamos eu, Titi e o Zé Colibri, estávamos pescando. Eu estava tão desassociado dos negócios políticos que acabavam de acontecer na cidade que ainda chamei Titi e disse:

— Eles devem ter prendido Juscelino.

Porque eles falavam que iam prender Juscelino, e eu vi os soldados, estavam assim de soldados! O batalhão todo foi me procurar. Porque tinham preso todos que estavam na lista e só faltava

eu. E eles me procuraram e não me encontraram. Foram na minha casa e fizeram uma anarquia lá. Foram lá para me pegar.

Então eu vim de cócoras no meio da carroceria do caminhão. E atrás de mim tinha uma metralhadora, parece que ela estava meio quebrada, que eles chamam de “Hot Kiss”, com um cano todo furado. Uma arma muito antiga de mil novecentos e vinte e poucos. Tinha um amigo meu que era militar, tocava violão muito bem, chamava Proença, e estava do meu lado no caminhão. E eu falei com ele:

— Proença, o cano da metralhadora tá roçando nas minhas costas, isso não tem perigo não? De disparar nas minhas costas?

Ele disse:

— Que nada Proença!

Porque ele tratava a gente pelo mesmo nome dele.

— Isso aí tá quebrado! Nem tem nem munição mais.

Olha pra você ver, o cara era tão legal que eu só fui contar isso depois que ele faleceu, pra não causar problema pra ele. Porque alguns oficiais poderiam fazer algo. Levaram-me para o quartel da cidade, depois três dias a ponto de urinar na calça. Daqui eu segui para o DOPS. Eu conhecia algumas pessoas do batalhão como o capitão Jeferson e outros. Fisicamente na minha pessoa não aconteceu nenhuma agressão, só psicológica. E até onde eu sei ninguém dos que foram presos juntos comigo sofreram nenhuma agressão física. Inclusive tinha na época o tenente Lelê, esse tomou a frente para nos defender. Ele falou em bom tom lá no quartel:

— Enquanto eu for oficial aqui no terceiro batalhão a integridade física de vocês (falou conosco lá) não serão tocadas.

Um cara legal, hein. Depois fomos para o DOPS. Ficamos lá uns dias. Nossa! Era escuro e úmido, fedendo a mofo.

### **Havia interrogatório no DOPS?**

**José Prado** - Tinha, na parte de cima. Esqueci o nome do delegado que me chamou, fui escoltado por uns caras de metralhadora, armas que eles chamavam de Lurdinha, e o delegado, pô rapaz, esqueci o nome dele, lembro que fiquei na frente dele e ele disse:

— O senhor é o José Alves Prado?

Eu falei:

— Sim, senhor.

Ele falou:

— Queria conhecer o monstro de Diamantina! Porque foi a pior ficha que entrou aqui no DOPS. Sério! Se eu tivesse sido preso no início, eles teriam me liquidado devido à ficha, o calor do momento.

### APÊNDICE C - Entrevista 3

**Antônio Edgar Rocha**

**Data: 20/04/2018**

**Você e seus colegas foram abordados pela polícia, no dia da repressão em Diamantina, voltando de uma pescaria?**

**Antônio Rocha** - Eu saí pra pescar com o Zé Prado, José Alves Prado, era mais ou menos 8h30/9h00, nós vínhamos dessa estrada vindo da Água Limpa, não tinha casa, não tinha nada, ali era só mato. Quando eu passei assim olhei, um cara, um militar gordão dentro de uma bueira com a metralhadora na mão. Aí nós andando, telegrafista comunica até no olhar, só falei: tem um cara, um militar dentro da bueira, e ele vem aí atrás da gente com a metralhadora. Nós continuamos, nem olhar pra trás nós não olhamos não. Andando dali até a boca da ponte, Zé Prado só virou pra nós e disse:

— Se eu for preso, você avisa lá em casa.

Quando chegou na ponta da ponte o sargento Maynard falou comigo:

— Titi, tem nada contra você nem com o Colibri, se vocês quiserem ir embora vocês podem ir, porque não tem nada contra vocês, agora o Zé Prado é que tem um problema com o nome dele.

Eu respondi:

— Então eu vou esperar resolver o problema dele. Não ia deixar ele no mato com a polícia. Aí o Colibri, disse:

— Não, eu também fico.

Aí chegou o caminhão com aquelas metralhadoras grandonas, estava em cima do carro. O militar que não sabia veio dar busca em mim, e eu estava com uma faca, foi e tomou a faca, aí o sargento falou com ele:

— Não, ele não tem nada a ver com o negócio não.

Inclusive, já estava em cima do caminhão eu escutei um barulhinho na minha capanga, um deles colocou a faca lá dentro.

Eles vieram para nos pegar, eles souberam que nós estávamos no mato, houve até conversa que nós estávamos treinando guerrilha, guerrilha com o quê? Depois que nós subimos no caminhão eles passaram na porta do correio. O coronel Vicente de Paula, estava lá dentro comandando o batalhão, porque foi justamente na hora que eles estavam prendendo os outros telegrafistas. O Hermê até encontrou comigo e falou assim:

— Titi, eu comunista?

— Uai, Hermê, se você não é, não é uai, eles não vão fazer nada a você não.

### **Então, a polícia também foi no correio?**

**Antônio Rocha** - Eles foram lá e prenderam dentro da sala de aparelhos, prenderam uns três ou quatro, Hermê era um advogado que morava ali na Paula Vieira, prenderam eles lá dentro. Estourou a “revolução” e depois que veio as prisões no interior. Na sala de aparelhos prenderam Hermê, Mauro Coelho e Cesário. Esse dentista mesmo que foi preso de pijama, Zanilo Moreira, o irmão dele também foi preso no correio, Lahyre Moreira, todos eles eram meus amigos. Lá no correio tinha um povo mais esclarecido, estudava sobre política de outro país, política internacional.

No correio eles foram de metralhadora, ficou um bocado naquele largo, em frente a cadeia, tudo de metralhadora. O correio ficou guardado por muito tempo pela polícia, eles ficaram na porta. Aí eu tive que trabalhar dobrado, dava plantão a noite e de dia eu fazia meu trabalho. Durante uma semana eu dei plantão a noite. A polícia ficou na porta, ficou uns dias lá, a gente entrando e mostrando documento. Comecei a trabalhar no telégrafo tinha 14 anos, de 1950 até 1985, ganhei dois anos de licença especial então trabalhei lá durante 33 anos.

### **Houve uma mudança no cotidiano da cidade depois da repressão?**

**Antônio Rocha** - Ficou todo mundo muito aborrecido porque eles foram presos, mas até no DOPS eles não foram maltratados não. O correio ficou guardado muito tempo pela polícia, ali e na cadeia, porque o correio era de frente da cadeia.

### **Você conheceu Carlos de Freitas Andrade?**

**Antônio Rocha** - Ele era tido como comunista, era muito entendido, uma capacidade fora de sério. Ele só ficava no quarto, o quarto tinha uma janela, era uma sala grande, ali ele dormia, acho que alimentava... A turma chegava, ficava batendo papo com ele. Eu conheci ele, ele já era de mais idade, mas conversar com ele de política eu nunca conversei. Quando eu tinha uns 16 anos eu levava telegrama para ele, só entregava, no Beco dos Berens.

Prenderam ele lá dentro da casa dele, era corcunda, problema de coluna, mas era um homem que valia a pena conversar. O pessoal, ia muita gente lá conversar com ele, visitar. É uma pessoa de capacidade, inteligência e educação... em Diamantina a educação era uma coisa linda.

### **Você tinha conhecimento de “reuniões secretas” realizadas na casa de Carlos?**

**Antônio Rocha** - Se tinha reunião secreta lá na casa dele, eu nunca ouvi falar, mas muitas pessoas iam lá conversar com ele, inclusive o Lahyre Moreira devia ir, o irmão dele, Zanilo,

que também foi preso, de pijama. Ele não saía de casa, mas tinha o irmão dele... Às vezes eu levava correspondência para ele, ele sempre recebia na janela. O irmão dele morava no fundo, chamava José Andrade, mas acho que ele não tinha envolvimento não.

**A maçonaria se manifestou diante dos acontecimentos envolvendo a repressão na cidade, haja vista que alguns de seus membros foram presos?**

**Antônio Rocha** - A maçonaria não levantou nada, a maçonaria era muito difícil você... Esse meu tio mesmo só quando ele morreu que eu fiquei sabendo que ele era maçom. A Atalaia do Norte, é como eu te falei, tinha um emblema perto do telhado com um bicho, um pássaro grande com os filhotes mamando nele. Inclusive tinha pessoas que tinham medo de maçons, porque diz que bicho de pena que dá leite... A alfaiataria ia passar para debaixo da maçonaria, não quis ir de jeito nenhum. A maçonaria era do lado da joalheria Pádua, no prédio ligado à joalheria.

Eu fui convidado para entrar na época, primeiro eles estudavam a vida da pessoa, fui convidado por um maçom de Araçuaí, que chamava Efigênio Ingrácio e a mulher dele chamava dona Florisbela do Bem Querer Costa, tudo funcionário do correio. Me convidaram, justamente aleguei o mesmo motivo, eu não posso pertencer a nada porque meus filhos estão pequenos. Quando aconteceu a “revolução” eu tinha três filhos. Morava com minha esposa lá no Beco João Pinto, lembro até o número, 21.

**Você era comunista?**

**Antônio Rocha** - Não, eu toda vida fui católico, nunca procurei me aprofundar no comunismo, nada, nem ler... Eles tinham medo, fulano é comunista, mas eu nunca tive esse negócio de preconceito, com nada.

**Você era juscelinista?**

**Antônio Rocha** - Diamantina quase toda era juscelinista, mas tinha os arenistas, perseguiam mesmo. Juscelino comunicava muito com o povo, ele tinha muito carisma, fora de sério, o Brasil inteiro ficou chateado com seu exílio, eu tenho a vida dele toda.

JK era muito querido, eu lembro até o nome do cara que gostava de carregar ele no centro da cidade. Quem carregava Juscelino era Antônio Lacerda, inclusive perdeu um olho por causa disso, uma bomba de pistolão bateu no olho dele, carregava ele no centro, botava ele no ombro. Ele foi o presidente mais simples que já vi, porque ele brincava com todo mundo.

## APÊNDICE D - Entrevista 4

**Luiz Eloy Durães**

**Data: 15/10/2018**

**Quando ocorreu a repressão desencadeada pelo golpe de 1964, a polícia foi na sua casa?**

**Luiz Durães** - Minha casa aqui foi ocupada por vinte e tantos militares. A polícia veio aqui, eu fui preso e fui incomunicável para Belo Horizonte, não podia me comunicar nem com minha família. Eles vieram aqui e não me encontraram, cercaram a casa, depois eu fui lá e me apresentei no quartel. Quando houve a prisão de todo mundo eles não me encontraram. Eu peguei minha rural e fui pro quartel. Cheguei lá e me apresentei. Eu fiquei incomunicável e fui para Belo Horizonte incomunicável.

**Na época você tinha uma indústria de joias?**

**Luiz Durães** - Eu tinha uma indústria de joias, vendia para esse Brasil todo, funcionava tudo aqui em casa, eu tenho um salão muito grande aqui em casa, era tudo mecanizado, já comprava o diamante lapidado. Eu fazia mercadoria de ouro 18 quilates e de 12 quilates. Fiz até uma invenção, eu consegui fabricar joia de 12 quilates que não oxidava. Os mestres todos de Diamantina que viram aquilo ficaram doidos e me procuraram, eu dizia: “não, isso é segredo de profissão”. Eles faziam mercadoria de 12 quilates e oxidava, ficava empretecida na vitrine, e a minha mercadoria de 12 quilates não oxidava de jeito nenhum. Eu fabricava mais anéis de grau e joias de coco e ouro. Minha mercadoria de 12 quilates chegou a um ponto de eu não vender de 18, porque ela não oxidava.

**Você era comunista?**

**Luiz Durães** - Eu acho que eu nasci comunista e vou morrer comunista. Eu fui comunista e eu sou até hoje, nunca escondi para ninguém, mas eu nunca fui filiado ao partido comunista, até mesmo pra facilitar meu serviço a favor do partido. O PCB em Diamantina era de uma riqueza das pessoas que faziam parte. O Lahyre Moreira foi tesoureiro dos correios e telégrafos por mais de 30 anos, sempre dirigiu com maior presteza e qualidade, Lahyre tinha cultura.

**Você ia na casa de Carlos Andrade?**

**Luiz Durães** - Muito, muito. O Carlos Andrade sempre foi meu amigo. Os comunistas todos de Diamantina iam lá. Nós todos frequentávamos lá, só para bater um papo, ele era muito inteligente. Ele tinha defeito físico, não sai à rua, então a gente ia visitá-lo.

Eu fui distribuidor do *Jornal do Povo* durante muito tempo. Tinha as pessoas que eu entregava para vender, os que vendiam acertavam comigo e eu remetia o dinheiro para o partido em Belo Horizonte. Eu comprava muito. Teve uma ocasião que Carlos Andrade que fazia isso, eu fiz durante muito tempo, eu fui o responsável pela distribuição aqui em Diamantina, a sua distribuição era legal. O partido distribuía o jornal para o Brasil inteiro, tinha o encarregado aqui em Diamantina, e ele acertava com o partido comunista. O *Jornal do Povo* era bem vendido em Diamantina.